

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Pedro Augusto Mendes de Negreiros

O apoio à migração venezuelana como política externa estadunidense (2015-2021)

Florianópolis

2022

Pedro Augusto Mendes de Negreiros

O apoio à migração venezuelana como política externa estadunidense (2015-2021)

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Camila Feix Vidal.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

DE NEGREIROS, Pedro Augusto Mendes
O apoio à migração venezuelana como política externa
estadunidense (2015-2021) / Pedro Augusto Mendes DE
NEGREIROS ; orientadora, Camila Feix VIDAL, 2022.
136 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Política externa
estadunidense. 3. Migração. 4. Teoria Crítica. 5. Hegemonia.
I. VIDAL, Camila Feix. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Pedro Augusto Mendes de Negreiros

O apoio à migração venezuelana como política externa estadunidense (2015-2021)

Florianópolis, 08 de Março de 2022.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Helton Ricardo Ouriques
Universidade Federal de Santa Catarina

Dra. Luciana Wietchikoski
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof.(a) Camila Feix Vidal
Orientador(a)

Florianópolis, 2022.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, por me proporcionar segurança e tranquilidade, e ao meu pai, por inspirar e incentivar meus estudos.

À Thaís, pelos anos de companheirismo e carinho.

À professora Karine, pelo seu esforço em compartilhar o pensamento crítico, sua luta incessante e por todas as oportunidades oferecidas durante a graduação.

À professora Camila, que enriqueceu os anos finais da graduação e aceitou me orientar neste esforço final.

Aos meus amigos Matheus, Beatriz e Enrico, por todos os finais de semana de despreocupação.

A todos os colegas do Eirenè e aos amigos Gabriel, Emanuel, Bruna, Raíssa, Isabella, Pâmela e Thalia, pela parceria e pelo compartilhamento de experiências.

“Uma civilização que se mostra incapaz de resolver os problemas que suscita seu funcionamento é uma civilização decadente.”
(CÉSAIRE, 2017, p. 15)

RESUMO

Por meio da Teoria Crítica das Relações Internacionais, este trabalho objetiva compreender como o apoio à imigração venezuelana é incorporado à política externa dos Estados Unidos. Com base em uma abordagem neogramsciana, apresentamos a ordem mundial como arquitetada e dominada por esse ator hegemônico simultaneamente através de estratégias de coerção e de consenso. Nesse sentido, busca-se apresentar como a relação dos Estados Unidos com a Venezuela se caracteriza por antagonismo e hostilidade após a eleição de Hugo Chávez, em 1998. Através da análise da política externa estadunidense, tradicionalmente caracterizada por práticas de intervenção na América Latina, evidenciamos aqui o caráter intervencionista da sua política externa para a Venezuela e como esta postura é fator central para o cenário atual da Venezuela no âmbito da migração. Desse modo, a migração é apresentada tanto como produto da intervenção estadunidense como instrumento retórico do regime de isolamento internacional do país latino. Ademais, analisa-se também o papel das instituições transnacionais, sejam as organizações internacionais ou a mídia internacional, na consolidação e manutenção da ordem mundial hegemônica. Assim, através de uma metodologia hipotético dedutiva chegamos à conclusão de que o apoio estadunidense à imigração venezuelana é parte de uma estratégia de mudança de regime conduzida por meio dos instrumentos de dominação hegemônica dos Estados Unidos.

Palavras-chave: Política externa estadunidense. Teoria Crítica. Imigração venezuelana.

ABSTRACT

Through Critical Theory of International Relations this study seeks to demonstrate how the assistance to Venezuelan migrants is incorporated into the foreign policy of the United States. Based in a neo-Gramscian approach we present the world order as constructed and dominated by the hegemonic actor simultaneously through coercion and consensus. We aim to present the relation between United States and Venezuela as one of antagonism after the election of Hugo Chávez, in 1998. Thus, by an analysis of the traditional external positioning of the United States, we demonstrate the interventionist character of its foreign policy and how it is a major factor to the critical scenario of today's Venezuela. Migration is presented as both a product of United States' intervention and as a rhetorical instrument of the regime of international isolation of the Latin country. Furthermore, we also analyze the role of transnational institutions, be it international organizations or the international media, in the consolidation and conservation of the hegemonic world order. By a hypothetical-deductive methodology, we conclude that the United States' support of Venezuelan migrants is part of a wider strategy of regime change conducted through the instruments of US hegemonic domination.

Keywords: US foreign policy. Critical Theory. Venezuelan immigration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – 20 maiores destinos e origens de migrantes internacionais em 2020.....	89
Figura 2 – Número de Pessoas Deslocadas Internamente (em milhões).....	90
Figura 3 – Número de emigrantes (esquerda) e percentual de população emigrante (direita).	92
Figura 4 – Distribuição geográfica da assistência internacional estadunidense.....	97
Figura 5 – Assistência internacional estadunidense para as Américas.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – O discurso oficial dos Estados Unidos acerca da Venezuela.....	106
Quadro 2 – Abordagem midiática internacional da crise venezuelana.....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – 10 maiores atividades de assistência internacional dos EUA para o Brasil.....	98
Tabela 2 – 10 maiores atividades de assistência internacional dos EUA para o Peru.....	99
Tabela 3 – 10 maiores atividades de assistência internacional dos EUA para o Equador.....	100
Tabela 4 – 10 maiores atividades de assistência internacional dos EUA para a Colômbia....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALBA – Aliança Bolivariana para as Américas
ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AOR – Area of Responsibility
AVSI – Associação Voluntários para o Serviço Internacional
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CDC – Centro de Controle e Prevenção de Doenças
CEDICE – Center for the Dissemination of Economic Information
CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CIA – Central Intelligence Agency
CICV – Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIPE – Center for International Private Enterprise
CNIg – Conselho Nacional de Imigração
CRAI – Centro de Referência de Atendimento a Imigrante
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CVP – Corporação Venezuelana do Petróleo
DACA – Deferred Action for Childhood Arrivals
DPE – Defensoria Pública do Estado
DPU – Defensoria Pública da União
DTM – Displacement Tracking Matrix
ELN – Exército de Libertação Nacional
EUA – Estados Unidos da América
FARC – Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia
FMI – Fundo Monetário Internacional
GAIRF – Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados da Grande Florianópolis
GATT – General Agreement on Tariffs and Trade
LCR – La Causa Radical
MAS – Movimiento al Socialismo
MBR-200 – Movimiento Bolivariano Revolucionario
NED – National Endowment for Democracy
NHS – National Health Service

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA – Organização de Estados Americanos
OI – Organização Internacional
OIM – Organização Internacional de Migrações
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OPEP – Organização de Países Exportadores de Petróleo
OTI – Escritório para Transição Internacional
PCV – Partido Comunista Venezuelano
PDVSA – Petróleos de Venezuela S.A.
PID – Pessoas Internamente Deslocadas
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RI – Relações Internacionais
RMRP – Regional Refugee and Migrant Response Plan
R4V – Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes Venezuelanos
SI – Sistema Internacional
SOUTHCOM – Comando Sul dos Estados Unidos
SPM-SC – Serviço Pastoral dos Migrantes de Santa Catarina
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TPS – Temporary Protected Status
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID – United States Agency for International Development
WASH – Water, Sanitation and Hygiene

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. A ORDEM MUNDIAL HEGEMÔNICA.....	32
2.1 AS ORDENS MUNDIAIS.....	32
2.1.1 Estados, ordens mundiais e relações sociais de produção.....	32
2.1.2 Capitalismo global e imperialismos.....	38
2.1.3 A Pax Americana.....	44
2.1.4 O papel dos Estados Unidos na promoção do neoliberalismo.....	48
2.2 A ABORDAGEM DECOLONIAL.....	51
3 A TRADIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS.....	58
3.1 AS BASES DA HEGEMONIA.....	58
3.2 A AMÉRICA LATINA COMO OBJETO DE SEGURANÇA NACIONAL ESTADUNIDENSE.....	68
3.3 AS RELAÇÕES ENTRE VENEZUELA E ESTADOS UNIDOS.....	74
3.3.1 O não-alinhamento venezuelano.....	75
3.3.2 A influência estadunidense.....	81
4 A MIGRAÇÃO VENEZUELANA E A PARTICIPAÇÃO ESTADUNIDENSE.....	90
4.1 AS INICIATIVAS MULTILATERAIS.....	95
4.2 AS POLÍTICAS BILATERAIS DE ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS.....	98
4.2.1 A política migratória doméstica dos Estados Unidos.....	106
4.3 UMA NARRATIVA DOMINANTE.....	108
4.3.1 O Nexo Refúgio-Migração.....	116
5 CONCLUSÃO.....	119
REFERÊNCIAS.....	122

1 INTRODUÇÃO

Em 2022, 6 milhões de venezuelanos encontram-se fora de seu país de origem por conta das dificuldades econômicas, sociais e políticas enfrentadas. Seus destinos são, como de costume nos fluxos migratórios entre países do Sul, majoritariamente os países vizinhos: Colômbia, Peru, Chile, Equador e Brasil (que acolheram mais de 4.6 milhões de imigrantes venezuelanos) (R4V, 2021). O movimento migratório na América Latina impõe desafios tanto para os imigrantes como para as sociedades de acolhimento: regularização migratória; inserção social e econômica; garantia de direitos fundamentais; e combate à xenofobia e à discriminação.

Considerando seus status migratórios, de acordo com dados da Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Imigrantes Venezuelanos (R4V) (2021), do final de 2021, 2.59 milhões de imigrantes venezuelanos possuem vistos de autorização de residência, 952 mil são solicitantes de refúgio e 186 mil foram reconhecidos efetivamente como refugiados. A regularização migratória é, sem dúvida, um dos maiores desafios para os imigrantes, uma vez que grande parte da inserção social, laboral e do acesso a serviços públicos depende de documentos emitidos pelo país de acolhimento. A constante incerteza quanto ao futuro, potencializada pela situação de indocumentação, assim como o temor da deportação, também são fatores importantes para compreender a realidade imigrante.

As modalidades de regularização não podem ser compreendidas como referenciais absolutos da real natureza de um movimento migratório por serem determinadas por agentes políticos locais fazendo com que, por exemplo, haja maior aceitação de pedidos de refúgio em países sem legislações específicas – no caso brasileiro, a escolha pela solicitação de refúgio se dava, anteriormente à Resolução nº 126/2017 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg)¹, por ser a única via de regularização disponível para os venezuelanos, similar ao caso atual da grande maioria dos imigrantes cubanos. Sobretudo o status de refugiado², regulado pelo Estatuto dos Refugiados de 1951 e expandido pela Declaração de Cartagena de 1984, por apresentar adaptações intrinsecamente políticas de acordo com as legislações nacionais, deve ser analisado com base nas relações entre os países.

Visto os desafios existentes, o fluxo de imigrantes venezuelanos tem sido auxiliado por atores internacionais de assistência humanitária, assim como por atores locais de suporte às migrações. Destaca-se a atuação das agências internacionais da Organização das Nações

1 Trata da concessão de autorização de residência para estrangeiros que entraram no Brasil por via fronteiriça e sejam nacionais de país fronteiriço, para o qual o Acordo de Residência do MERCOSUL não seja aplicável (BRASIL, 2017).

2 Referente a todos os indivíduos que se encontram fora de seu país de nacionalidade e temem retornar por temor de perseguição de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, bem como por razão de violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violação maciça de direitos humanos ou demais circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (ONU, 1951).

Unidas (ONU), sobretudo a Organização Internacional de Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) que, em 2018, estabeleceram conjuntamente a Plataforma de Cooperação Interagencial para Refugiados e Imigrantes Venezuelanos (R4V). Outro ator importante na coordenação do fluxo migratório venezuelano é a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), responsável por vários projetos bilaterais de apoio à população migratória venezuelana nos diversos países receptores da América Latina. Formalmente, essas agências internacionais, em conjunto com atores locais, buscam fortalecer as capacidades das sociedades que recebem os imigrantes venezuelanos, especialmente em questões de proteção e regularização, garantia de direitos, alimentação e de inserção laboral. Com a pandemia da COVID-19, o auxílio externo apresentou-se crítico, uma vez que a doença afeta mais profundamente as populações já vulnerabilizadas.

Do referencial brasileiro, é perceptível o aumento do número de imigrantes venezuelanos após de 2015, inicialmente na região fronteira de Pacaraima (RR), posteriormente em Boa Vista e Manaus (BRASIL, 2018) e, atualmente, no restante do país. Desde 2019, os venezuelanos compõem o grupo mais numeroso de imigrantes residentes (SHAMSUDDIN et al., 2021). Pacaraima foi centro de disputas entre a população imigrante recém-chegada e parcelas da população local que viam o intenso fluxo migratório como uma “invasão” (TOLEDO; KNAPP, 2016) que colocaria em risco sua própria posição econômica e social.

Esse novo fluxo migratório demandou ação do governo brasileiro que instaurou, em 2018, a Operação Acolhida com o objetivo de organizar a entrada de venezuelanos no Brasil e oferecer oportunidade de interiorização dessa nova população a fim de diminuir a pressão econômica e social na região Norte do país. Esse é um projeto realizado em parceria com diversos Ministérios, órgãos públicos, privados e religiosos, nacionais e internacionais, como as Forças Armadas, Polícia Federal, USAID, ACNUR, OIM, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), Cáritas Brasileira, Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI), empresas aéreas e universidades. O número de venezuelanos interiorizados através da Operação Acolhida ultrapassou 66 mil³, sendo 10,540 para o estado de Santa Catarina e 777 para Florianópolis⁴.

Considerando a abordagem Crítica e neogramsciana das Relações Internacionais (RI), notadamente a partir dos trabalhos de Robert Cox (1981), entendemos que a migração

3 Dados referentes a janeiro/2022 (BRASIL, 2022).

4 Menção específica a Florianópolis se dá pela localização da Universidade Federal de Santa Catarina e pelas experiências prévias do autor no setor de atendimento a imigrantes na cidade, como será tratado posteriormente.

deve ser vista como uma força social, determinada pelas relações materiais de produção e pelo sistema de Estados, sendo, portanto, fenômeno essencial para a compreensão das ordens mundiais. Nesse sentido, compreende-se a atual migração venezuelana como um fenômeno histórico e político, resultado da inserção internacional da Venezuela na ordem mundial hegemônica dos Estados Unidos da América (EUA).

Um dos motivadores para a migração é a crise multifacetada pela qual passa a Venezuela, cujo ponto de origem foi a crise internacional de preços do petróleo, em 2009 (PEDROSO, 2021), e a conseqüente queda constante do preço do barril do petróleo. A Venezuela é um país com forte tradição petroleira e, devido ao seu altíssimo potencial energético, segundo à Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP, 2021) superior a 303 bilhões de barris de petróleo, está entre os mais importantes produtores e exportadores de petróleo cru, gás natural e carbono mineral do mundo – materiais primários essenciais para as forças produtivas capitalistas. Portanto, considerando que nas últimas décadas o petróleo cru e o refinado consistiram em mais de 90% das exportações venezuelanas, a queda brusca dos preços internacionais causaram um forte impacto na força econômica desse país.

Para além da queda dos preços do petróleo, a atual crise venezuelana pode ser compreendida como produto das ações unilaterais estadunidenses, canadenses e europeias, que visam pressionar o governo da Venezuela e isolá-lo internacionalmente. Assim, apesar do envolvimento dos Estados Unidos com a crise venezuelana ocorrer sob justificativa humanitária de garantir o acesso à saúde, alimentação, medicamentos e proteção aos que fogem do país por conta da crise econômica e política (USAID, 2022); compreende-se que este é motivado pela postura de não alinhamento estabelecida por Hugo Chávez. Essa nova política venezuelana é vista como uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos⁵ e à ordem mundial construída e liderada hegemonicamente por eles desde 1945 (PECEQUILO, 2003), legitimando o antagonismo destes e dos demais atores beneficiários do sistema internacional (SI).

As relações entre os Estados Unidos e a Venezuela durante os primeiros anos do governo de Hugo Chávez seguiram a máxima de ‘inimigos sim, negócios a parte’, ilustrando a aparente contradição entre a manutenção da diplomacia do petróleo e o antagonismo ideológico entre ambos. Isso ocorreu por conta do profundo alinhamento anterior entre as classes dominantes venezuelanas e estadunidenses criado e mantido por décadas de governos complacentes, que não poderia ser obstruído sem apresentar uma ameaça estratégica. Assim, frente ao governo George W. Bush (2001-2009), empregou-se na Venezuela uma estratégia

⁵ Baseado não somente nas ações das administrações estadunidenses, como tratado a seguir, mas também na Ordem Executiva 13692 (EUA, 2015) que caracteriza a Venezuela como “uma ameaça extraordinária para a segurança nacional e política externa dos Estados Unidos”.

baseada na manutenção das relações comerciais a fim de evitar a confrontação direta com os Estados Unidos (MONTEIRO, 2012).

Há dificuldade de contensão da crise venezuelana marcada tanto pela má administração dos recursos nacionais quanto pelos obstáculos impostos pelo movimento de pressão internacional liderado pelos EUA. Nesse sentido, é importante lembrar que os Estados Unidos favoreceu o fortalecimento da oposição doméstica ao governo de Hugo Chávez e Nicolás Maduro ao apoiar e financiar, desde 2001, essa mesma oposição via USAID e National Endowment for Democracy (NED) (PEDROSO, 2021). Somado a isso, a oposição doméstica venezuelana também é apoiada, desde 2014, pela institucionalização de uma série de medidas coercitivas unilaterais promovidas pelos Estados Unidos contra o governo de Maduro, a começar pela Lei Pública de Defesa dos Direitos Humanos e da Sociedade Civil na Venezuela, de número 113-278⁶ de 2014, e pela Ordem Executiva 13692⁷, de 2015.

Essa série de sanções e bloqueios fragilizam a estabilidade econômica e política da Venezuela: dá-se o congelamento e bloqueio de ativos financeiros; proibição de relações comerciais com entidades estadunidenses; proibição de entrada no território estadunidense; proibição da aquisição de títulos de dívida ou instrumentos financeiros venezuelanos; proibição da venda de armamentos e bens de segurança, entre outras consequências.

Com a conquista da oposição venezuelana ocupando maioria na Assembleia Nacional, em 2015 o antichavismo se consolida e conquista o apoio de diversas lideranças internacionais. O reconhecimento da legitimidade da presidência autodeclarada de Juan Guaidó por Donald Trump e de diversos representantes dos Estados participantes do Grupo de Lima e da União Europeia, em 2018, é uma demonstração da ofensiva contra o governo enfraquecido de Maduro (PEDROSO, 2021). Não obstante, a força da oposição doméstica venezuelana não se manteve frente ao apoio popular e militar de Maduro, como foi percebido pela vitória nas eleições legislativas de 2020, que acarretaram o abandono da narrativa pelos países da União Europeia⁸ e pelas novas estratégias adotadas pelo presidente dos EUA, Joe Biden, quanto à política migratória doméstica⁹. Entretanto, apesar do aparente abandono do presente representante da oposição doméstica venezuelana, as ações unilaterais por parte dos Estados Unidos mantêm-se.

A combinação de todos esses fatores produziu um impacto profundo na economia da Venezuela. De acordo com o Observatório de Complexidade Econômica (SIMÕES;

6 Objetiva impor sanções a indivíduos responsáveis por violações de direitos humanos de protestantes opositoristas na Venezuela e fortalecer a sociedade civil na Venezuela (EUA, 2014).

7 Discorre sobre o bloqueio de propriedade e a suspensão de entrada de indivíduos que colaborem com a situação venezuelana (EUA, 2015).

8 Disponível em fontes *mainstream* (REUTERS, 2021).

9 A partir de março de 2021, o governo dos Estados Unidos oferece o Temporary Protection Status (TPS) aos 320.000 cidadãos venezuelanos que estão no país (SPETALNICK, 2021).

HIDALGO, 2021) as exportações, configuradas em uma média de US\$97bi entre 2012 e 2013, sendo 90% desse valor proveniente do petróleo, caem progressivamente para níveis de US\$63.8bi em 2014, US\$34.4bi em 2015, US\$26.5bi em 2016. Atualmente a tendência de queda mantém-se: em 2019 o valor foi de US\$14,7bi. Com isso, apesar da intensificação da estratégia de estrangulamento e isolamento internacional, as relações comerciais petrolíferas entre os EUA e a Venezuela não foram completamente afetadas. Os alvos das ações unilaterais estadunidenses foram sobretudo a capacidade venezuelana de obter liquidez, tanto pelo Banco Central Venezuelano como pela Petróleos de Venezuela (PDVSA). A participação estadunidense manteve-se na média de 41% entre 2009 e 2018, mas a presença de China, Índia e Singapura crescem especialmente a partir de 2015.

Não obstante a imposição unilateral de diversas ferramentas de isolamento internacional da Venezuela, os Estados Unidos realizam assistências de caráter humanitário, sobretudo via USAID. De acordo com os dados dessa agência, as obrigações governamentais dos EUA com a assistência internacional para a Venezuela somaram, nos anos de 2019 e 2020, US\$72.2 milhões e US\$155 milhões, respectivamente. Em 2020, US\$65 milhões foram endereçados para o setor de “emergency response”, enquanto 60.9 milhões beneficiaram “government and civil society”¹⁰. Também é notável a participação dos Estados Unidos no financiamento do Regional Refugee and Migrant Response Plan (RMRP) – em 2021, foram responsáveis pela doação de US\$395 milhões (84% dos fundos arrecadados) para programa de resposta regional. Assim, parece-nos que a atuação aparentemente contraditória dos Estados Unidos ao aplicar sanções e bloqueios internacionais à Venezuela enquanto, simultaneamente, favorece a ‘assistência humanitária’, ilustra a atuação no sentido do fortalecimento de uma oposição doméstica com objetivo de manutenção da sua hegemonia.

Assim, tendo em vista o contexto da crise migratória venezuelana e as relações bilaterais entre Venezuela e Estados Unidos, assim como a política doméstica e relações hegemônicas deste, buscaremos realizar uma análise de como o último utiliza da migração venezuelana como instrumento de sua política externa que busca gerar a mudança de regime no país latino. Para isso, utilizaremos da abordagem da Teoria Crítica neogramsciana nas RI com atenção especial às abordagens marxistas sobre a lógica internacional e transnacional da ordem mundial contemporânea.

A Teoria Crítica das RI é frequentemente relacionada à afirmação, formulada por Robert Cox (1981), de que toda teoria é feita com um propósito e para alguém. Assim, considerando a base marxista da análise e a centralidade dos conceitos de luta de classes e dos modos de reprodução do sistema capitalista, é possível afirmar que, também

¹⁰ Quanto a esse último setor, refere-se às ações de: participação democrática e sociedade civil, mídias e fluxo livre de informação, administração de finanças públicas e direitos humanos (USAID; U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2022).

internacionalmente, “as ideias dominantes são as ideias da classe dominante” (PRESTES, 2021, p. 126). Similarmente, as profundas relações entre a infraestrutura e superestrutura¹¹, reveladas por autores como Vladimir Lênin e Antonio Gramsci em suas conceptualizações acerca do funcionamento internacional e transnacional do capitalismo; permitem a análise sistêmica da ordem mundial com base em elementos centrais do capitalismo imperialista – o monopólio e a dominação hegemônica.

Portanto, diferentemente de análises Realistas ou Neoinstitucionalistas¹², que pouco ou nada abordam as dinâmicas sociais internas (COITINHO, 2021), a gramsciana coloca em destaque as conexões entre as forças sociais e produtivas do âmbito doméstico e internacional, caracterizando as relações internacionais como uma sequência das relações sociais fundamentais domésticas (GRAMSCI, 1971) e explicitando as origens da desigualdade nas relações de poder entre as nações como produtos da ordem interna que sofre influência direta dos fluxos transnacionais. Considera-se aqui a influência da classe dominante mundial que, através de elites locais, configuram relações locais e internacionais – notadamente as relações de produção e de trabalho, divididas geograficamente entre o centro e a periferia do Sistema Internacional – a fim de garantir a maximização da acumulação de capital das elites capitalistas.

Ademais, a abordagem do processo de intensificação dos fluxos transnacionais não objetiva demonstrar a perda da força do Estado: busca-se, aqui, apresentar a globalização como novo estágio do capitalismo, que representa o nível mais alto de exploração do capital transnacional ainda ligado e assegurado pelos Estados nacionais (FERNANDES, 2005, p. 101). Assim, tem-se como objetivo trazer à tona o aspecto capitalista do mundo globalizado, ligando a ele os demais temas que normalmente são discutidos separadamente – sobretudo as migrações internacionais.

Ao ancorarmos nosso referencial teórico na tradição Crítica, torna-se possível compreender os acontecimentos domésticos venezuelanos como produtos de uma ordem mundial, condicionados pela lógica do capitalista da dominação de classes e da defesa do modo de produção. A teoria gramsciana nos permitirá determinar os instrumentos

11 O conceito de estrutura diz respeito ao campo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais da produção, sendo intrínseca a determinadas formas sociais. A superestrutura, por outro lado, representa o conjunto de valores e ideais que dão apoio à dominação material, como as instituições jurídicas, políticas e sociais (BOTTOMORE, 2001, p.27). Para Gramsci, estrutura e superestrutura formam um bloco histórico, uma conjunção temporal das relações sociais de produção (GRAMSCI, 1971, p. 690).

12 O Realismo clássico, representado pelos trabalhos de Edward Carr e Hans Mogenthau, caracteriza-se pela sua oposição ao idealismo liberal da cooperação internacional, apresentando uma análise das RI com base no elemento central do poder dos Estados, que agem no sistema internacional de acordo exclusivamente com seus interesses nacionais. Robert Keohane e Lisa Martin, por outro lado, defendem o viés neoinstitucionalista, que defende a importância das organizações internacionais como potenciais fatores cooperativos, uma vez que aceitam a visão realista dos Estados egoístas que agem cooperativamente somente em casos de benefício mútuo e da impossibilidade da criação de uma hierarquia entre atores do SI.

hegemônicos empregados pelos Estados Unidos em suas relações com a Venezuela e com os países latinos receptores de imigrantes, sobretudo no que tange à ideologia dominante, o papel das organizações internacionais e as conexões entre classe dominante transnacional e as elites domésticas.

Juntando a essa abordagem outros trabalhos críticos complementares como os decoloniais, buscaremos apresentar uma análise histórica, que leva em conta as bases materiais da formação do capitalismo, suas hierarquias e as separações que tornam possível a divisão geográfica internacional da ordem mundial atual. Essa lente teórica permite-nos analisar o sistema internacional através de categorias não tradicionais das Relações Internacionais, mas que representam até hoje divisões hierárquicas importantes: o conceito de raça e os resquícios contemporâneos das relações coloniais. Nesse sentido, desde o tráfico transatlântico de escravizados até as migrações forçadas contemporâneas, os deslocamentos internacionais também são fortemente determinados por lógicas coloniais. Não se trata, portanto, de somente analisar o período colonial e as relações pontuais entre povos, mas sim a totalidade dos padrões de relacionamento impostos pelos países europeus ao restante do planeta.

Assim, partindo de nossas percepções locais, baseadas na realidade de um dos países receptores da migração venezuelana e considerando os aspectos econômicos, históricos e ideológicos das relações internacionais na ordem mundial hegemônica com base nos paradigmas marxistas e críticos das RI, buscaremos responder à seguinte problemática: de que maneira os movimentos migratórios de venezuelanos, entre 2015 e 2021, relacionam-se com a política externa dos EUA de desestabilização da Venezuela?

A motivação para essa pesquisa teve origem nas experiências acumuladas no trabalho de atendimento ao público imigrante exercido no âmbito da Pastoral do Imigrante, do Centro de Referência de Atendimento a Imigrantes (CRAI) e da Defensoria Pública da União (DPU) de Florianópolis, possibilitado pelo núcleo de extensão do EIRENE, centro de pesquisa e práticas pós-coloniais e decoloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Internacional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), coordenado pela professora doutora Karine de Souza Silva¹³. A parceria entre o EIRENE/UFSC e a DPU teve início em 2016, com a ativa participação da defensora pública federal Vanessa Almeida Barossi Panitz, mas o atendimento diário a demandas migratórias foi intensificado após o fechamento do CRAI, em 2019, pela falta de interesse público na renovação do contrato, sob justificativa de dissolução do atendimento específico a imigrantes em outros serviços de atendimento ao público geral – especialmente nos CRAS e Defensorias.

¹³ É composto por um núcleo de pesquisa (Núcleo de Estudos Críticos de Raça e Gênero nas RI e no DIP – NEGRIS), de extensão (Núcleo de Apoio a Imigrantes e Refugiados – NAIR) e de ensino (Cátedra Sérgio Vieira de Mello/ACNUR e Cátedra Jean Monnet/UE).

O trabalho realizado na DPU foi uma continuação da atuação de extensão dos estudantes da UFSC na Pastoral do Imigrante, em 2015, e posteriormente no CRAI-SC, entre 2018 e 2019. Nessas instâncias o trabalho era de assistência a regularização documental perante a Polícia Federal, inserção social e laboral, redirecionamento para serviços públicos como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e a Defensoria Pública do Estado (DPE) e privados (Organizações Não-Governamentais (ONGs), escritórios de Organizações Internacionais), assim como a colaboração com o movimento social mais amplo de garantia de direitos aos imigrantes, sobretudo através do Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados da Grande Florianópolis (GAIRF). Já na DPU o foco maior foi na assistência documental, representação de menores desacompanhados e na atuação para a garantia de direitos dos imigrantes, em especial ao que diz respeito acesso a serviços públicos (SILVA, BORBA, MÜLLER, 2020).¹⁴ Com a modificação do padrão de imigração para o Brasil, o perfil do público dos serviços de assistência a imigrantes em Florianópolis, historicamente predominantemente haitiano, modifica-se e, a partir de 2019, apresenta-se crescentemente venezuelano: o CRAI, durante seu período de funcionamento (02/2018 a 09/2019), realizou o atendimento de 5924 imigrantes, dos quais 66,94% eram haitianos e 11,08% venezuelanos; já a DPU-SC, no período posterior de 10/2019 a 03/2020, realizou o atendimento de 1271 pessoas, das quais 50% eram haitianas e 19,8% venezuelanas (SILVA, BORBA, MÜLLER, 2020).

Somado ao aumento da população venezuelana na região por conta dos efeitos diretos e indiretos da Operação Acolhida e da política migratória nacional¹⁵, percebeu-se também o aumento da quantidade de projetos com foco no apoio da integração laboral e social de imigrantes, apoiados via agências da ONU e USAID. Como exemplos temos a atuação da OIM na assistência aos imigrantes em todo o país, especialmente pela cooperação com a Operação Acolhida, o financiamento de projetos da sociedade civil e a promoção de eventos educacionais e informativos acerca do tema. A Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina também atua fortemente na integração social e laboral dos imigrantes venezuelanos através do projeto PANA, em parceria com o Departamento de Estado dos EUA desde 2018 e, mais recentemente, através da parceria com o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados – serviço internacional financiado pela ACNUR (CARITAS BRASILEIRAS, 2021). A ONG Círculos

14 Destaca-se a emissão de esclarecimentos destacando o direito dos imigrantes ao acesso a serviços de saúde, educação e assistência social, assim como ao auxílio emergencial, visto o contexto da pandemia de COVID-19.

15 Ressalta-se o papel do artigo 161 do Decreto 9199/2017, regulamentador da lei 13.445/2017, que determina a possibilidade de autorização de residência “para fins de atendimento ao interesse da política migratória nacional”. Com base nesse trecho instauraram-se, desde 2017, portarias interministeriais que garantem a autorização de residência para imigrantes nacionais de países fronteiriços onde não esteja vigente o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e Países Associados (Venezuela, Suriname e Guiana) – a portaria vigente é Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 19, de 23 de março de 2021.

de Hospitalidades atua localmente em Florianópolis desde 2015 e hoje executa localmente o projeto “Oportunidades – Integração no Brasil”, implementado pela OIM com financiamento da USAID.

Esse apoio internacional foi bem-aceito pela sociedade civil de Florianópolis, que sofreu muitas derrotas no campo de assistência ao imigrante nos últimos anos – notadamente o fechamento do CRAI, em setembro de 2019 (BASTOS, 2019). Ademais, o novo movimento de apoio aos imigrantes, não somente no âmbito local, mas nacionalmente, é contrastado com os esforços anteriores, notadamente os referentes ao influxo haitiano pós-2010 que foi apoiado sobretudo por instituições religiosas¹⁶ e organizações da sociedade civil, sem forte envolvimento público ou financiamento similar ao do caso venezuelano aqui estudado. O GAIRF, grupo constituído pela Arquidiocese de Florianópolis em 2014 para debater e propor políticas públicas para o novo fluxo migratório da região, publicou em 2015 um relatório que demonstra a realidade do campo de assistência à migração da época: mesmo com a compreensão do caráter humanitário da migração haitiana, relata-se falta interesse pública e pouco envolvimento da sociedade civil internacional com o tema (GAIRF, 2015).

Assim, considerando que a diferença de atuação internacional entre o fluxo migratório venezuelano e os anteriores, o crescente apoio atual não parece representar correspondência exclusivamente às estatísticas demográficas ou humanitárias. Dessa forma, não objetivando comparar as diferentes realidades causadoras dos fluxos migratórios nem as dificuldades enfrentadas individualmente pelas pessoas que imigram, mas sim buscando analisar os diferentes padrões de tratamento para a assistência internacional, bem como seu papel como instrumento de política externa; percebemos a necessidade de explicações baseadas nas relações de poder do sistema internacional, suscitando o questionamento do trabalho.

Ademais, as lacunas existentes no âmbito da pesquisa acadêmica das RI no Brasil sobre migrações não nos permitem analisar a realidade da assistência humanitária internacional para a migração sob uma visão crítica. Nesse sentido, a escassez de estudos ancorados na Teoria Crítica e marxista das RI resulta em análises que deixam de tratar em profundidade a atuação imperialista dos Estados Unidos nas crises migratórias dos países não alinhados, nem sua estratégia de assistência humanitária como ferramentas de manutenção da ordem mundial hegemônica. Pode-se também afirmar que a relevância deste trabalho provém da possibilidade de servir como forma de análise da posição brasileira de aproximação dos Estados Unidos, especialmente durante o governo de Donald Trump (2017-2021), e seus esforços no acolhimento de imigrantes venezuelanos.

16 A atuação da Pastoral do Imigrante de Florianópolis em parceria com a UFSC, caracterizou-se como serviço referencial regional, nacional e internacional (SILVA, ROCHA, D’ÁVILA, 2020) frente a necessidade imposta pelo vazio institucional, que impedia a efetiva garantia dos direitos dessa parcela da população.

A análise empírica do trabalho foca, portanto, na natureza da ordem mundial, no direcionamento da política doméstica e externa dos Estados Unidos e suas ações quanto aos processos domésticos da Venezuela, assim como na tradição diplomática do país, nos dados empíricos de agências domésticas e internacionais de assistência internacional e no contexto da migração regional de venezuelanos na América Latina. Desta forma, esta pesquisa sugere como hipótese inicial que os EUA utilizam do apoio financeiro, logístico e ideológico aos imigrantes venezuelanos na América Latina como ferramenta complementar à política externa principal de sanções, bloqueios comerciais e financeiros, que visa a mudança de regime através isolamento internacional da Venezuela. O fluxo emigratório venezuelano, incentivado pelas ações estadunidenses, configura-se, assim, como um elemento legitimador das narrativas que caracterizam o governo venezuelano como antidemocrático e responsável por violações generalizadas de direitos humanos: um ‘Estado falido’ causador da migração em massa de sua população. Nesse sentido, o apoio à imigração também funciona como legitimador da imagem dos Estados Unidos como bastião hegemônico da moral, dos direitos humanos e da autodeterminação dos povos.

Como objetivo geral, buscaremos oferecer uma visão contextual que permita inserir as migrações internacionais como um elemento analítico da ordem mundial capitalista sob a ótica neogramsciana. Especificamente, objetivamos analisar as relações entre a política externa dos Estados Unidos e a crise migratória contemporânea, sobretudo quanto às tentativas de disfunção do cenário doméstico venezuelano e a criação de narrativas que as legitimam, assim como o envolvimento internacional com o processo de assistência aos imigrantes. Buscaremos apresentar, portanto, como o apoio à migração deve ser visto para além da lente humanitária.

Assim, apresentaremos uma análise por um lado sistêmica, tendo como base a abordagem crítica, e por outro específica, com foco em ações concretas no âmbito específico da Venezuela e das esferas multilaterais e regionais. Com base em informações qualitativas e quantitativas, enumeradas posteriormente, será possível sustentar a hipótese de instrumentalização dos movimentos migratórios como parte de uma tendência maior de desestabilização do governo chavista, no contexto de hegemonia do poder estadunidense na ordem mundial.

Considerando a importância da perspectiva histórica da construção do sistema capitalista e suas implicações nas relações internacionais contemporâneas, exploraremos abordagens que questionem a visão dos movimentos migratórios como eventos apolíticos e desconectados da formação do sistema internacional, produtos exclusivamente de fatores domésticos. Portanto, buscaremos contextualizar o movimento migratório venezuelano como

produto de uma ordem mundial crescentemente conectada que apresenta com raízes profundas na construção histórica colonial do capitalismo.

Inicialmente, quanto à abordagem teórica, serão centrais as formulações teóricas de Robert W. Cox (1981) acerca das ordens mundiais e das forças sociais, bem como sua abordagem do conceito gramsciano de hegemonia (COX, 1983). Entende-se que a ordem mundial não se baseia exclusivamente em termos econômicos ou políticos, mas sim numa combinação destes com padrões sociais que, através de diversas instituições e padrões, condicionam hierarquicamente as relações entre os membros do sistema internacional.

O conceito de imperialismo, como definido por Lênin (2011), é de suma importância pois explicita o caráter global da dominação da superpotência capitalista: é caracterizado pela concentração monopolística do capital industrial e bancário com atuação global, da partilha territorial dos mercados e do fomento do desenvolvimento desigual através da exportação de capitais.

O aspecto hegemônico da ordem mundial será baseado na definição gramsciana de hegemonia extrapolada para a ordem internacional. Nessa abordagem, a hegemonia é classificada como uma estrutura social, econômica e política expressa por normas universais, instituições e mecanismos que estabelecem regras de comportamento que favoreçam o modo dominante de produção (COX, 1983). Dessa forma, a potência hegemônica busca empregar seus instrumentos de controle da ordem mundial para garantir o seguimento das normas universais que favorecem seus interesses podendo agir restritamente, através de ações unilaterais de isolamento econômico internacional, ou de forma abrangente, pelo consenso baseado na ideia de benefício mútuo para todos os atores (PEREIRA, 2011).

Ainda segundo Cox (1981), as instituições internacionais – como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), e até mesmo a OIM e ACNUR – cumprem papel fundamental de gerar consenso acerca das práticas e ideologias internacionais, caracterizando o caráter abrangente da dominação hegemônica. Nesse sentido, o consenso, apesar de ser apresentado como contraposto à coerção, atua em conjunto com esta, não havendo ausência de uma relação de poder, nem representando exclusivamente a natureza não violenta da dominação, visto que é através dele que práticas e valores dominantes são perpetuados e impostos como legítimos – podendo-se caracterizar o consenso como uma relação de violência simbólica¹⁷.

O consenso é construído também pela disseminação das doutrinas ideológicas que beneficiem a ordem hegemônica. A partir da década de 1970, um dos principais instrumentos

17 A violência simbólica, como tratada por Bourdieu (1997), diz respeito ao efeito naturalizador da dominação exercido pelas 'estruturas estruturantes' historicamente constituídas. Nesse sentido, os dominados aceitam a dominação como algo justo ou natural.

consensuais de dominação hegemônica dos Estados Unidos é a ideologia neoliberal. De acordo com Gill (1990), a centralidade política e militar dos EUA permitiu, nesse período, a transnacionalização da sua dominação através da hegemonia neoliberal baseada nos princípios de austeridade fiscal, financeira e econômica que garante a participação mínima do Estado em favorecimento das forças de mercado. Tal mudança na ordem mundial gerou, segundo Keohane e Nye (1989), mudanças no sentido da diminuição do uso da força e o aumento da força de atores não-Estatais.

Esse fenômeno apresentou-se diferentemente em países centrais e periféricos, sendo mais agressivo nesses últimos¹⁸, onde a intensificação das ‘leis de mercado’ contribuiu para o agravamento das situações econômicas mais vulneráveis dos países em desenvolvimento. Contudo, uma vez que o consenso neoliberal não é aceito automaticamente em toda a periferia, fazem-se necessários os mecanismos unilaterais de coerção.

Dessa forma, determina-se o papel dos Estados Unidos como de potência imperialista hegemônica que garante o interesse de uma classe dominante transnacional através de uma ordem mundial que detém de mecanismos internacionais de consenso ancorados na supremacia militar, financeira, tecnológica e ideológica estadunidenses; produzindo efetivamente um sistema neocolonial econômico-tecnológico-judicial (LOSURDO, 2016). A garantia do interesse hegemônico também ocorre por meio da influência sobre as relações políticas e sociais nos países periféricos, efetivamente reproduzindo a hierarquia do sistema internacional por meio do apoio a determinados grupos domésticos e ideológicos que atuam internamente.

Passando à análise concreta da política externa estadunidense e suas relações com a América Latina, esta será fundamentada pelos seus padrões e rupturas históricas, suas características coercitivas e ideológicas, assim como seu histórico aspecto civilizatório (PECEQUILO, 2003). Nesse sentido, a política externa dos EUA é analisada com base na centralidade da crença no Destino Manifesto, até o século XX, e na sua rearticulação, no pós Segunda Guerra Mundial, pela elaboração de uma política externa pautada na construção e contenção da ordem mundial, marcando a “passagem definitiva dos Estados Unidos para a idade ‘adulta’ de suas relações internacionais, caracterizada pela hegemonia e pelo internacionalismo” (PECEQUILO, 2003, p. 127).

A tensão entre o unilateralismo e o multilateralismo é outra característica importante da política externa estadunidense no pós-Guerra Fria, sobretudo quando consideramos a

18 Ressalta-se o papel da ditadura militar chilena (1973-1990) e suas conexões com os formuladores estadunidenses das teorias econômicas neoliberais. O Chile é considerado o ‘laboratório’ do neoliberalismo que posteriormente seria aplicado no resto do mundo a partir de 1990.

chamada “síndrome do Vietnã”¹⁹ e sua aplicação à América Latina no pós-Guerra Fria. Tal preocupação securitária serve como justificativa para as ações unilaterais, aumento de gastos militares, apoio à contrainsurgência, assim como para a crescente importância dada à cooperação militar e segurança coletiva como formas de evitar a criação de Estados não alinhados ou falidos, considerados como ameaças à segurança nacional estadunidense (HERZ, 2002). Assim, os objetivos gerais da política externa securitária dos Estados Unidos para a América Latina se resumem na promoção do neoliberalismo e no combate ao narcotráfico²⁰, processos percebidos nas suas relações com a Venezuela e importantes para a compreensão dos seus fenômenos domésticos.

Em relação à promoção do neoliberalismo na América Latina, vale ressaltar o papel das organizações, *think tanks* e institutos liberais que atuam através do financiamento direto ou indireto do governo dos EUA. Entre as mais notáveis está a Atlas Network, criada em 1981 por inspiração da obra “Caminho para a Servidão”, de F. A. Hayek. Hoje a instituição atua no sentido de “auxiliar o fomento da liberdade individual, da liberdade de empresa, e da cooperação voluntária para prevenção de pobreza futura” (ATLAS NETWORK, 2022), promovendo internacionalmente o discurso neoliberal pró-capitalista que favorece a manutenção do *status quo* internacional.

Quanto ao tópico específico das migrações, estas serão analisadas como movimentos econômicos, sociais, políticos e de poder. O conceito de “nexo refúgio-migração”, introduzido por Castles (2006) para descrever as distinções subjetivas entre modalidades de migrações, permite-nos conduzir uma análise acerca da instrumentalização desses movimentos para objetivos específicos – laborais, políticos, econômicos, sociais, hegemônicos, entre outros – em diferentes contextos históricos. Também serão observadas através das óticas domésticas, especialmente das políticas migratórias, suas tendências e objetivos práticos, e como estes se comunicam com as lógicas estruturais da ordem mundial.

Nesse sentido, os novos fluxos migratórios de venezuelanos em diversos países da região latina são utilizados como elemento legitimador das narrativas de crise humanitária, violação generalizada de direitos humanos e “Estado falido” – formas de gerar consenso entre os países receptores de imigrantes e na mídia internacional, buscando legitimar as ações unilaterais contra a Venezuela. Tal estratégia é percebida através dos discursos oficiais dos atores da política externa estadunidense e de seus aliados – o governo Donald Trump (2017-

19 De acordo com Mônica Herz (2002), a divisão entre o apoio militar e econômico, realizada a partir da administração Clinton, é produto da “síndrome do Vietnã”, fenômeno que representa a reticência da opinião pública quanto a participação militar direta no estrangeiro, resultante da derrota dos Estados Unidos na sua participação na Guerra do Vietnã, finalizada em 1975.

20 Em discurso ao Congresso estadunidense, o comando militar do Comando Sul (SOUTHCOM) afirma que: “Nossas parcerias na região são críticas para as camadas de defesa de nossa nação e para nossa capacidade coletiva de lidar com desafios globais. [...] Organizações criminosas, narcotraficantes, imigração ilegal, extremistas violentos, corrupção e governos fracos estão entre os principais desafios” (EUA, 2019).

2021) foi especialmente duro em seu discurso anti-Maduro²¹. O caso brasileiro é emblemático, pois a participação do governo federal na administração da imigração venezuelana é ativa através da Operação Acolhida, o que favorece afirmações públicas do presidente Jair Bolsonaro (2019-presente) acerca do tema, como a feita na abertura da 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas:

‘Nosso país sempre acolheu refugiados. Em nossa fronteira com a vizinha Venezuela, a Operação Acolhida, do Governo Federal, já recebeu 400 mil venezuelanos deslocados devido à crise político-econômica gerada pela ditadura bolivariana.’ (LARA, 2021).

Finalmente, concernente ao tema da raça, as perspectivas decoloniais conceitualizadas a partir da “colonialidade do poder”, de Aníbal Quijano (1992), fornecem instrumentos importantes para a análise da inserção internacional do Sul global. Portanto, a ordem social, ideológica e econômica mundial, fundamentada historicamente pela diferenciação das regiões geográficas do planeta com base no conceito de raça, será uma categoria importante para analisar os movimentos migratórios. Essa variável também será relevante ao analisarmos, em conjunto com os elementos estruturais citados anteriormente, o apoio às populações imigrantes e a aceitação social de ações migratórias – em especial no caso dos fluxos provenientes do sul global, sobretudo o haitiano.

Como apresentado anteriormente, as fontes do projeto serão sobretudo de natureza qualitativa e quantitativa, interpretadas por meio da modalidade hipotético dedutiva. Visto isso, utilizaremos os dados quantitativos para analisar os fluxos financeiros e migratórios, possibilitando maior solidez às considerações hipotéticas do trabalho. A revisão teórica e a contextualização do objeto serão feitas através de revisão bibliográfica especializada e coleta de informações em meios jornalísticos. A sistematização dos dados será feita a partir de gráficos, quadros e tabelas elaborados no programa Excel.

A relação dos Estados Unidos com os movimentos migratórios venezuelanos será ilustrada com base na atuação das suas agências domésticas de assistência internacional e na sua participação nas organizações internacionais – tanto acerca do processo de assistência ao acolhimento de imigrantes como no apoio a movimentos democráticos de oposição. A União Europeia também atua similarmente com ajuda humanitária para a crise venezuelana, especialmente através das Operações de Proteção Civil e Ajuda Humanitária em setores sanitários, de saúde, educação, alimentação e proteção.

21 Michael Pompeo, ex-diretor da CIA e secretário de Estado durante o governo de Donald Trump, afirma em sua visita a Boa Vista, em 2018 que há uma crise sem precedentes produzida por Maduro, e que “eles [os imigrantes] desejam aquilo que todos os humanos desejam – dignidade, querem uma Venezuela democrática, pacífica e soberana para chamar de lar, onde eles e seus filhos possam encontrar empregos e viver” (REUTERS, 2020).

Os dados empíricos do financiamento bilateral dos Estados Unidos serão coletados dos bancos de dados oficiais das suas agências de ajuda externa através do portal Foreign Assistance do governo federal, que compila os gastos governamentais de assistência internacional providos pela USAID e Departamento de Estado. Buscaremos sistematizar os dados referentes aos principais países envolvidos na crise migratória atual (Venezuela, Brasil, Colômbia e Peru), dando atenção aos valores transferidos, setores de incorporação e atividades planejadas, assim como a evolução dessas variáveis entre os anos de 2016 e 2020.

A atuação das agências internacionais será avaliada de acordo com os relatórios publicados pelas instituições relevantes no campo das migrações internacionais, sobretudo a OIM, ACNUR, R4Ve atores locais. Os principais documentos analisados serão o RMRP, produzido pela R4V, o relatório anual “Global Trends”, do ACNUR, os relatórios da Displacement Tracking Matrix (DTM), da OIM, assim como relatórios financeiros e estratégicos das instituições. Com esses dados avaliaremos a evolução da crise migratória, seus aspectos demográficos e geográficos, assim como analisar a participação dos países financiadores.

Quanto ao caso brasileiro, utilizaremos dos documentos disponibilizados pela Operação Acolhida, Polícia Federal e relatórios produzidos pelos atores locais de atendimento aos imigrantes, sobretudo da região da Grande Florianópolis. Dessa forma poderemos considerar a evolução da crise migratória com base na perspectiva de um dos países receptores de imigrantes, destacando também a análise local e detalhada da atuação das agências internacionais, uma vez que grande parte dos atores locais atuam em colaboração com esses órgãos.

Em relação à estrutura do trabalho, buscaremos abordar primeiramente os aspectos sistêmicos da relação dos Estados Unidos e os países periféricos a partir de leituras críticas e marxistas das Relações Internacionais. Neste segundo capítulo trataremos da ordem mundial, sua formação, seus aspectos hegemônicos e imperialistas. Ainda apresentaremos algumas abordagens decoloniais e de outras teorias críticas das RI, consideradas complementares à teoria das ordens mundiais, o que permitirá uma abordagem histórica da formação do sistema internacional e das relações entre Venezuela e EUA.

No terceiro capítulo estudaremos as relações bilaterais entre Estados Unidos e Venezuela, a fim de apresentar a importância da América Latina para a inserção internacional dos EUA e contextualizar a Venezuela nesse quadro. Para tanto, acreditamos ser importante a análise histórica da formação da tradição da política externa estadunidense, com ênfase no processo de evolução do envolvimento em temas globais. Atenção especial será dada ao movimento bolivariano e as implicações resultantes para a inserção internacional do país latino sob a liderança de Hugo Chávez, em especial a oposição estadunidense e a

intensificação do isolamento da Venezuela na década de 2010. Aqui serão delimitados, portanto, os eventos determinantes da conjuntura atual e, por consequência, da crise migratória.

Finalmente, no quarto capítulo trataremos do caso concreto da migração venezuelana. A análise teórica prévia será fundamental para a compreensão das lógicas de funcionamento das relações que entornam os fluxos migratórios. Os indicadores concretos fornecidos pelas agências de assistência internacional e organizações internacionais permitirão medir o envolvimento internacional, servindo como ilustração da teoria. Estudaremos os aspectos globais dos movimentos migratórios, suas estatísticas e categorias, além de darmos atenção aos dados da assistência bilateral estadunidense voltada ao fluxo migratório venezuelano – sobretudo o apoio prestado à Venezuela e aos demais países fronteiriços que são afetados pela crise.

Além disso, trataremos das subjetividades implicadas na compreensão dos movimentos migratórios, e como estes podem ser utilizados para objetivos sociais, políticos e econômicos. Ressalta-se a importância do discurso para a manutenção do consenso acerca da ordem mundial hegemônica e como este pode ser construído por meio de instituições modernas domésticas – no caso do objeto do trabalho, as políticas de controle de fronteira e modalidades de legalização migratória. Analisaremos também a narrativa da “crise humanitária de refugiados” causada pelo governo venezuelano, buscando caracterizá-la como uma estratégia discursiva legitimadora das ações unilaterais.

Tratando-se de objetivos específicos, no segundo capítulo, ao aprofundarmos a análise das ordens mundiais, do imperialismo da dominação hegemônica atual dos Estados Unidos, objetivamos demonstrar a natureza hierárquica do sistema internacional. Ademais, apontaremos também as raízes históricas dessa divisão hierárquica, tratando do sistema internacional em termos decoloniais.

No terceiro capítulo teremos como objetivo apresentar o histórico doméstico do desenvolvimento estadunidense, a fim de contextualizar as relações hegemônicas atuais dos EUA e, especialmente, inserir a América Latina, e a Venezuela, na história mais ampla da inserção dos Estados Unidos no sistema internacional.

No quarto capítulo analisaremos o caso específico das migrações venezuelanas buscando ilustrar o papel dos Estados Unidos nos esforços internacionais de assistência aos imigrantes nos países da região, e conectar essas ações à estratégia hegemônica de mudança de regime na Venezuela. Ademais, demonstraremos como os movimentos internacionais de pessoas podem ser instrumentalizadas como objetos de política internacional e, devido à

natureza hierárquica do sistema internacional, fortemente determinados por interesses das potências dominantes.

Por fim, nas considerações finais retomaremos os principais argumentos apresentados e demonstraremos como a hipótese inicial se relaciona com estes. Nesse sentido, ilustramos o caráter hegemônico da ordem mundial estadunidense, sua repercussão na relação entre este país e a Venezuela e como a migração é instrumentalizada neste contexto. Demonstramos, assim, como os diferentes aspectos da estrutura de poder hegemônico se coordenam para prevenir mudanças no *status quo* internacional.

2 A ORDEM MUNDIAL HEGEMÔNICA

Como delimitado na introdução, neste capítulo buscaremos estabelecer a análise teórica do sistema internacional a partir da perspectiva das ordens mundiais, com base na Teoria Crítica e neogramsciana das RI. Analisaremos, portanto, como as relações de poder existentes na esfera internacional configuram-se pelo padrão de hegemonia exercido pelos Estados Unidos pós-Segunda Guerra Mundial, conforme a adaptação do conceito de Gramsci feita por Cox (1983), bem como a evolução histórica da política externa dos Estados Unidos para chegar até esse patamar de dominação. Ademais, apresentaremos visões complementares à Teoria Crítica das RI, notadamente as abordagens decoloniais e do Sistema-Mundo.

2.1 AS ORDENS MUNDIAIS

O modelo coxiano é baseado na análise histórica da mudança, isto é, a busca por contradições nas configurações das ordens mundiais e blocos históricos e como estas expressam-se na realidade. Como assinala o título do livro, a análise é realizada com base nas esferas dos modos de produção, nas formas de Estado e nas estruturas das ordens mundiais, que se influenciam conjuntamente e criam as condições tanto para o desenvolvimento como para a transformação. As estruturas históricas expressam, portanto, a unidade dos elementos objetivos e subjetivos, igualmente essenciais para a compreensão da realidade (COX, 1987).

Assim, poderemos abordar o objeto da análise, isto é, a relação entre a política externa dos Estados Unidos e o movimento de migração venezuelana, com base em uma visão sistêmica que leva em consideração a hegemonia e que dá importância adequada para a influência de fatores internacionais e transnacionais nos processos locais, sobretudo nos casos de países periféricos e que se colocam como contra-hegemônicos.

2.1.1 Estados, ordens mundiais e relações sociais de produção

Robert Cox é autor pioneiro na tradição crítica das Relações Internacionais, sendo seus trabalhos “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory” (1981) e “Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method” (1983) considerados referência para as bases da abordagem teórica neogramsciana por conta de seus aportes marxistas com foco na interconexão entre as relações internacionais de produção e as estruturas de governança internacional. Contudo, as origens do pensamento crítico de Cox datam dos seus trabalhos anteriores e da experiência prática do autor no

ambiente corporativo das organizações internacionais. Seu histórico como funcionário da Organização Internacional do Trabalho (OIT) durante 25 anos influenciou profundamente sua produção sobre o tema, visto que falava com propriedade acerca da lógica interna do funcionalismo internacional, bem como do papel da ideologia institucional nos *outputs* da Organização.

Ao menos desde 1969²², Cox busca analisar o papel das organizações internacionais (OIs) como atores políticos e participantes de estruturas mundiais de poder. Fugindo da visão que futuramente marcaria o debate neo-neo entre as ideias neoinstitucionalistas, representadas por Robert Keohane e Lisa Martin (1995), e as ideias neorealistas, Cox não abordara a questão nem pelo lado do absoluto benefício oferecido pela intervenção institucional supranacional nem considerou a ação das OIs como uma simples ‘transmissão’ dos interesses das grandes potências. Defende, portanto, que as OIs também são atores dotados de ideologias próprias, dotando-lhes de uma:

[...] autonomia relativa capaz de lançar luz sobre uma forma de agência que não é restrita à balança de poder entre as grandes potências, como nos diferentes Realismos, assim como retrata seu papel de maneira muito mais complexa do que a mera postulação neoinstitucionalista sobre a função das OIs como mitigadoras de informação imperfeita, repositório de acordos alcançados ou bases para a construção de regimes internacionais de governança (BORBA DE SÁ, COELHO, 2021, p. 165).

A influência da teoria da interdependência complexa de Robert Keohane e Joseph Nye, nos anos 1970, e da abordagem sistêmica de Immanuel Wallerstein²³ demonstram a tendência dos estudos de RI em analisar além dos atores Estatais. Cox, contudo, neste primeiro estágio, aborda também a hierarquia presente nas relações de interdependência entre os países, percebendo as OIs como “agências de um certo tipo de colonialismo coletivo” (COX, 1969, p. 355). A visão característica da sua posterior abordagem crítica pode ser percebida quando ele questiona o processo de criação das organizações internacionais, bem como suas identidades ideológicas, porém ainda sem apresentar a categoria marxista de classes sociais:

É, contudo, possível aceitar a premissa que o sistema das Nações Unidas seja identificado como uma forma particular de ideologia “democrática”? Não estaria mais de acordo com a história começar por considerar a coexistência competitiva de várias ideologias [...] (principalmente liberal democrática, marxista e populista), cada uma expressando a autoimagem de um agrupamento de poder dentro do sistema internacional, cuja rivalidade é o verdadeiro motivo da incerteza quanto à identidade [...] das organizações internacionais? Melhor do que assumir

22 Data da publicação da coletânea de artigos feitos para o encontro da International Political Science Association.

23 Robert Cox, em entrevista com Miguel Borba de Sá e Ana Saggiro Garcia (2013) revela sua cautela em referência à abordagem do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein: “acredito que a teoria do Sistema-Mundo tem um ‘macroconceito’, do capitalismo como um sistema global, e os acontecimentos do mundo como as contradições internas do capitalismo em um nível mundial. [...] Eu sou demasiadamente um historiador para aceitar um modelo deste como algo além de uma ferramenta.”

identidades, não seria mais prudente começar a estudar a estrutura de poder das diferentes organizações internacionais em relação às suas ideologias? Em outras palavras, considerar a identidade organizacional como um processo criado e não como algo dado? (COX, 1969, p. 32, apud BORBA DE SÁ, COELHO, 2021, p. 166).

Na sua produção crítica, notadamente após os anos 1970, Cox passa a incorporar na sua teoria a análise histórica da formação das estruturas mundiais de poder e produção. Considera o modo de produção como um dos reflexos de organizações sociais específicas, como as formas dos Estados ou a organização das ordens mundiais. Conecta, portanto, as relações sociais de produção e de classe, bem como os blocos históricos, às estruturas políticas das ordens mundiais (COX, 1987). Neste sentido, a categoria analítica das classes sociais é considerada central para a análise da política internacional, em contraponto ao individualismo liberal ou ao estadocentrismo Realista.

O Estado é compreendido como agente responsável pela manutenção (ou transformação) da ordem social, bem como pela organização da produção, através de legislação, instituições, práticas e políticas. A *raison d'état* representa, portanto, para Cox, mais do que a busca pelos interesses do Estado em relação com outros, sendo vista como uma determinação dos propósitos do Estado com base em uma configuração particular de forças sociais – nacionais e transnacionais.

A forma como a ordem mundial influencia os Estados varia profundamente, podendo alterar fatores como a natureza e incidência de guerras, a forma de resolução de disputas ou a forma de criação e distribuição de riquezas. Cox afirma ser uma “simplificação errônea” considerar as ordens mundiais como similares por serem sistemas interestatais sem autoridade central – as diferenças entre elas são determinadas pelas configurações específicas de formas de Estado e de relações sociais de produção (1987, p. 06-07). Assim, da mesma forma que relações sociais são influenciadas domesticamente pelo poder do Estado e configuram a postura internacional deste, a ordem mundial também exerce sua influência sobre sua configuração social, econômica e política dos Estados (COX, 1987).

Transformações nas estruturas históricas da ordem mundial se relacionam diretamente os Estados e suas relações internas:

[...] envolvendo simultaneamente 1) mudanças no poder relativos dos principais Estados, 2) desenvolvimento desigual de forças produtivas que leva a uma nova distribuição de poder nas formações sociais, 3) mudanças no poder relativos de grupos sociais e na formação de novos blocos históricos (COX, 1987, p. 209).

Para estabelecer uma conexão entre os aspectos materiais e ideológicos das ordens mundiais, isto é, suas relações econômicas e militares, e as estruturas de legitimação social da configuração política internacional, utiliza do conceito gramsciano de hegemonia, que

consagra esses dois aspectos como essenciais para a execução do poder. A hegemonia permite, assim, compreender as OIs como formas de institucionalização legitimadora das relações de poder (BORBA DE SÁ, COELHO, 2021, p. 169), uma vez que estas:

1) encorpam as regras que facilitam a expansão de ordens mundiais hegemônicas; 2) são elas mesmas o produto da ordem mundial hegemônica; 3) legitimam ideologicamente as normas da ordem mundial; 4) cooptam elites de países periféricos; 5) absorvem ideias contra-hegemônicas. Instituições internacionais encorpam regras que facilitam a expansão das forças econômicas e sociais dominantes, mas, ao mesmo tempo, permitem a realização de ajustes por interesses subordinados com um custo mínimo (COX, 1983, p. 172)²⁴.

Gramsci conceitua hegemonia com base nas relações domésticas entre a classe dominante e a dominada, referente à sua própria experiência social e de trabalho. Conforme descreve Cox (1983), tendo enraizado sua análise da hegemonia tanto nos debates da Terceira Internacional Comunista como nos estudos dos trabalhos de Maquiavel, Gramsci aplica o conceito para o aparato de dominação da burguesia. Similarmente à imagem criada por Maquiavel do poder como um centauro, metade humano e metade besta, Gramsci caracteriza a hegemonia como parte consentimento (ideologia) e parte coerção (dominação material), prevalecendo o aspecto consensual da dominação. A coerção atua como a garantia material da hegemonia e está sempre presente, mas é aplicada somente aos casos marginais, àqueles países que agem fora do padrão de comportamento estabelecido pela ordem mundial.

Tal abordagem leva a um alargamento da definição de Estado, uma vez que a dominação não ocorre somente através da sua estrutura administrativa e coercitiva, mas também por meio de instituições sociais, comumente transnacionais, fortemente afetadas pelo domínio da classe dominante sobre as instituições definidoras dos padrões de comportamento (COX, 1983). A análise gramsciana considera, portanto, a sociedade civil, o Estado e os meios de produção como uma estrutura única, sólida, denominada de “bloco histórico” (COX, 1983, p. 167). Essa estrutura seria a representação dialética da interconexão e da mútua influência entre as condições materiais e ideológicas que moldam o sistema capitalista. Dessa forma, a influência hegemônica da classe dominante se dá através da manutenção de um bloco histórico coeso, por meio da defesa da cultura e das práticas características às relações de poder que o regem.

No que tange às relações internacionais, Gramsci busca apresentá-las como uma representação lógica, isto é, posterior, das relações sociais fundamentais. Como bem ressalta Cox (1983, p. 167), a análise gramsciana não busca desmerecer a importância do Estado enquanto ator das RI, uma vez que é no contexto dos Estados em que se dá a dominação hegemônica entre classes sociais – nesse sentido Gramsci vai além e trata-o a partir do

24 Traduções dos textos originais foram feitas pelo autor.

conceito “alargado” de Estado, considerando não somente seu aparato administrativo, militar, econômico e diplomático, mas também suas bases sociais.

A hegemonia no contexto internacional não pode ser confundida com dominação de um país sobre os demais, considerando exclusivamente as relações estatais, nem pode ser utilizada como um sinônimo, ou eufemismo, do imperialismo. Nesses casos, Cox utiliza o termo “dominância”, uma vez que considera o conceito de hegemonia como mais completo e específico. Diferentemente da dominação puramente coercitiva, baseada no conceito de guerra clausewitziana²⁵, a hegemonia prevê o consentimento dos dominados, requerendo efetivamente uma estrutura na qual a dominação seja compatível com os interesses dos dominados. Essa estrutura dificilmente poderia ser alcançada exclusivamente através de relações entre Estados, sendo necessariamente determinada pelo papel das forças sociais, sobretudo o modo de produção, de criar laços transnacionais entre os diversos atores.

Portanto, percebe-se que o conceito gramsciano de hegemonia, quando aplicado à RI, não trata somente de

[...] uma ordem interestatal. Ela é uma ordem contida em uma economia mundial com um modo de produção dominante que penetra todos os países e conecta modos subordinados de produção. É também um complexo de relacionamentos sociais internacionais que conectam classes sociais de diferentes países. Hegemonia mundial é descrita como uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política; e não pode ser simplesmente uma das três coisas, mas sim todas elas. Hegemonia mundial, outrossim, é expressa por normas mundiais, instituições e mecanismos que estabelecem regras gerais de comportamento para Estados e forças da sociedade civil que atravessam fronteiras nacionais – regras que apoiam o modo dominante de produção (COX, 1983, p. 171-172).

A consideração de estruturas hegemônicas e não-hegemônicas apresenta-se como um fator importante para a análise das ordens mundiais. Períodos como a *Pax Britânica* e a *Pax Americana* estabeleceram ordens mundiais que facilitaram a expansão da economia mundial, sendo esta a principal norteadora das relações internas de produção dos Estados. Por outro lado, em períodos não-hegemônicos, o sistema interestatal sobrepunha as forças da economia mundial, subordinando-a aos seus interesses (COX, 1987). Assim,

Ordens hegemônicas tendem a limitar formas de Estado àquelas compatíveis com a estrutura social de acumulação. [...] A ordem mundial não-hegemônica, por conta da fragmentação do poder, permite a emergência de formas de Estados e estruturas sociais de acumulação não compatíveis com formas específicas de economia mundial (COX, 1983, p. 209-210).

As organizações internacionais, como ressaltado anteriormente, atuam como instrumentos de manutenção do *status quo* hegemônico pois permitem a participação dos atores dominados dando oportunidades para ajustamentos pontuais em prol de seus interesses.

25 Entendida como “o ato de violência que visa forçar o oponente a cumprir nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1976, p. 26).

Elas são normalmente cunhadas pelos Estados que estabeleceram a ordem hegemônica, refletindo seus objetivos – o sistema Bretton Woods (GATT, Banco Mundial, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), FMI e, futuramente, a OMC), a Organização das Nações Unidas e seu sistema de agências internacionais (OIT, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, etc.) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo; foram instituições definidas pelos Estados Unidos para determinar regras para as relações políticas, comerciais e econômicas, bem como os parâmetros ideológicos da futura ordem hegemônica.

Assim, a hegemonia é percebida através da estrutura de produção pois as relações sociais determinam um padrão de ideias e comportamentos acerca do universo do trabalho²⁶ e seus frutos. Diferentes atitudes são esperadas em diferentes sociedades, que por sua vez enquadram diferentes padrões sociais de produção.

Considerando a importância do conceito de hegemonia para as contribuições de Robert Cox para a Teoria Crítica das Relações Internacionais, é evidente que sua análise da ordem mundial considera as relações de poder nas sociedades e na política mundial como resultado das relações da produção²⁷, diretamente conectadas às dinâmicas entre classes sociais. A estrutura de produção mundial é representada pelas diferentes dinâmicas entre modos de relações sociais de produção, sendo afetados pela natureza e ação dos Estados e forças internacionais. O aspecto social da produção determina de três elementos centrais da estrutura produtiva global: 1) determinam o que será produzido e como será produzido; 2) determinam divisões de tarefas; e 3) determinam a distribuição de recompensas da produção, dividida desigualmente entre os papéis sociais e tarefas exercidas (COX, 1987, p. 11-12).

A visão do Sistema Internacional com base no conceito de hegemonia permite-nos uma visão ampla da realidade internacional, abrangente tanto em relação a seus atores, dimensões e bases históricas. Da mesma forma, é uma abordagem que, ao dar centralidade a fatores das relações sociais e de produção, não se limita a análises imaginativas ou teóricas – dá, assim, bases materiais para o estudo das Relações Internacionais como estas realmente são: relações de poder históricas e multidisciplinares. Compreendemos, portanto, que o papel dado por Cox às OIs e às relações sociais de produção no âmbito da ordem mundial é crítico para a análise do nosso objeto de estudo.

A Venezuela é, assim como toda a região da América Latina, parte da esfera imediata de influência dos Estados Unidos e é afetada diretamente pelas dinâmicas sociais deste país, que são reproduzidas pela sua política externa e pela configuração da ordem

26 O trabalho é definido por Cox (1987) como uma ação de transformação da natureza, físicas ou humanas (acerca da forma de organização social, por exemplo), com objetivo de suprir desejos e necessidades.

27 Os termos relações de produção, relações sociais de produção e relações de poder de produção dizem respeito ao mesmo relacionamento, dando ênfase a seus diferentes aspectos.

mundial como um todo. Os interesses da classe dominante estadunidense não são, portanto, contidos exclusivamente à política doméstica, tendo a América Latina como elemento importante para a manutenção do seu crescimento (seja por conta da expansão dos mercados ou da disponibilidade de matérias-primas) e manutenção do *status quo*, como será aprofundado no último tópico deste capítulo.

Ademais, como será tratado em detalhe no Capítulo 4, as migrações venezuelanas são fortemente apoiadas internacionalmente, sobretudo em países receptores de imigrantes, por de agências do sistema ONU, assim como diretamente pelos Estados Unidos. Dessa forma, buscamos apresentar como os padrões de comportamento internacionais são determinados por uma configuração específica da ordem mundial hegemônica que busca, através do consenso, favorecer tipos específicos de relações sociais de produção.

2.1.2 O capitalismo global e imperialismos

A configuração social europeia dos séculos XV e XVI, baseada em um modelo econômico capitalista de acumulação de riquezas, deu origem à *raison d'état* e ao SI moderno de Estados, que se conectam à economia mundial e simultaneamente acompanham e são influenciados pelo seu desenvolvimento. Neste tópico, buscaremos expor a análise histórica de Cox do desenvolvimento capitalista e das ordens mundiais, suas fases distintas e as peculiaridades acerca das relações sociais de produção.

Inicialmente, Cox explicita sua compreensão da essência do capitalismo como “uma organização da produção com objetivo de gerar a expansão do capital”, considerando que tornou-se a força dominante da economia mundial durante o século XIX. Ademais, observa a evolução do sistema capitalista em duas fases distintas: a primeira, do capitalismo competitivo, com origem na configuração social e econômica europeia mercantil do século XIV; e a segunda, do capitalismo monopolista, iniciada após a “grande depressão de 1873-96” (COX, 1987, p. 51).

A etapa competitiva do capitalismo foi marcada por dois modos de relações de produção: o autossustento e a venda do trabalho. A primeira relação de trabalho não é em si capitalista, visto que não ocorre a exploração da mais-valia através do trabalho contratual, mas coexiste com formas capitalistas ao ocupar espaços da esfera produtiva não desejados pelas grandes corporações (COX, 1987). O seu aspecto social provém da sua relação essencial com o mercado, bem como seu envolvimento com o Estado através do pagamento de impostos e regulamentações.

A relação de venda do trabalho (*enterprise-labor-market*), ainda na etapa competitiva, também não é considerada necessariamente exclusiva ao sistema capitalista, mas foi um dos fatores que possibilitaram o nascimento deste: 1) a acumulação do capital nas mãos daqueles que investiram na expansão da produção para os mercados; 2) a expansão do mercado ao ponto que a produção para o comércio era maior do que a produção para o uso; 3) a criação de mercados através da eliminação de restrições e obrigações feudais em relação a terra; e, finalmente, 4) o aumento do mercado de trabalho ao separar uma proporção grande dos trabalhadores dos meios de produção, assim permitindo que os salários fossem governados através das pressões de oferta e demanda (COX, 1987). A organização dos trabalhadores em sindicatos, a partir da consolidação da industrialização da produção, estabeleceu uma terceira forma de relação social: o “bipartism”. Essa era dependente de um balanço de forças entre os sindicatos e as empresas, normalmente alcançado pelo fortalecimento dos sindicatos e pelo interesse político do Estado em favorecer trabalhadores – caso contrário a relação retornaria para as condições anteriores de venda do trabalho (COX, 1987, p. 65-66).

Ainda durante a etapa formativa do sistema industrial, durante o século XIX, a migração apresentava-se como um indicador social que transformar-se-ia em um instrumento de diferenciação da classe trabalhadora e, quando somado à variável racial, da divisão internacional do trabalho. Especialmente na economia estadunidense, durante seu crescimento no século XX, a mão de obra imigrante (alemã, escocesa, escandinava, entre outros) e escravizada foram essenciais para a industrialização em massa.

A etapa de desenvolvimento competitivo da economia capitalista dá espaço para a futura reorganização das estruturas de poder internacionais: a ordem mundial liberal. O surgimento desta nova ordem mundial ocorre em decorrência das contradições inerentes ao bloco histórico do antigo regime²⁸, que resultaram na Revolução Francesa e no posterior esforço dos Estados envolvidos no Congresso de Viena (1815) de retorno para a antiga ordem mundial, baseada no sistema interestatal administrado pelo Tratado de Westfália (1648) e pelo equilíbrio de forças através da “balança de poder”²⁹.

28 De acordo com Cox (1987): 1) a natureza insular do Estado mercantil, que apresentava impedimentos para a continuação do acúmulo de capital; 2) as relações de produção tornaram-se cada vez menos seguras uma vez que as desaparecem as relações entre produtores e senhores feudais e mantém-se a estrutura social do Estado de exploração dos produtores, causando as reações que culminaram na Revolução Francesa; 3) as lógicas internas do Estado eram ignoradas na construção da *raison d'état*, não havendo base de apoio social; 4) o surgimento de ideologias que defendiam uma ordem mundial baseada em regras universais, apoiada pela burguesia por conta da incapacidade da ordem mundial mercantilista em garantir a paz e o crescimento da economia mundial.

29 Ressalta-se a importância do poder militar, a centralidade do Estado e a ausência de princípios de direito internacional na ordem mundial do antigo regime europeu do século XVIII. A transição para a ordem mundial liberal é marcada pelo surgimento do conceito de ‘legitimidade’, que trazia consigo o repúdio de governos despóticos que não tivessem respeito aos interesses nacionais.

A restauração da estabilidade europeia resultou, a partir dos anos 1840, na centralidade dos princípios liberais na ordem mundial liderada pela Inglaterra³⁰ e sua classe dominante burguesa que, através da sua postura em relação à economia global, influenciam as demais potências europeias (COX, 1987). A nova ordem mundial, assim como o Estado nacional liberal, operava pela separação entre os domínios da política e da economia. ‘Liberalismo’ não representava uma forma específica de governo, mas sim a estrutura não-intervencionista na economia na qual o Estado era responsável somente pela garantia das condições de uma economia mundial livre, sem condicionar as ações de seus agentes (COX, 1987), baseada fortemente nas ideias expostas por Adam Smith em sua obra *A Riqueza das Nações* (1776). Seu efeito internacional foi profundo:

A fundação política de uma ordem econômica hegemônica é tomada como tão natural que é praticamente ignorada. Políticos aprendem a observar as distinções entre economia e política em sua prática política. Essa observância sustenta a ordem econômica ao confirmar a previsibilidade de suas regras e práticas. [...] O fato que as demandas da ordem economia eram aceitas apesar das inconveniências políticas deu à ordem mundial um tipo de autonomia em relação aos interesses nacionais similar à autonomia do Estado em relação aos interesses de sua classe dominante (COX, 1987, p. 150).

A manutenção da balança de poder garantiu à Inglaterra, a partir de sua supremacia naval capaz de garantir a estabilidade externa dos Estados, e de sua consequente dominação do mercado mundial, agora livre de restrições mercantis (processo alcançado através de forte influência inglesa); as condições para uma transformação relativamente pacífica da ordem mundial. A estabilidade da ordem mundial durante o século XIX pode ser atribuída a 3 fatores: 1) a não-polaridade do conflito de classes no centro do sistema, uma vez que a burguesia deixara de ser uma classe revolucionária e os trabalhadores ainda não haviam se organizado suficientemente; 2) o *boom* econômico de 1848-1870 que sustentou forças dos governos e suprimiu esforços revolucionários; e 3) os efeitos adversos dos déficits recorrentes das zonas periféricas da economia global, que eram administrados pelos banqueiros da Europa através de novos fluxos de capital (COX, 1987). Essa estabilidade é notadamente analisada partindo do centro da ordem mundial – a periferia é, contrariamente, a área de maior instabilidade da hegemonia, onde os seus interesses econômicos são encontrados com maior resistência.

30 Baseando-se na experiência brasileira, Ricupero (2017, p. 93-94) relativiza o liberalismo inglês do início do século XIX. No contexto do auxílio à fuga da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, o autor ressalta o papel e os interesses da Inglaterra: “o pretendido pelos britânicos não era a liberdade de comércio para todos os países em todos os portos, mas um porto reservado à Grã-Bretanha com exclusividade, um tratamento privilegiado e discriminatório em relação a terceiros [...]. É, de fato, anacronismo histórico atribuir à Inglaterra de 1807-1808 a posição de advogada do livre comércio internacional que só assumiu quase meio século depois [...], após a abolição das Corn Laws e a abertura, em 1852, dos portos britânicos à navegação e ao comércio com todas as nações”.

A etapa seguinte do desenvolvimento capitalismo foi a monopolista, tendo início após a grande depressão de 1873-96. Esse evento causou a falência de muitos pequenos negócios e gerou o acúmulo de capital nas mãos de grandes empresas, marcando efetivamente o fim da etapa inicial do desenvolvimento capitalista. Foi marcada pela segunda revolução industrial e suas novas tecnologias produtivas como o aço, a eletricidade, a química orgânica e sintética, bem como o motor de combustão interna. Somado a isso, o aumento da mineração de ouro no final do século XIX ofereceu maior liquidez para as economias e gerou um incentivo ao investimento (COX, 1987). Representou, portanto, o surgimento de novas relações de produção que serviram como base para a transformação da estrutura da ordem mundial liberal, hegemônica, em direção a uma época de rivalidades imperialistas, que ultimamente resultou na Primeira Guerra Mundial.

Cox apresenta como principais características da etapa do capitalismo monopolista:

1) a concentração do capital em grandes unidades corporativas; 2) o aumento da estrutura dual nos países desenvolvidos, com distinções entre as grandes e as pequenas empresas, representando respectivamente seus setores monopolistas e competitivos; 3) o aumento da importância dos bancos e Estados no financiamento de grandes indústrias; 4) um aumento da preocupação dos Estados sobre o arrecadamento de capital para a indústria e sobre a manutenção das condições de crescimento seguro da produção e da acumulação de capital; 5) uma divisão internacional do trabalho produzida pelo capital dos países mais industrializados ao investir na produção complementar e subsidiária em países menos industrializados (COX, 1987, p. 69).

Ainda, afirma que a etapa inicial do capitalismo monopolista, dos imperialismos rivais, pode ser dividida em três fases:

De 1870 a 1890 a estrutura de poder, práticas, ideologias e instituições da era liberal tornam-se mais fracas, desafiadas não por uma ordem mundial alternativa, mas sim por ambições nacionais conflitantes. Rejeitando uma ordem mundial os líderes nacionais focaram na restituição do abismo do antagonismo de classes para consolidar lealdades à ordem nacional. [...] De 1900 até a Primeira Guerra Mundial as forças sociais tornam-se mais articuladas; a iniciativa das políticas sociais não vinha mais de cima, mas de baixo. [...] De 1919 a 1945 há uma fase de construção de novos blocos históricos como bases para diferentes trajetórias de desenvolvimento com *tripartism*, corporativismo estatal e planejamento central como as principais formas de relações sociais de produção (COX, 1987, p. 163).

A descrição de Cox do capitalismo monopolista remete à caracterização original de Lênin (2011), que também determina 5 traços fundamentais. Este, contudo, faz maior referência ao aspecto geográfico³¹ da economia capitalista mundial:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse 'capital financeiro' da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância

31 O aspecto geográfico era central para o conceito 'tradicional' de imperialismo. Com os movimentos de globalização e internacionalização do Estado, assim como os processos de descolonização, passou-se a questionar a validade do conceito original, dando origem a novas interpretações: o 'novo imperialismo' de David Harvey (2003), ou a abordagem neo-gramsciana a partir do conceito de hegemonia, por exemplo.

particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 2011, p. 218).

As mudanças internas das sociedades, como a urbanização, a industrialização e o maior nível de acumulação, somadas às mudanças do sistema interestatal, que passa de uma hegemonia baseada na balança de poder para um conflito anárquico entre ambições imperialistas rivais; podem ser considerados como responsáveis pelo surgimento de diferentes configurações de Estados e relações de produção nesse período (COX, 1987).

As unificações da Alemanha e da Itália, no final do século XIX, somadas à decisão inglesa de negligenciar a balança de poder europeia, também foram fatores da profunda modificação da lógica do sistema interestatal europeu. O novo sistema de poder deu espaço para novas alianças que, diferentemente daquelas do Concerto Europeu, apresentavam-se cada vez mais permanentes – marca, portanto, o fim da organização internacional europeia baseada na balança de poder (COX, 1987).

Assim como serviu de base para o crescimento da Inglaterra e sua ordem mundial hegemônica, o processo de industrialização, agora na Alemanha e nos Estados Unidos, representou materialmente as capacidades políticas e militares dos países, sendo fator central da sua competitividade no sistema interestatal. Também afetou a ordem social interna das sociedades, agora muito mais populosas e crescentemente urbanas. Com a aproximação física de indivíduos que sofriam das mesmas dificuldades sociais, os Estados encontraram-se confrontados fortemente pela “questão do trabalho”, sobretudo partindo dos trabalhadores “estabelecidos” (mais bem organizados e com demandas mais claras) (COX, 1987, p. 156). Dessa forma,

A mudança mais importante no âmbito da produção foi a transição das oficinas para as linhas de montagem. Isso mudou completamente a natureza do trabalho, das qualificações necessárias para os trabalhadores e o método de controle sobre o processo de trabalho levando, no longo prazo, as novas formas de organização e comportamentos políticos dos trabalhadores (COX, 1987, p. 159).

Modifica-se também o papel do Estado, agora mais atuante na estrutura social de acumulação. Estadistas conseguiram garantir a lealdade ao Estado e ao projeto de política externa (imperialista) através da intermediação dos conflitos de classe por meio dos conceitos de nacionalismo, protecionismo e do Estado de bem-estar³² (COX, 1987).

As rivalidades entre potências imperialistas apresentaram-se através do protecionismo e da luta por mercados e colônias. O protecionismo imperialista representou diferentes noções

32 O *tripartism* representa uma das novas configurações das relações sociais da produção, sendo caracterizado pela participação do Estado como mediador dos conflitos entre o trabalho organizado e o grande capital, agora monopolista.

nos diferentes países: na França ilustrou o interesse do Estado em favorecer e modernizar seus setores nacionais; na Alemanha e no Japão demonstrou como o Estado serviu de ator central na coordenação do desenvolvimento da economia e da sociedade; e na Inglaterra, apesar de programas protecionistas, manteve-se leal às políticas econômicas liberais do seu passado hegemônico, que beneficiavam os interesses econômicos da “City” de Londres (COX, 1987). A expansão ultramar das últimas duas décadas do século XIX também servia como forma de proteção ao crescimento industrial nacional, tanto pela incapacidade do mercado interno de suportar os níveis de produção como pela insuficiência de matérias-primas necessárias para a produção industrial. As colônias serviram, assim, como palco para os conflitos entre os expansivos interesses imperialistas sem ameaçar diretamente o território europeu.

Em um sentido mais amplo, o período de competição imperialista do final do século XIX e início do século XX também pode ser percebido como:

um momento importante para a luta de direitos por parte dos cidadãos. É a época histórica do surgimento dos direitos de terceira geração, os direitos econômicos e sociais³³, que são estabelecidos através do Estado. A demanda social consistia na exigência de que o Estado passasse a intervir junto à sociedade e ao mercado, com o escopo de fomentar a justiça social. O Mercado passa a ser visto como elemento causador da desigualdade e miséria das populações, por isso, é rechaçado. O Estado é invocado a intervir no mercado, organizar as bases da sociedade e determinar os critérios de distribuição da renda, salvaguardando os cidadãos das intempéries do mercado livre (SILVA, 1999, p. 99).

Percebe-se, portanto, que a ausência de uma potência hegemônica permitiu uma maior liberdade interna aos Estados, livres da ameaça de intervenção externa em prol dos interesses da potência central. Diferentes formas de Estados foram adotadas nos países que se encontravam atrasados em suas capacidades materiais para acelerar sua industrialização, preservar sua autonomia ou aumentar seu poder frente às potências centrais. Na Rússia, tomou-se a via revolucionária bolchevique de desenvolvimento não capitalista³⁴, enquanto na Itália, e posteriormente na Alemanha, o movimento fascista ganhou força como um modelo capitalista de *catch-up*³⁵.

2.1.3 A Pax Americana

33 Complementares aos direitos de primeira e segunda geração, que dizem respeito, respectivamente, às liberdades individuais e os direitos de participação política (SILVA, 1999, p. 98).

34 O Estado comandado pelo Partido Comunista assume uma forma redistributiva distinta do modelo capitalista acumulador, sendo marcado por relações sociais de produção transitórias. Não é uma evolução do modelo de Estado liberal, mas sim do agrário, no qual o czarismo poderia ser comparado às monarquias europeias do séc. XVII (COX, 1987).

35 Para Cox, o fascismo é visto como uma distorção do mesmo processo que gerou o Estado nacionalista de bem-estar, visto que ambos possuíam similares funções econômicas e apresentaram-se como contrários ao modelo liberal de dominação das forças do mercado, mas apresentando bases políticas e sociais distintas. Ademais, tanto o Estado fascista como o de bem-estar buscaram expandir o desenvolvimento produtivo capitalista como forma de superar a “questão do trabalho” (COX, 1987, p. 189).

Entende-se que, a partir do final da segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos forjam e mantêm uma nova ordem mundial hegemônica, similar àquela liderada pela Inglaterra durante o século XIX. Contudo, diferentemente desta última, a nova ordem mundial estadunidense não seria baseada no controle da distribuição relativamente equitativa de poder através de uma ‘balança’ – neste novo momento desenvolve-se um distanciamento claro, bipolar e polarizado, entre as capacidades dos Estados Unidos e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) quando comparados aos demais países centrais. Ademais, buscar-se-ia instaurar sistemas multilaterais de governança global, abandonando as disputas interestatais características do sistema de balança de poder.

Com a mudança profunda nas relações de poder entre Estados no pós-Segunda Guerra, os Estados Unidos tomam a posição de liderança que fora construída desde o início do século através de suas capacidades econômicas e militares, bem como pela consolidação de uma hegemonia social doméstica, que ainda era limitada pela sua posição isolacionista. Sua enorme capacidade de endividamento fornece grande liquidez para o sistema internacional e, somada aos princípios liberais de livre comércio, dá bases para o crescimento da economia mundial nas duas décadas posteriores às guerras.

A economia mundial é reconstruída de maneira a permitir a acumulação de capital além das fronteiras nacionais, tendo como base o livre movimento de bens, capital e tecnologia, sem discriminações nas relações econômicas. Sua ideologia central é, portanto, a de que a economia mundial livre serve como um jogo de soma positiva, no qual alguns podem ser beneficiados mais do que os outros, mas todos possuem possibilidades de ganhar – permite, portanto, que haja consentimento na participação na ordem mundial (COX, 1987). O mercado mundial tornou-se, contudo, uma dimensão de competição entre atores desiguais capazes de manipular suas condições, muito diferente da estrutura imaginada na teoria econômica liberal do século XIX (COX, 1987).

Assim, a *Pax Americana* foi responsável pela emergência de uma “economia mundial de produção internacional”, isto é, um sistema interconectado de nações pelo qual flui bens e capital e no qual a produção ocorre de forma transnacional, beneficiando-se das diferenças de preços e disponibilidade dos fatores de produção (COX, 1987, p. 244), sobretudo o preço de insumos, do trabalho e a remuneração do capital. A internacionalização do processo produtivo resultou no processo de internacionalização do Estado através do ajustamento de seu funcionamento interno para a lógica da produção mundial. Percebe-se, ademais, que a transnacionalização da produção aprofundou as disparidades entre trabalhadores sujeitos a diferentes relações sociais de produção, efetivamente aumentando os privilégios dos

trabalhadores estabelecidos dos países centrais do sistema capitalista e enfraquecendo a classe trabalhadora dos países periféricos (COX, 1987).

Na nova ordem internacional, a estrutura básica de acumulação do Estado liberal é mantida, mas desenvolvem-se diferentes formas de Estado voltadas para a conexão das zonas periféricas com a economia mundial, ou seja, formas ajustadas internamente para as dinâmicas da ordem mundial hegemônica (COX, 1987). A forma de Estado neoliberal³⁶ foi adotada pelos países com forças produtivas já desenvolvidas, notadamente aqueles da OCDE que transformaram o Estado de bem-estar da ordem mundial anterior para melhor adaptarem-se à nova economia mundial. O Estado neoliberal atuou como mediador entre o mercado mundial oligopolista e grupos políticos domésticos ao oferecer exceções da doutrina liberal a determinados setores (subsídios, crédito, políticas de preços etc.) (COX, 1987). Sobretudo a partir da década de 1980, as políticas neoliberais foram apresentadas para os países periféricos como a única forma de desenvolvimento sustentável, sendo quesitos centrais para aprovação de projetos de assistência econômica internacional e empréstimos – efetivamente minimizando as capacidades de decisão sobre as políticas monetárias, cambiais e fiscais de governos periféricos.

A outra forma de Estado foi o desenvolvimentista, característico dos países periféricos onde a falta de uma hegemonia burguesa estabelecida demandou uma posição autoritária para possibilitar o início do desenvolvimento capitalista. Algumas outras formas periféricas de Estado apresentavam certa ameaça à ordem mundial, por isso aplicaram-se certos instrumentos hegemônicos de controle: imposições do FMI sobre políticas econômicas internas; programas de promoção de agricultura sustentável e emprego; ajuda administrativa bilateral e da ONU; e ajuda militar bilateral para contrainsurgência (COX, 1987)³⁷.

Quanto às instituições internacionais da nova ordem mundial, entende-se que estas representaram a vitória dos internacionalistas liberais sobre os proponentes do capitalismo de Estado. O Plano Marshall³⁸, em conjunto com o sistema de Bretton Woods, foram os principais instrumentos de formação da nova ordem mundial, oferecendo o incentivo e os meios necessários para a inclusão da Europa ocidental. Para isso, estabeleceram seus princípios ideológicos básicos: o multilateralismo, a conversibilidade do câmbio e a liberalização do comércio. O Plano Marshall serviu também como fator influenciador do

36 O termo ‘neoliberal’ é utilizado pelo autor em referência ao Estado liberal de bem-estar durante a etapa monopolística do capitalismo, ou seja, sem ligação aos princípios do liberalismo clássico do séc. XIX. Cox (1987) caracteriza como ‘hiperliberal’ a forma de Estado conhecida comumente por ‘neoliberal’ por buscar retomar os princípios do Liberalismo clássico.

37 Esse último ponto é de suma importância para a compreensão do objeto do trabalho, visto que é historicamente uma das principais estratégias empregadas pelos EUA na América Latina.

38 O Plano Marshall conseguiu garantir uma orientação de centro-direita na política dos países Europeus no pós-Guerra, efetivamente provendo a base política para a posterior construção dos Estados neoliberais (COX, 1987).

balanço social interno e dos blocos históricos dos Estados europeus, sobretudo no que tange as relações de produção. O sistema de Bretton Woods é descrito como:

um comprometimento entre a prestação de contas dos governos (sobretudo de países devedores) às instituições da economia mundial e a prestação de contas às opiniões domésticas quanto às suas performances econômicas e de manutenção do bem-estar. Para poderem tomar ou renovar empréstimos, governos deveriam satisfazer condições estabelecidas pelas instituições internacionais. A habilidade de tomar empréstimos possibilitaria que os governos suavizassem os impactos do crescimento econômico externo, isto é, o crescimento de rivais com vantagens competitivas sobre a sua produção nacional (COX, 1987, p. 254-255).

Assim, a fim de adequarem-se à lógica da nova ordem mundial hegemônica, os Estados buscam adaptar suas instituições domésticas aos padrões internacionais, criando efetivamente uma dupla responsabilização: com a ordem mundial hegemônica e com suas forças sociais domésticas. Essa lógica mantém-se funcional enquanto a economia mundial apresenta crescimento constante, garantindo a compreensão da liderança dos Estados Unidos como benéfica a todos seus membros. Assim, apesar da centralidade dos atores governamentais estadunidenses, as ‘linhas de força’ não estavam colocadas diretamente de cima para baixo – o aspecto consensual da ordem hegemônica é percebido pelo papel ativo dado aos membros centrais não hegemônicos, através da interação entre suas instituições e agências internas, na garantia do seu funcionamento (COX, 1987, p. 256). Assim, as ações de garantia do seu funcionamento não são entendidas como em prol de um país ou outro, buscando-se entender que sua manutenção é um objetivo coletivo, uma vez que esta é capaz de gerar benefícios mútuos.

É na periferia da ordem mundial onde apresentam-se mais fortemente seus elementos contraditórios, gerando maior resistência à adesão, visto que com a maior integração das economias à ordem mundial, foram as mais desenvolvidas aquelas capazes de melhor adaptarem-se às novas oportunidades. Surgem movimentos contra hegemônicos de grupos sociais vulneráveis de países periféricos resistentes às demandas da acumulação de capital transnacional, que por sua vez são tratados pelos ideólogos dos países centrais como fatores de ‘ingovernabilidade’, potencialmente ameaçadores à ordem internacional. Nesses casos de governos dissidentes, a aderência à ordem é buscada primeiramente através da diplomacia ou do apoio à oposição doméstica, mas, em casos mais extremos, também por meio da coerção³⁹:

Assim, a crise externa é normalmente o evento inescapável que precipita a reestruturação da burocracia estatal, das políticas e de coalizões de apoio de países Terceiro Mundo para adequarem-se aos requerimentos da produção internacional. A internacionalização do Estado do Terceiro Mundo é abertamente mais induzida por

39 Como afirma Cox (1987, p. 262): “desconsiderando a aguda crise do golpe chileno em 1973, a não-conformidade do Terceiro Mundo provou-se administrável, tendo alguns desses países apresentado milagres econômicos de crescimento”. No caso brasileiro, a natureza insustentável do milagre econômico serviu para explicitar ainda mais o caráter dependente e subalternizado da periferia do capitalismo.

pressões externas do que a internacionalização do Estado capitalista avançado e provoca, portanto, mais sensibilização e ressentimento (COX, 1987, p. 265).

Tem-se instaurada, então, uma nova configuração da política internacional sob dominação hegemônica dos Estados Unidos. A descrição das ordens mundiais anteriores serviu para explicitar suas diferenças e peculiaridades, a fim de melhor caracterizar a atual ordem mundial hegemônica. Entende-se, portanto, que o desenvolvimento das forças produtivas e sociais capitalistas foi o pano de fundo para as diferentes estruturas internacionais de poder, que oscilaram entre períodos hegemônicos e não-hegemônicos.

As características dessa ordem mundial foram fortemente determinadas pela forma como deu-se a integração dos Estados Unidos no Sistema Internacional, bem como pelo estágio de desenvolvimento da sua economia e forças sociais, tema tratado no próximo capítulo. Considerando a consolidação da hegemonia da classe social dominante estadunidense e seu papel fundamental na determinação da sua *raison d'état*, argumenta-se que as estruturas da ordem mundial contemporânea são instrumentos de extensão do domínio econômico e político dos atores domésticos dos Estados Unidos e dos países centrais, agora em uma escala transnacional. É através dessa compreensão do Sistema Internacional que buscaremos compreender o movimento migratório venezuelano e a sua relação com Estados Unidos e sua ordem mundial.

A seguir trataremos da configuração da ordem mundial após o ponto crítico da década de 1970, manifestação de conflitos sociais e políticos relacionados à esfera da produção, do Estado e da ordem mundial, que teve como respostas os movimentos neoliberais do tatcherismo e do reaganismo (COX, 1987). Será analisado, portanto, como a ordem mundial estadunidense reagiu a uma potencial reação contra hegemônica, os instrumentos empregados e como se deram as relações entre centro-periferia nesse período de crise hegemônica.

2.1.4 O papel dos Estados Unidos na promoção do neoliberalismo

A crise dos anos 1970 foi produto direto da ordem mundial hegemônica e o papel exercido pelos Estados Unidos. Segundo Cox (1987, p. 277), a posição dos EUA de fundador e garantidor da ordem hegemônica produziu efeitos de internacionalização dos seus fatores econômicos domésticos, sobretudo a inflação gerada por seus constantes déficits de balança de pagamentos e os baixos níveis de crescimento – criando a chamada “estagflação”. Os crescentes gastos estadunidenses durante as presidências de Richard Nixon (1969-1974) e Jimmy Carter (1977-1981), notadamente os militares no Vietnã, foram financiados através de títulos de dívidas crescentemente controlados por estrangeiros e a transmissão da inflação se deu pelo aumento de preços de matérias-primas (sobretudo o petróleo, controlado pelos países

da OPEP), pelo mercado internacional de eurodólares⁴⁰ e por sistemas de taxas de câmbio flexíveis (COX, 1987).

O colapso do crescimento gerou, assim, o fim do consenso social dos benefícios daquela configuração do modelo capitalista:

Era consensual tanto no campo político da esquerda como da direita que o Estado capitalista deveria apoiar o capital em sua missão de acumulação e legitimar essa acumulação nas mentes do público ao moderar os efeitos negativos da acumulação através de bem-estar e emprego. Com a estagnação do crescimento, a contradição entre as duas funções da acumulação e legitimação tornava-se mais aguda. [...] Nessa circunstância, governos dos países capitalistas avançados, independente de sua orientação política, tenderam para os interesses do capital (COX, 1987, p. 281-282).

A reconfiguração das condições sociais, políticas e materiais do bloco histórico anterior produziu uma reorganização da forma de Estado capitalista⁴¹. Os movimentos neoliberais do tatcherismo, na Inglaterra, e do reaganismo, nos Estados Unidos em 1979 e em 1980, respectivamente; foram, portanto, modificações na estrutura política em resposta ao mal funcionamento gerado pela crise. Como citado anteriormente, Cox caracteriza tais formas de Estado como “hiperliberais”, referindo-se ao retorno à defesa dos princípios liberais do capitalismo competitivo do século XIX (sobretudo a separação entre política e economia e a não-intervenção) (1987, p. 286), mas são tratados pela grande maioria dos autores como neoliberais.

Essa nova forma de Estado é planejada com base na ideologia construída por Ludwig Von Mises, seu discípulo Fredrich Hayek, além de Milton Friedman e Karl Popper; cujas produções representavam reações teórico-políticas contra o Estado intervencionista e o modelo de bem-estar, defendendo os direitos de primeira geração, individuais, frente a qualquer limitação das forças de mercado pelo Estado – em especial a solidariedade social e o coletivismo. Já em 1947, em resposta às políticas dos Estados de bem-estar social europeus, esses acadêmicos condensam suas produções na chamada Sociedade de Mont Pèlerin, mas estas só seriam adotadas pelas novas formas de Estado após a crise capitalista da década de 1970 (SILVA, 1999).

Essa reconfiguração da estrutura da ordem mundial foi estabelecida pelos atores centrais da hegemonia, como a OCDE, que definiram uma nova doutrina e padrões de comportamento baseados na estabilidade monetária, na disciplina orçamentária através da contenção de gastos sociais, na restauração da taxa “natural” de desemprego, nas reformas fiscais e na desregulamentação financeira, entre outros. Mantém-se, assim, “um Estado forte

40 Eurodólares são definidos como os depósitos de dólares em países estrangeiros, sobretudo os grandes exportadores que utilizavam da liquidez para financiamentos de empresas e países em desenvolvimento.

41 Não obstante o esforço internacional pela disseminação do neoliberalismo, modelos econômicos alternativos, como os desenvolvimentistas, ainda possuíam representação na América Latina.

na sua capacidade de romper o poder dos trabalhadores e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” que gera uma “saudável desigualdade” que “iria voltar a dinamizar as economias avançadas, [...] as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado” (ANDERSON, 1995, p. 02-03). O anticomunismo, central durante todo o período pós-guerra e não mais em referência somente à URSS mas também os governos sociais-democratas europeus, e também o militarismo dos Estados centrais⁴², não tanto por seus efeitos econômicos, mas sobretudo por seu efeito ideológico; foram incorporados como aspectos centrais da doutrina neoliberal.

Através do Consenso de Washington⁴³, instaurado em 1989 sob direção dos Estados Unidos, e em conjunto com o FMI e Banco Mundial, o modelo neoliberal é globalizado. Objetivou levar as reformas estruturais para a periferia e, como afirma Silva (1999, p. 107), não passou de “uma versão mais sofisticada das antigas políticas colonialistas de *open door* nas quais se apelava, claramente, à força no sentido de abrir os portos de países amigos”.

A sua aplicação na América Latina é um ótimo exemplo para ilustrar as tendências de enfraquecimento da ordem mundial hegemônica a partir da crise da década de 1970, uma vez que as novas formas de Estado foram implementadas, inicialmente, por meio de ditaduras militares apoiadas pelos Estados Unidos. O ‘experimento neoliberal’ ocorreu primeiramente na ditadura chilena de Augusto Pinochet, onde este:

baniu a democracia chilena a ferro e fogo e instaurou uma das mais sanguinárias ditaduras depois do pós-guerra. E como democracia era um valor descartável (além de incompatível com a liberdade considerada essencial) aos olhos de Freidrich Hayek e Milton Friedman, o plano-piloto chileno foi executado com toda intensidade. Forma essas as medidas tomadas: ‘desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos mais ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra’ (ANDERSON, 1995, p. 19 apud SILVA, 1999, p. 105).

Com a eleição de Margareth Thatcher, em 1979, o neoliberalismo é finalmente implementado em um país de capitalismo avançado. Não demoraria muito para o modelo chegar aos Estados Unidos: em 1980 Ronald Reagan é eleito presidente e busca colocar em prática a doutrina neoliberal. A Europa ocidental segue, elegendo governos de direita ao longo da década de 1980 e o modelo neoliberal alcança o nível de referência mundial na década de 1990.

O antiestatismo neoliberal age, portanto, somente no seu papel de regulador social, uma vez que advoga pelo forte papel do Estado na manutenção dos mecanismos liberais da

42 Revela as contradições do modelo neoliberal, no qual o Estado se separa da sociedade civil para ajustar sua economia doméstica à economia mundial, mas utiliza de gastos militares constantes e crescentes para garantir a manutenção da ordem mundial hegemônica.

43 O termo Consenso de Washington refere-se ao pacote de políticas econômicas liberais defendidas pelo FMI e Banco Mundial como essenciais para a estabilidade e desenvolvimento.

ordem mundial, especialmente através do militarismo dos países centrais dirigido à periferia do sistema. O neoliberalismo na América Latina pode ser entendido como uma imposição que resulta dos efeitos da economia global sobre as nossas economias domésticas dependentes. Sob os efeitos da hegemonia, foram coagidos a aceitar as práticas neoliberais como única saída possível para a solução dos desafios econômicos encontrados, sendo a hiperinflação a mais impactante deles. Assim,

A lição que fica da longa experiência boliviana é essa: há um equivalente funcional ao trauma da ditadura militar como mecanismo para induzir democrática e não coercitivamente um povo a aceitar políticas neoliberais das mais drásticas. Este equivalente é a hiperinflação (ANDERSON, 1995, p. 10-11).

Em tratando-se de resultados, o neoliberalismo apresenta contradições que não fogem da lógica hierárquica global. Nesse sentido, é possível afirmar que o programa alcançou o que propôs: garantiu a manutenção da lógica de acumulação nos países centrais, ainda que tenha gerado deflação, desemprego e diminuição de salário nos países-alvos periféricos. Contudo, esse êxito não garantiu altas taxas de crescimento estáveis como aquelas pré-crise 1973. A razão para tal resultado, para Perry Anderson, foi devido ao fato de que:

[...] a taxa de acumulação, ou seja, da efetiva inversão em um parque de equipamentos produtivos, não apenas não cresceu durante os anos 80, como caiu em relação aos seus níveis – já médios – dos anos 70. [...] [ocorreu] porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva (ANDERSON, 1995, p. 06-07).

Com base nos crescentes indicadores de desigualdade social, altos níveis de desemprego e sucateamento das condições de trabalho, entre outros efeitos negativos do modelo neoliberal, Silva conclui que:

sem a presença de Estado intervencionista que promova a justiça social, torna-se impossível a efetivação dos direitos do homem. Pois como nos indaga Norberto Bobbio (apud BEDIN, 1997 p. 112), ‘pode ser livre (direito à liberdade) quem não tem trabalho? Quem não tem acesso à educação? Quem não está em condições de obter proteção suficiente em relação a um bem primário como a saúde?’ (SILVA, 1999, p. 110-111).

Finalmente, a nova configuração da ordem mundial hegemônica dos Estados Unidos pode ser resumida por três pontos:

1) um virtual abandono das funções de regulação central da economia mundial, sendo confiadas às instituições da hegemonia global [...] 2) pouca mudança na bipolaridade do sistema militar estratégico, mas uma relativa perda de controle das superpotências fora de seus territórios e uma perda de credibilidade em seus sentidos de prioridade, sobretudo entre aliados dos EUA; e 3) um aumento de pressões competitivas [...] (COX, 1987, p. 298).

Pode-se caracterizar a crise da hegemonia como uma difusão do poder que gerou uma perda de capacidade de manutenção da ordem consensual. O poder dos Estados Unidos começa a ser visto cada vez mais como dependente da sua predominância econômica e militar, sobretudo nas periferias da ordem mundial, onde o consenso é caracteristicamente mais frágil. Entende-se que o padrão, desde 1970, é o da instabilidade e incerteza:

o tipo de ordem que os norte-americanos constituíram gerou uma situação peculiar de interdependência político-econômica que provoca situações de vulnerabilidade mútua e de compartilhamento de interesses dos Estados Unidos com seus desafiantes [...] Porém, questiona-se até quando esse mecanismo será eficiente, uma vez que o país permanece em crise e as demais nações prosseguem seu curso de mudanças (PECEQUILO, 2013, p. X).

Assim, a ordem mundial é cada vez menos determinada pelo consentimento dos demais atores, fazendo com que “a hegemonia [dê] espaço para a dominação” e a lógica do “jogo de soma positiva” seja questionada, gerando uma crise de representação: “um bloco histórico está dissolvendo, outro ainda não tomou seu lugar” (COX, 1987, p. 299 e p. 285, respectivamente).

2.2 A ABORDAGEM DECOLONIAL

Neste tópico final buscaremos apresentar uma visão complementar à teoria apresentada anteriormente. Trataremos de como os aspectos coloniais do capitalismo elementos pertinentes para a análise contemporânea da ordem mundial hegemônica, sendo fonte legitimadora das desigualdades que buscamos apontar. Assim, apresentaremos como a ordem mundial contemporânea é diretamente influenciada pelas divisões internacionais e hierarquias estabelecidas durante a colonização, desde o século XVI, e como as migrações podem ser entendidas a partir desse recorte teórico.

Aimé Césaire, ao responder à pergunta “o que é, em seu princípio, a colonização?”, afirma que esta:

[...] não é a evangelização, nem empreitada filantrópica, nem vontade de fazer retroceder as fronteiras da ignorância, da enfermidade, da tirania; nem a expansão de Deus, nem a extensão do Direito; [...] na colonização o gesto decisivo é o do aventureiro e o do pirata, o do mercador e do armador, do caçador de ouro e do comerciante, o do apetite e da força, com a maléfica sombra projetada por trás por uma forma de civilização que em um momento de sua história se sente obrigada, endogenamente, a estender a concorrência de suas economias antagônicas à escala mundial (CÉSAIRE, 2017, p. 17).

A relação de superioridade dos Estados Unidos sobre a América Latina apresenta-se, portanto, como uma representação da realidade colonialista do capitalismo. As justificativas de inferioridade racial, incapacidade de autogoverno e tendências violentas não são mais do que instrumentos retóricos para a legitimação da subjugação dos colonizados às vontades da

metrópole – sobretudo às necessidades econômicas por mercados, matérias-primas e mão de obra. Césaire, já em 1950, alertava-nos sobre a missão libertadora estadunidense:

‘Ajuda para os países deserdados’, disse Truman. ‘Já se foi o tempo do velho colonialismo’. Isso também disse Truman. Ouçam que as grandes finanças estadunidenses julgam que chegou a hora de saquear todas as colônias do mundo. Então, queridos amigos, atenção para este fato! Sei que muitos entre vocês, decepcionados com a Europa por conta do grande asco que não escolheram presenciar, se voltam – eu sei, em pequeno número – para os Estados Unidos, e se acostumam a ver neste país um possível libertador. [...] Então, mais uma vez, cuidado! (CÉSAIRE, 2017, p. 82).

A colonização foi o processo inicial que culminou em um sistema internacional dividido hierarquicamente, através de uma “relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados em todos os continentes” (QUIJANO, 1992, p. 11), para benefício de uma classe dominante global. A intervenção externa é parte central da ordem mundial, sendo justificada em todas as suas iterações por meio de argumentos políticos e morais: “a lei natural e o cristianismo no século XVI, a missão civilizadora no século XIX e os direitos humanos e a democracia no final do século XX e início do XXI” (WALLERSTEIN, 2007, p. 59), geralmente baseados nos princípios de defesa dos inocentes.

Nesse sentido, uma particularidade da origem colonial da ordem mundial é justamente o desenvolvimento de uma epistemologia própria, uma forma de pensar considerada universal que, através das estruturas sociais, políticas e econômicas da ordem mundial, é utilizada para a dominação daqueles que pensam de forma ‘particular’, ou ‘diferente’. Quijano trata dessa dominação das intersubjetividades individuais como “colonialidade do saber”:

[...] para essa percepção ‘europeia’ ou ‘ocidental’ em plena formação, essas diferenças foram admitidas primeiramente como desigualdades, no sentido hierárquico. E tais desigualdades são percebidas como naturais: somente a cultura europeia é racional, pode conter ‘sujeitos’. Em consequência, as outras culturas são diferentes no sentido de serem desiguais, de fato inferiores, por natureza. Só podem ser ‘objetos’ do conhecimento e/ou de práticas de dominação (QUIJANO, 2000, p. 16).

Fator essencial para a colonização, a categoria da raça foi – e ainda é – o principal instrumento utilizado pelos colonizadores para subjugar as regiões não-europeias através da criação do ‘outro’, inferior e destinado à subalternidade:

Imposta como critério básico de classificação social universal da população do mundo, segundo ela [a raça] foram distribuídas as principais novas identidades sociais e geoculturais do mundo. Por um lado: ‘índio’, ‘negro’, ‘asiático’ [...]. ‘branco’ e ‘mestiço’. Por outro: ‘América’, ‘Europa’, ‘África’, ‘Ásia’ e ‘Oceania’. Sobre ela fundou-se o eurocentrismo do poder mundial capitalista e a consequente distribuição mundial do trabalho e do comércio. [...] Desse modo, raça, uma maneira e um resultado da dominação colonial moderna, invadiu todos os âmbitos do poder mundial capitalista. Em outros termos, a colonialidade se constitui em pedra fundacional do padrão de poder capitalista, colonial/moderno e eurocentrado. Tal colonialidade do poder há provado ser mais profunda e duradoura que o

colonialismo em cujo seio foi engendrado e al qual ajudou a ser mundialmente imposto (QUIJANO, 2000, p. 01).

Assim, ainda hoje,

De fato, se observam-se as linhas principais de exploração e de dominação social de escala global, as linhas matrizes do poder mundial atual, sua distribuição de recursos e de trabalho entre a população do mundo, é impossível não ver que a vasta maioria dos explorados, dos dominados, dos discriminados, são exatamente os membros das ‘raças’, das ‘etnias’, ou das ‘nações’ nas quais foram caracterizadas as populações colonizadas, no processo de formação desse poder mundial, desde a conquista da América e adiante (QUIJANO, 1992, p. 12).

Contemporaneamente, o mito da igualdade entre os Estados na ordem mundial hegemônica desfaz-se ao abordarmos o sistema internacional pós-guerra fria como unipolar, dividido por esferas hierárquicas de poder que refletem as hierarquias de cidadania de suas populações e constroem uma “força de trabalho global diferenciada” (CASTLES, 2005, p. 217) mais vulnerável e mais facilmente explorada – fortemente baseada nos padrões coloniais. A mobilidade internacional e diferença do tratamento de trabalhadores mais qualificados, muitas vezes sinônimo para trabalhadores de países ricos, evidencia a estrutura hierárquica da ordem mundial:

A nova elite global e elites políticas podem atravessar fronteiras à vontade, enquanto os pobres devem ficar em casa. [...] O British National Health Service (NHS) é fortemente dependente de médicos e enfermeiros africanos e asiáticos. Mas ao mesmo tempo países estão tomando medidas drásticas para excluir trabalhadores de baixa qualificação – apesar de precisarem urgentemente deles. [...] Normalmente estes são trabalhadores indocumentados, contratados ilegalmente (CASTLES, 2005, p. 217).

São essas as bases para a desigualdade intrínseca ao sistema internacional moderno, baseado justamente na formação de uma economia mundial sustentada pela divisão internacional do trabalho e dos papéis dos países, colocada em prática através da

Expansão dos povos e dos Estados europeus pelo restante do planeta, por meio da conquista militar, exploração economia e injustiças em massa, sob o argumento que tal expansão disseminou ou dissemina ‘algo invariavelmente chamado de civilização, crescimento e desenvolvimento econômico ou progresso’ (BANDEIRA in WALLERSTEIN, 2007).

Assim, enquanto a periferia do sistema, isto é, os países colonizados, estão presos a economias baseadas na extração de matérias-primas e venda de produtos primários, os países centrais empenham as atividades mais tecnológicas, pesadas em capital.

Com o pós-guerra nasce uma ordem mundial baseada no multilateralismo, nos direitos humanos e na igualdade de soberanias. Contudo, mesmo em um mundo livre, em sua maior parte, do colonialismo explícito, formado por povos iguais em direitos, os padrões de poder coloniais ainda se mantêm através de uma forma de dominação mais geral, subjetiva, pela qual ainda é mantida a estrutura de dominação colonial. Assim,

Embora todos pudessem ser ‘humanistas’ e pudesse haver muitos humanismos, só seria possível existir uma única verdade universal. E, até hoje, aqueles com capacidade para descobri-la estão principalmente nas zonas poderosas do Sistema-Mundo (WALLERSTEIN, 2007, p. 116).

Caracterizada como ‘colonialidade’, esta dominação subjetiva é o produto direto da brutalidade da colonização, que deixa sua marca até mesmo sobre os padrões de conhecimento, formas de expressão, e relações sociais; elementos imaginários e subjetivos dos colonizados. Cria-se, dessa forma, “um complexo cultural conhecido como a racionalidade/modernidade europeia, que foi estabelecido como um paradigma universal de conhecimento e de relação entre a humanidade e o resto do mundo” (QUIJANO, 1992, p. 14) que decisivamente moldou o desenvolvimento dos modelos capitalistas periféricos.

Outro produto da colonização foi a consagração do *droit d’ingérence*⁴⁴, isto é, o direito de intervir em nome dos princípios universalistas civilizadores (reservado à Europa e, posteriormente, aos Estados Unidos). Subordina, portanto, as soberanias nacionais às construções sociais e políticas do ocidente, notadamente os princípios de direitos humanos, democracia e estado de direito “de acordo com os interesses e conveniência das grandes potências, que são as únicas com capacidade militar para promover intervenções em outros países” (BANDEIRA in WALLERSTEIN, 2007, p. 16). Como defendido por Kofi Annan, ex-Secretário Geral da ONU, em 1999, e Richard Hass, ex-embaixador dos EUA, em 2003, a soberania nacional não é mais um conceito absoluto, mas sim condicionado ao respeito dos critérios ‘universais’ estabelecidos pelos Estados Unidos e Europa. (BANDEIRA in WALLERSTEIN, 2007).

De fato, a colonização e a divisão hierárquica primordial dos indivíduos e das regiões geoculturais em termos de raça teve como instrumento essencial a visão universalista do planeta com base no referencial europeu. Esse discurso, cujo objetivo é ultimamente defender os interesses das classes dominantes transnacionais, é universalista em três elementos centrais: a defesa dos direitos humanos e da democracia; o choque de civilizações e a superioridade da civilização ocidental; e a ideia de que não há alternativa senão a ordem mundial hegemônica.

Recentemente, diante da decadência do discurso Orientalista⁴⁵ como legitimador do direito de intervenção, da mesma forma como este substituiu o discurso teológico, consagrou-

44 Primeiro invocado por Jean-François Revel, na revista *L’Express*, em 1979, ao tratar das ditaduras centro-africanas e melhor desenvolvido por Bernard-Henri Lévy, na década de 1980, através da sua abordagem do caso do Camboja (BANDEIRA in WALLERSTEIN, 2007).

45 Definido por Edward Said (2017, p. 29) como “um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o ‘Oriente’ e (na maior parte do tempo) o ‘Ocidente’ [...] o Orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição autorizada a lidar com o Oriente – fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, o Orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente”.

se a ideologia neoliberal baseada no cientificismo, ou no ‘universalismo científico’, que busca apresentar uma ciência externa à cultura, ideologicamente neutra e desinteressada. Na prática, contudo, essa é somente uma reiteração da legitimação do poder das classes dominantes, um novo conjunto de regras universais sobre como compreender a realidade que, no fim, beneficiam os atores centrais da ordem mundial (WALLERSTEIN, 2007).

Da mesma forma, migração e raça sempre estiveram intrinsecamente conectadas. O fluxo migratório forçado de africanos para as Américas, por exemplo, foi fundamental para a consagração do modelo econômico capitalista global e estruturou a raça como elemento hierárquico. As políticas migratórias brasileiras são o exemplo disso quando, nos primeiros anos da sua história independente (1889), “Marechal Deodoro impôs a interdição de pessoas não-brancas, com a edição do Decreto 528 [...], agindo de forma ostensiva para controlar os corpos de africanos e afro-diaspóricos que ousaram a atravessar a fronteira” (SILVA, 2022, p. 01)– agora de maneira voluntária. Da mesma forma, o “problema da mão de obra” (FURTADO, 1985, p. 123), que tanto preocupou as elites brasileiras do século XIX e XX, foi resolvido não pela transformação dos negros ex-escravizados em trabalhadores assalariados, mas sim através da atração de colonos europeus por meio de políticas de incentivo à migração.

Tal diferenciação racial é perpetuada até hoje, considerando que os “imigrantes não-brancos são os mais atingidos pelo racismo sistêmico [...] [e] que imigrantes negros e negras são os/as que recebem os menores salários” (SILVA, 2022, p. 02). Imigrantes negros e negras

são os coletivos mais vulneráveis às opressões estruturais [...], [pois] além de terem que lidar com o entrecruzamento das condições de classe e gênero, também precisam enfrentar os desafios relacionados à nacionalidade e idioma (SILVA, MORAIS, 2021, p. 329).

A migração é, portanto, um fenômeno intrínseco às relações internacionais devido à forma como os países periféricos foram forçadamente integrados ao sistema de mercados internacional. A lógica de divisão internacional do trabalho acarreta a necessidade de migrar para buscar melhores condições de vida, mesmo que a hierarquização dos indivíduos, sobretudo por categorias raciais e geoculturais, impossibilite a igualdade de direitos. Dessa forma:

Hoje, a migração forçada é tanto um resultado como uma causa de transformações sociais no Sul. [...] Conflitos locais tornaram-se *proxy wars* no conflito Leste-Oeste, com os superpoderes e seus satélites provendo armas modernas aos seus aliados. [...] Mas tais guerras são simultaneamente transnacionais por envolverem diásporas de populações, voluntários estrangeiros e mercenários, e forças de intervenção internacionais (CASTLES, 2006, p. 15).

Ademais,

Interesses econômicos do Norte – como o comércio de petróleo, diamantes, coltan (minério essencial para a produção de celulares) e pequenas armas – têm um papel

importante no início e no prolongamento das guerras locais. [...] Isso revela a ambiguidade dos esforços da ‘comunidade internacional’ (que basicamente significa os Estados poderosos do Norte e agências intergovernamentais) em prevenir a migração forçada. De fato, o Norte age mais para causar a migração forçada do que para evitá-la, ao impor uma ordem econômica e política internacional que causa subdesenvolvimento e conflito (CASTLES, 2006, p. 15).

O problema da universalização dos valores não é a universalização em si. Não se nega que possa haver um conjunto de valores compartilhados por todos os indivíduos do planeta, mas ainda não é possível conhecermos estes valores devido à estrutura básica da ordem mundial, logo, “estabelecer restrições legais a crimes contra a humanidade tem pouca virtude se essas restrições não puderem ser aplicadas igualmente aos poderosos e aos vencidos” (WALLERSTEIN, 2007, p. 61).

Assim, apesar de apresentarem referenciais teóricos distintos, as visões do Sistema-Mundo, da decolonialidade e das ‘ordens mundiais’ apresentam-se como elementos complementares de uma mesma visão da estrutura político-econômica do sistema internacional moderno, cuja grande atenção reside na análise das desigualdades sistêmicas do sistema capitalista e suas representações institucionais. É razoável, portanto, considerarmos a ordem mundial hegemônica como a representação contemporânea do capitalismo global, fortemente baseada nas suas raízes coloniais produtoras de universalismos hierarquizantes.

Nesse sentido, o fenômeno atual da crise na Venezuela encaixa-se no padrão de funcionamento desta ordem mundial de origem colonial. Em meio à crise doméstica, produto da inserção dependente do país na ordem mundial, que resultou também em um grande movimento migratório forçado, o país é alvo do discurso moralista e universalista que promove ativamente uma intervenção com objetivo de destituir um sistema popular com objetivos contrários, e prejudiciais, àqueles da potência hegemônica.

3 A TRADIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

Para melhor contextualizar a relação dos Estados Unidos com a Venezuela, aspecto central do trabalho, acreditamos ser imprescindível realizar uma análise histórica da evolução da política externa estadunidense. Para tanto, buscaremos buscar as bases históricas da tradição da política externa dos Estados Unidos, sobretudo no período entre a sua independência (1776) e a consagração de sua hegemonia no âmbito internacional (1945), mas também abrangendo o período da Guerra Fria e o pós-2001. Como o panorama global já foi apresentado nos tópicos iniciais do capítulo, buscaremos abordar os aspectos regionais das relações internacionais dos EUA, sobretudo no que se refere à América Latina.

Neste capítulo, buscaremos iluminar as dinâmicas internacionais contemporâneas através da análise breve da história do desenvolvimento dos Estados Unidos com base nos princípios morais que fundamentam seus objetivos nacionais. Assim, utilizaremos o passado como um guia que, nas palavras de Cristina Pecequilo (2003, p. 33):

[...] nos permite compreender o presente e projetar o futuro, levando-nos a um exercício complexo de repensamento sobre os significados e as motivações fundamentais das relações internacionais dos Estados Unidos. Mais especificamente, o passado é um patamar a partir do qual podemos refletir sobre a real natureza desse país e os caminhos que escolheu para si mesmos no mundo, de acordo não somente com seus interesses, mas em resposta às demandas de seus valores e de seu espírito como nação.

Ademais, trataremos também das relações dos EUA com a América Latina e como esta região se encaixa nos padrões de poder internacionais. Mais especificamente, trataremos das relações entre os Estados Unidos e a Venezuela e como a interdependência abriu espaço, após a adoção de uma postura anti-hegemônica dessa última, para os desdobramentos atuais.

3.1 AS BASES DA HEGEMONIA

A estruturação política, social, econômica e securitária da ordem mundial estadunidense possui raízes na origem da sua independência, em 1776, e no processo de desenvolvimento nacional constituído lentamente até sua consolidação no final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Segundo Cristina Pecequilo (2003), há uma evolução gradual na política externa dos Estados Unidos que se adapta e atualiza seus temas conforme os padrões históricos que emergem. Assim, a política externa estadunidense apoia-se sobre uma base de valores tradicionais que são representados diferentemente ao longo da história.

O desenvolvimento dos padrões da política externa estadunidense pode ser dividido em dois períodos distintos: o primeiro entre 1776 e 1898 e o segundo entre 1898 e 1945. O primeiro período teve como processos fundamentais a consolidação da independência da

nação, a expansão e consolidação territorial e a modernização e desenvolvimento da economia na sociedade. O segundo foi o reposicionamento relativo quando os EUA, impulsionados pelo desenvolvimento interno especialmente no período pós-Guerra Civil (1865) e pelas demandas produzidas por sua condição interna, passam a exercer um papel mais ativo no sistema internacional (PECEQUILO, 2003).

A ideia de excepcionalismo estadunidense tem bases no seu processo de independência, uma vez que, “diferentemente da Europa, marcada pelas contradições e problemas sociais, a América ‘nascia livre’ e deviam-se garantir formas para que assim permanecesse, sem os vícios das monarquias tradicionais” (PECEQUILO, 2003, p. 45). Luiz Alberto Muniz Bandeira (2017) cita Thomas Paine, um dos *founding fathers* da independência estadunidense, quando este afirma, em 1776, que “a causa dos Estados Unidos é em grande medida a causa de toda a humanidade”. Bandeira adiciona ainda que:

A tendência para o messianismo nacional, que marcou a formação e impregnou a cultura do povo americano, renovou, entretanto, a tradição judaica resgatada pelo fundamentalismo bíblico dos puritanos que emigraram para a América, imaginada como a terra prometida. O povo americano, do mesmo modo que os israelitas, passou a considerar-se o mediador, o vínculo entre Deus e os homens da Terra (BANDEIRA, 2017, p. 30).

A Declaração de Independência (1776) instaura valores liberais que definem uma clara rejeição das ordens sociais e políticas europeias, bem como sua forma de relacionamento com o exterior baseada na balança de poder. Assim,

Ante esse cenário, os Estados Unidos tinham uma tarefa complexa: preservar-se das influências e interferências negativas da Europa, diferenciado-se dela e, ao mesmo tempo, garantir as condições para a manutenção, consolidação e aprofundamento de seu modo de vida. Na prática, isso era representado na combinação entre expansão comercial e ausência de ligações políticas (PECEQUILO, 2003, p. 45).

A doutrina do Destino Manifesto representou, no século XIX, a justificativa dos seus interesses de poder e de disseminação do modelo liberal com base na retórica do direito divino à conquista, uma vez que “esta possibilitaria levar a liberdade e a democracia a locais em que ainda não existiam” e não podia ser racionalizada com base em “interesses materiais, mas pelo dever que os norte-americanos tinham de espalhar seu espírito e visão, sintetizados no par democracia/república” (PECEQUILO, 2003, p. 59-60). Segundo Pecequilo (2003, p. 59):

O Destino Manifesto é apenas o começo de muitos exemplos de reafirmação do papel e do lugar especial reservado aos norte-americanos no mundo e da ligação idealismo/realismo. Funcionando como uma justificativa e racionalização de reinteresses de poder por meio de uma retórica de destino, fé, escolha e crença, a doutrina do Destino Manifesto fundamentava a perseguição de objetivos e a expansão do regime político em termos não somente de interesse, mas da importância, e necessidade, da disseminação da experiência norte-americana por meio de ações concretas.

Assim, determinam-se quatro prioridades estratégicas dos EUA:

[...] a liberdade dos mares (hoje traduzida como a liberdade dos mares e ares), a abertura de portas (visando a expansão dos interesses comerciais, o controle dos fluxos financeiros, comerciais e monetários e a proteção doméstica do país e a preservação do caráter específico de sua sociedade e política (MEAD, 1995 e 1996 in PECEQUILO, 2003, p. 31-32).

Essa “tradição internacional de Washington” é consolidada inicialmente por meios retóricos, como a premissa do *teach by example*⁴⁶, em conjunto com a estratégia de isolacionismo internacional através de alianças não permanentes, o que demonstra a perspectiva de que a expansão internacional da democracia dependia primeiramente da consolidação interna da nação estadunidense, recém-independente (PECEQUILO, 2013, p. 02-03). Portanto, durante o estágio inicial do desenvolvimento nacional as relações internacionais eram tratadas pelos EUA como um mecanismo de defesa em relação ao sistema internacional dominado pelas potências europeias, garantindo a “não contaminação” por seus problemas (PECEQUILO, 2003, p. 37, 39). Ademais, entende-se que o isolamento e proteção geográfica dos EUA providos pela “barreira atlântica”, a ausência de inimigos imediatos ou rivais entre seus vizinhos, bem como a sua autossuficiência e capacidade de expansão foram elementos “de sorte” para o seu desenvolvimento independente (PECEQUILO, 2003, p. 38-39).

A etapa seguinte foi marcada pelo expansionismo em direção ao Pacífico, marcado por “uma mescla de ações diplomáticas e projetos de colonização e ações militares, realizados pela negociação e pela conquista” (PECEQUILO, 2003, p. 57). Somado a isso, aplicaram-se as políticas de ‘Portas Abertas’ e a expansão estadunidense em direção do Pacífico que, já em 1844, conquistou, através da negociação e da ameaça militar, acordos de acesso privilegiados aos portos chineses e japoneses. Em 1867, os Estados Unidos compram o Alasca da Rússia; em 1878 chegam na Samoa; e, na década de 1890, anexam o Havaí. Após a guerra com a Espanha, em 1898, os Estados Unidos passam a controlar as Filipinas – representando a maior extensão geográfica da expansão nacional estadunidense (LIPPMANN, 1943). Ademais, a projeção da influência sobre o hemisfério como um todo, tendo como ideia norteadora a noção de superioridade e responsabilidade internacional da sua República expressa pela doutrina do Destino Manifesto, potencializou o desenvolvimento interno e garantiu a liderança regional.

O início do envolvimento direto dos Estados Unidos no sistema internacional pode ser determinado pela sua participação na Guerra Hispano-americana (1898) e as políticas de Theodore Roosevelt (1901-1909); mas seus interesses na região são claros desde 1823, com a

46 A ideia do *teach by example* busca demonstrar ao mundo a superioridade do modelo estadunidense através do seu próprio desenvolvimento econômico e social interno.

determinação da Doutrina Monroe. Utilizando também como base a retórica do Destino Manifesto e caracterizada pela máxima ‘América para os Americanos’, a Doutrina Monroe buscou limitar a influência da Europa⁴⁷ nas novas repúblicas do continente.

É a partir da Doutrina Monroe que os Estados Unidos estabelecem uma associação direta entre a sua segurança nacional e a dos países vizinhos, ampliando a sua definição do que poderia representar uma ameaça aos seus interesses. Nesse sentido, a estabilidade geral do hemisfério (econômica, securitária e humanitária) passa a ser necessária para o desenvolvimento dos Estados Unidos. Apesar dos interesses expressos pela Doutrina Monroe no século XIX, entende-se que esta não pôde ser aplicada efetivamente por conta da falta de meios militares e estratégicos dos Estados Unidos. Representou, contudo, o distanciamento estadunidense da posição isolacionista e a guinada em direção do envolvimento direto através da definição de uma zona de influência própria.

Complementada pela I Conferência Pan-americana (1889), organizada pelo secretário de Estado James Blaine, os EUA definem os temas básicos e permanentes do seu engajamento regional. Nessa conferência, buscaram estabelecer um sistema comercial e securitário continental⁴⁸ visando reverter o déficit comercial entre os EUA e a América Latina e criar mercados preferenciais para os produtos estadunidenses (PECEQUILO, 2003). Seus objetivos regionais sempre foram compreendidos em termos de segurança nacional:

[...] uma ameaça ao hemisfério, produzida interna ou externamente, era uma ameaça aos Estados Unidos, deveria ser prevenida e, quando necessário, eliminada. Nesse sentido, as duas preocupações básicas dos Estados Unidos na região, às quais posteriormente acabaram se agregando outras prioridades, eram a exclusão de ameaças externas e o encorajamento da estabilidade doméstica. [...] o grau de preocupação dos Estados Unidos com a América Latina e o nível de suas atividades flutuaram com as percepções de ameaças externas à região e com as visões sobre a instabilidade latino-americana (ATKINS, 1989, p. 109 *apud* PECEQUILO, 2003, p. 68-69)

Se, em sua concepção, a Doutrina Monroe (1823) visava conter o avanço europeu sobre a América, no seu centenário seu significado havia evoluído para servir de base para a expansão hegemônica dos EUA sobre o hemisfério ocidental justificando a intervenção diante de ameaças reais ou potenciais. Em 1904, Theodore Roosevelt defendia o direito de intervenção⁴⁹ às “nações civilizadas”, que, no hemisfério ocidental, seria exclusivo aos Estados Unidos. Determina-se, assim, que o papel dos Estados Unidos não poderia ser

47 É instaurada diante dos acordos do Congresso de Viena (1815) e das intervenções da Santa Aliança, formada pela Prússia, Áustria e Rússia; nas revoluções domésticas de países europeus na década de 1820.

48 Rubens Ricupero (2017, p. 262) descreve a reação dos países latino-americanos como dividida entre “os que se sentiam ameaçados pela proximidade do colosso” (Argentina) e os que “ou não temiam, ou esperavam lucrar com essa proximidade” (Brasil e México).

49 As ações de Roosevelt antecederam seu discurso, contudo. Henry Kissinger (1994) cita como antecedentes a intervenção da primeira década do século XX: no Haiti, em 1902; no Panamá, em 1903; na República Dominicana, em 1905; e em Cuba, em 1906.

alcançado somente através da sua consolidação interna e de “virtudes cívicas”, havendo a necessidade da integração internacional (KISSINGER, 1994, p. 36-39).

Nesse sentido, a expansão das fronteiras do experimento liberal e democrático é vista pela diplomacia estadunidense não somente como um direito, mas também como um dever. Foi, portanto, elemento essencial para a concretização do Destino Manifesto:

[...] a expansão das fronteiras possui duas dimensões: a interna, justificando o processo de expansão continental do país no século XVIII e XIX, que permitiu a consolidação do território do Atlântico ao Pacífico [...]; e a externa, cujas origens datam do século XIX com as primeiras incursões no continente americano e no Pacífico, evoluindo para o Wilsonianismo do pós-Primeira Guerra e a consolidação da hegemonia contemporânea a partir de 1945 (PECEQUILO, 2013. p. 03).

Assim, destacam-se as características contraditórias, mas, ao mesmo tempo, complementares, das premissas expressas pelos Estados Unidos em sua política externa regional nos séculos XIX e XX. Contraditoriamente, embora a Doutrina Monroe propagasse a separação e a identidade própria das Américas, isto era feito por meio de ações unilaterais, “vindas de cima”, que apenas afirmavam a posição estadunidense dentro no continente; já no pan-americanismo, apesar das similaridades com a Doutrina Monroe, havia maior sentido de complementariedade do desenvolvimento através da cooperação e solidariedade americana (PECEQUILO, 2003, p. 67). A dualidade da política externa dos EUA também é perceptível em suas oscilações entre os objetivos reais e morais da sua atuação internacional, sendo representativa da mescla de pragmatismo e idealismo característica das relações internacionais deste país (PECEQUILO, 2003).

O cenário internacional é modificado com a grande guerra de 1914. O Concerto Europeu é destruído definitivamente após os anos de conflitos entre as potências europeias, cabendo aos Estados Unidos finalizar esse capítulo da história do continente europeu. A entrada estadunidense no conflito foi decisiva para vitória dos aliados sobre a Alemanha e, como esperado por Woodrow Wilson⁵⁰ devido à superioridade produtiva e financeira dos Estados Unidos, gerou a possibilidade de imposição dos termos da nova ordem – não mais baseada na balança de poder ou na *realpolitik*, mas sim no idealismo estadunidense. O tratado de Versalhes (1919) marcou, portanto, a primeira tentativa estadunidense de estabelecimento de uma ordem internacional, encarnada no Wilsonianismo e na Liga das Nações tendo como base três pilares: a democracia, a segurança coletiva e a autodeterminação dos povos (PECEQUILO, 2013).

50 Como afirma Wilson, conforme Kissinger (1994, p. 224): “Quando a guerra terminar nós poderemos forçar a eles nossa maneira de pensar, pois nesse momento eles estarão, entre outras coisas, financeiramente em nossas mãos”.

Assim, os 14 pontos de Wilson⁵¹ representaram a busca pela concretização da tarefa de construção da ordem mundial por parte dos Estados Unidos, globalizando o seu papel regional e direcionando-se para uma posição mais condizente com seus interesses e condições materiais. A Liga das Nações pode ser analisada também como palco da mundialização do conceito de segurança coletiva, até então aplicado exclusivamente ao continente americano através da Doutrina Monroe.

Contudo, as forças isolacionistas internas dos EUA não apoiaram a iniciativa e o cenário internacional, especialmente após a crise de 1929, não foi propício para a consagração do institucionalismo multilateral⁵². A autoafirmação dos princípios defendidos nos tratados de paz não se provou efetiva, faltando métodos práticos para aplicá-los. A retomada do projeto foi possível somente após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando “foi retomada esta postura ativista, inaugurando, a partir de uma base sólida de recursos materiais e ideológicos, sua era hegemônica” (PECEQUILO, 2013, p. 04). Isso ocorreu pois:

[...] as realidades de poder e os desafios ao interesse norte-americano em 1945 eram diferentes dos de 1918, fornecendo à potência um novo caráter e uma nova perspectiva. Três fatores em combinação definiam as feições do sistema e dos próprios Estados Unidos. Primeiro, a Segunda Guerra tinha sido o capítulo final da destruição da Europa [...] como centro das relações internacionais [...]. Segundo, o conflito havia beneficiado os Estados Unidos mais do que qualquer outro país, ao mesmo tempo em que produzira enormes perdas em seus aliados de guerra, aí incluída a sua futura adversária, a URSS. Em 1945, a posição de poder norte-americana era extremamente mais avançada do que em 1918, com uma vantagem política, diplomática, militar, estratégica e econômica incomparável. Terceiro, mesmo com as perdas da Guerra, a URSS emergia, ao lado dos Estados Unidos, como uma potência internacional, também favorecida pelo declínio europeu (PECEQUILO, 2003, p. 128).

A postura do presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) de maior participação no conflito fez com que este fosse considerado, ao menos na visão de Henry Kissinger (1994, p. 370), diplomata e secretário de Estado durante as presidências de Richard Nixon e Gerald Ford (1974-1977), “com a possível exceção de Abraham Lincoln”, o presidente que marcou de forma mais decisiva a história estadunidense – e, devido ao papel adotado pelos Estados Unidos como consequência da posição de liderança hegemônica resultante, a história mundial. A crença na excepcionalidade estadunidense também é demonstrada na afirmação de que

51 Oito pontos apresentados como obrigatórios: diplomacia aberta, liberdade dos mares, desarmamento geral, remoção de barreiras comerciais, resolução imparcial de reivindicações coloniais, restauração da Bélgica, evacuação do território russo e o estabelecimento da Liga das Nações. E seis pontos complementares: restauração da Alsace-Lorraine para o território francês, garantia da autonomia das minorias dos Impérios austro-húngaro e otomano, reajustamento das fronteiras italianas, evacuação dos Bálcãs, internacionalização do estreito de Dardanelos e a independência da Polônia (KISSINGER, 1994, p. 225).

52 Kissinger (1994, p. 247) descreve a falha do policiamento do Acordo de Versalhes como “baseada em dois conceitos gerais que se cancelavam. O primeiro [a segurança coletiva] falhou pois era muito amplo, e o segundo [a contenção da Alemanha através da aliança franco-inglesa] por ser muito relutante.”

“depois de Roosevelt ter restaurado a esperança em casa, o destino impôs a ele a obrigação de defender a democracia no mundo” (KISSINGER, 1994, p. 370).

Antes do término efetivo da 2ª Guerra Mundial, os Estados Unidos e a Inglaterra iniciaram o planejamento da nova ordem mundial. Em 1944, antes mesmo da invasão da Normandia, organizaram a Conferência de Bretton Woods com o objetivo de criar as bases para um sistema econômico que não cometeria os mesmos erros daquele implementado no entreguerras. Assim, concordam acerca do GATT, da criação do FMI e do BIRD. No sentido político, reunidos em Dumbarton Oaks, Roosevelt tratou de resgatar o projeto do institucionalismo multilateral, agora com instrumentos mais práticos, através do que viria a ser a Carta da ONU: Conselho de Segurança representando o modelo dos “4 policiais” mundiais (EUA, União Soviética, Inglaterra e China), a Assembleia Geral (o órgão representativo dos demais países) somados ao Secretariado e à Corte Internacional de Justiça (BANDEIRA, 2017, p. 144-146). O novo sistema criado pelos Estados Unidos era planejado com a hegemonia em mente, uma vez que era:

[...] aberto, transparente, fragmentado e poroso, limitando o exercício irrestrito do poder e convidando à introdução de demandas externas. Nesse sistema, foram criados mecanismos de controle e de ligação, estabelecendo compromissos e elos entre o país e seus parceiros (PECEQUILO, 2003, p. 137).

Esses esforços marcaram a iniciativa estadunidense de construção da ordem mundial que garantisse seus interesses nacionais, mesclando elementos idealistas herdados do wilsonianismo e uma visão geopolítica mais atenta. A característica hegemônica da nova ordem mundial, provém justamente da intencionalidade de aparente autolimitação do poder dos Estados Unidos e da participação igualitária “limitando os temores de dominação e de coerção” (PECEQUILO, 2003, p. 136) e baseando a legitimação da ordem mundial na adesão voluntária e na crença dos benefícios gerais. Contudo, as instituições representativas da ordem mundial facilitavam a preponderância dos Estados Unidos, seja através da participação proporcional às contribuições financeiras nas decisões do FMI, seja pelo direito ao veto no Conselho de Segurança.

Contudo, nem vitória da guerra nem seus espólios foram exclusivos dos estadunidenses. A atuação do Exército Vermelho e o declínio de poder europeu também garantiram à União Soviética grande parte dos benefícios. O desenvolvimento soviético pós 2ª Guerra Mundial foi baseado na *realpolitik*⁵³ buscando, através de uma política externa defensiva, expandir o socialismo, consolidar a influência sobre os Bálcãs, a Polônia e o Leste Europeu; ao mesmo tempo que evitava a guerra com os Estados Unidos e com a Inglaterra.

53 Bandeira (2017) argumenta que Stalin pautou a política externa da URSS pelo interesse nacional do Estado soviético. Procurou honrar os compromissos feitos com Roosevelt e Churchill em 1945 e não buscou instituir o modelo soviético sobre as repúblicas do Leste Europeu.

Contudo, a influência soviética sobre a Alemanha e o Leste europeu, somada à busca por maior controle sobre o Estreito de Dardanelos, instou, em 1946, Winston Churchill,

[...] que jamais escondera sua hostilidade à União Soviética, [a tomar] a iniciativa de desencadear a Guerra Fria, [...] ao proclamar que ‘de Stettin, no Báltico, a Trieste, no Atlântico, uma cortina de ferro foi estendida sobre o Continente (BANDEIRA, 2017, p. 157).

Assim, tendo em vista que os Estados Unidos temiam que o comunismo se espalhasse pela Europa e compreendiam a impossibilidade de imposição do modelo capitalista à força, determinou-se que a estratégia estadunidense em relação à União Soviética deveria ser a “contenção de longo prazo, paciente, mas firme e vigilante das tendências expansionistas russas” (KENNAN, 1947)⁵⁴. O presidente estadunidense Harry S. Truman anuncia, em 1947, a disposição dos Estados Unidos em prestar assistência “política, econômica e, acima de tudo, militar aos ‘povos livres’, isto é, a qualquer governo anticomunista (não importava se democrático ou ditatorial) ameaçado por insurreição, invasão estrangeira ou mesmos pressões diplomáticas” (BANDEIRA, 2017, p. 160).

Inicialmente, tal contenção foi conduzida através dos planos econômicos de reconstrução da Europa ocidental – o European Recovery Programme, comumente conhecido por Plano Marshall⁵⁵. O apoio à Europa destruída pós-guerra visou evitar a repetição das repercussões da Grande Depressão de 1929, consolidando o modelo de sociedade capitalista no continente europeu. Foi executada também através da postura anticolonial e anti-imperialista dos Estados Unidos, que disputavam influência sobre os países africanos e asiáticos anteriormente ocupados pelas potências europeias.

O conceito de *good government*, datado do governo de Theodore Roosevelt, serviria como importante estratégia de manutenção da estabilidade hegemônica. Assim, frente ao avanço comunista, os EUA institucionalizaram as *covert actions*⁵⁶ como instrumento de intervenção em todos os países que não se ajustassem às suas diretrizes estratégicas, não somente os comunistas, e, pelo National Security Act de 1947, estabeleceram a CIA (Central Intelligence Agency) dotando-a da responsabilidade de execução das ações encobertas, guerra psicológica, propaganda, guerra econômica, ações preventivas diretas, sabotagem, subversão contra governos hostis, assistência aos movimentos de resistência, guerrilhas e *refugee*

54 A política externa estadunidense durante a Guerra Fria foi profundamente impactada pela publicação anônima de “The Sources of Soviet Conduct”, de 1947, que torna-se quase uma afirmação da política oficial. Revela-se posteriormente que o autor desconhecido, o “sr. X”, era George Kennan, diplomata do Departamento de Estado (PECEQUILO, 2003, p. 148-149).

55 É considerado por Pecequilo (2003, p. 154) como “uma das mais profundas e importantes iniciativas da política externa, pois supunha uma ajuda incondicional e ampla dos Estados Unidos à Europa [...] visando garantir a estabilidade europeia, como também conquistar aliados, fortalecendo o poder norte-americano”.

56 Definidas por Bandeira (2017, p. 170) como ações que consistem em “manipular os acontecimentos e a sua percepção, de tal modo que o resultado fosse alcançado sem que seus participantes soubessem que tinham sido manipulados e, caso suspeitassem, a verdade pudesse ser plausivelmente negada”.

*liberation groups*⁵⁷ (BANDEIRA, 2017, p. 171). Construiu-se, portanto, uma gigantesca máquina militar e de inteligência, legitimando a segurança nacional a partir de enormes orçamentos para a defesa e que justificará algumas das intervenções estadunidenses promovidas pela CIA na América Latina (Guatemala, Cuba, Chile, Brasil, entre outros). A segurança nacional dos Estados Unidos fora, portanto, expandida para muito além de suas fronteiras territoriais:

[...] abrangia, já então, todo o sistema capitalista. Ela significava segurança de seus interesses e privilégios, fontes de abastecimento e mercados, propriedades e capitais, que adquiriam empresas e concessões e/ou implantavam fábricas, nos mais diversos países. Onde quer que houvesse uma plataforma da Standard Oil, uma fábrica da Coca-Cola, uma fazenda da United Fruit, [...] no Oriente Médio ou na América Latina, na Europa ou na Ásia, ali estavam as fronteiras nacionais dos Estados Unidos (BANDEIRA, 2017, p. 206).

Somados à ocupação da Alemanha Oriental, os testes atômicos soviéticos de 1949, a proclamação da República Popular da China e a eclosão da guerra na Coreia, em 1950; alarmam a administração estadunidense e a ‘paranoia anticomunista’⁵⁸ fomentou os clamores das alas conservadoras dos Estados Unidos pela utilização da bomba atômica. Harry S. Truman (1945-1953), contudo, não aceita a rota atômica, temendo o aprofundamento da guerra e o possível envolvimento soviético (BANDEIRA, 2017). A postura do seu sucessor, Dwight Eisenhower (1953-1961), viria a ser mais conservadora e combativa, representando os

[...] interesses de Wall Street, das corporações estadunidenses, cujas malhas já se estendiam pelo chamado Free World, ou seja, pelo Ocidente capitalista, na Ásia e na África. Não lhes interessava a mudança do status quo, uma real descolonização, que o fim da Segunda Guerra Mundial, com a derrota do nazifascismo, estava a possibilitar (BANDEIRA, 2017, p. 182)

Ademais,

A atuação da CIA, empreendendo a guerra secreta contra governos que contrariavam os interesses econômicos e/ou recalcitavam diante das diretrizes políticas de Washington, visou a criar um clima favorável aos investimentos americanos ao redor do mundo (BANDEIRA, 2017, p. 192).

Assim, estruturou-se a dinâmica da Guerra Fria caracterizada pelo constante medo da guerra nuclear, pelas disputas de influência nos países periféricos através das *proxy wars*⁵⁹ e

⁵⁷ As *covert actions* são uma importante estratégia de ação dos Estados Unidos e da CIA, como será apresentado no capítulo seguinte. A influência em governos estrangeiros, especialmente os de orientação política contrária aos interesses dos Estados Unidos, se dá através das práticas de *regime change*: apoio à oposição doméstica e a grupos insurgentes e isolamento internacional através de embargos econômicos.

⁵⁸ Institucionalizada, em 1947, sob o McCarthismo: Joseph McCarthy, senador estadunidense, afirmou em 1950 que “o Departamento de Estado está inteiramente infestado de comunistas. [...] Estamos empanhados numa batalha total e final entre o comunismo ateu e a cristandade” (MCCARTHY, 1950, in SCHOULTZ, 2000, p. 371). Conduziu uma “inquisição” contra os funcionários que apresentavam comportamentos dissidentes, tornando a “extrema cautela e o anticomunismo militante [...] as pedras de toque gêmeas do Serviço do Exterior durante a Guerra Fria” (SCHOULTZ, 2000, p. 371).

⁵⁹ Guerras conduzidas na periferia que, através do apoio recebido pelas grandes potências, passam a representar os grandes interesses geopolíticos destas. Como exemplos temos a Guerra da Coreia (1950), a Crise dos Mísseis (1962) e a Guerra do Vietnã (1964), por exemplo.

pela defesa institucionalizada dos interesses da classe dominante estadunidense na sua expansão sobre o resto do ‘mundo livre’. Finalmente, com base nas principais análises da evolução das relações internacionais estadunidenses, Pecequilo (2003, p. 37) compila sete componentes centrais do grande período formacional de 1776 a 1945: “o experimento norte-americano, o isolacionismo e o unilateralismo, a expansão das fronteiras, o sistema americano, as portas abertas, o império norte-americano e o wilsonianismo”.

Com a adição da defesa institucional do princípio da não-intervenção⁶⁰, Kissinger (1994, p. 17), sintetiza a visão oficial do papel dos Estados Unidos durante o século XX:

No século XX, nenhum outro país influenciou as relações internacionais tão decisivamente e de forma ambivalente quanto os Estados Unidos. Nenhuma sociedade insistiu mais firmemente na inadmissibilidade de intervenção nos assuntos domésticos de outros Estados, ou assegurou mais passionalmente seus próprios valores como universalmente aplicáveis. Nenhuma nação foi mais pragmática na conduta habitual de sua diplomacia, ou mais ideológica na perseguição de suas convicções morais históricas.

Assim, como retratado no tópico anterior em referência à natureza simultaneamente coercitiva e consensual da hegemonia, a interação da superpotência com sua área de influência não foi homogênea:

[...] o caráter misto da dominação norte-americana é o mais marcante [...] Em algumas áreas a dominação norte-americana foi duramente imperial; em outras foi construída em torno de regras e instituições consensuais (IKENBERRY, 2011 in PECEQUILO, 2013, p. 06).

O caráter dual da dominação estadunidense será melhor representado por suas relações com a América Latina, sobretudo no século XX, quando estabelece-se sua hegemonia. Portanto, para melhor apresentar as relações Estados Unidos-Venezuela, apresentaremos, no tópico seguinte, um panorama do desequilíbrio de forças presente nas relações entre os EUA e a América Latina.

3.2 A AMÉRICA LATINA COMO OBJETO DE SEGURANÇA NACIONAL ESTADUNIDENSE

A América Latina, estabelecida como área de influência exclusiva e natural dos Estados Unidos desde o século XIX, foi essencial para a contenção do avanço comunista durante a Guerra Fria e, assim, garantir a hegemonia estadunidense pós-1945. A região

⁶⁰ Pode-se considerar essa defesa institucional da não-intervenção como uma ilustração da força dos serviços de inteligência estadunidenses visto que a força da narrativa oficial estadunidense prevalece mesmo perante historiografia e documentos oficiais que confirmam suas ações intervencionistas e pró-autoritárias.

sempre teve forte caráter simbólico para os Estados Unidos. Sua importância como região estratégica aumentou profundamente após a 2ª Guerra Mundial:

Por volta do final da década de 1940, a região toda era vista em Washington como um aliado essencial no emergente equilíbrio bipolar de poder, não porque a América Latina pudesse ajudar na luta contra o comunismo, e não porque a União Soviética pudesse invadir um país próximo e usá-lo para ameaçar os Estados Unidos (embora isto, também, fosse uma preocupação), mas basicamente porque sua ‘perda’ seria interpretada ao redor do mundo como um sinal de fraqueza dos EUA (SHOULTZ, 2000, p. 409).

Jan Black (1986, *apud* BANDEIRA, 2017, p. 192-193) ilustra os objetivos da política externa estadunidense para a América Latina como:

Principalmente, assegurar as fontes de materiais estratégicos, tais como os campos de petróleo na Venezuela, as minas de estanho na Bolívia, as minas de cobre no Chile, e manter abertas as linhas de acesso. [...] A política externa dos Estados Unidos tradicionalmente enfatizou a promoção de mercados abertos, livre empresa e boas-vindas aos investimentos estrangeiros – objetivos geralmente apresentados como do interesse da humanidade [...] E a política dos Estados Unidos vis-à-vis da América Latina sempre foi regularmente usada para promover interesses privados específicos.

Contudo, nem somente preocupações securitárias, a política doméstica, nem a busca por expansão econômica explicam perfeitamente a relação dos Estados Unidos com a América Latina:

Para consegui-la, temos que acrescentar o mind-set que governa o pensamento dos funcionários dos EUA que processam essas preocupações. Este mind-set é dominado por crenças subjacentes [...] sobre os latino-americanos e, especialmente, por sua crença de que os latino-americanos são um povo inferior. [...] John Quincy Adams⁶¹ e sua geração tinham preconceitos no sentido estrito da palavra: eles pré-julgavam os católicos como inferiores aos protestantes, os hispânicos aos anglo-saxões, os de pele escura aos de pele clara.

Continua:

Então, na década de 1840, a ideologia expansionista do Destino Manifesto assumiu o controle da política dos Estados Unidos em relação à América Latina, e uma justificativa era necessária para tomar terra dos mexicanos [...] A justificativa [...] foi uma crença de que os latino-americanos que estavam no caminho da expansão, estavam apenas um pequeno degrau acima dos selvagens que haviam bloqueado a marcha da civilização das treze colônias originais que vieram a formar os Estados Unidos (SHOULTZ, 2000, p. 414).

Assim, grande parte dos países latino-americanos sofreram por intervenções diretas ou indiretas dos Estados Unidos sob a justificativa de expansão da missão civilizatória que na Guerra Fria transforma-se em defesa do avanço comunista. Na maioria dos casos, as intervenções resultaram em sangrentas ditaduras militares a partir dos anos 1950. A defesa dos interesses econômicos da classe dominante estadunidense traduzia-se nas ações de política externa do Estado “ao [promover] o liberalismo econômico através do autoritarismo

61 Filho do *founding father* John Adams, foi diplomata de carreira e presidente dos Estados Unidos entre 1825 e 1829.

político, de governos militares, a serviço da comunidade dos homens de negócios” (BANDEIRA, 2017, p. 209).

A assinatura do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), em 1947, pela maioria dos países da América Latina oficializa a zona de segurança ocidental sob os princípios da defesa coletiva e da resolução de disputas através do corpo institucional da ONU. Da mesma forma, a construção da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, em conjunto com órgãos como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Comissão (CIDH), representam a integração regional no sistema do institucionalismo multilateral sob liderança dos EUA.

A percepção dos Estados Unidos para a América Latina agora estava fundamentada na crença de que esta era dominada por tendências populistas e, visto a ameaça comunista eminente, seria incapaz de autogovernar-se. Essa postura é resumida pela fala de Kissinger, então Consultor de Segurança Nacional, em relação à eleição de Salvador Allende, no Chile: “[N]ão vejo por que precisamos ficar parados assistindo um país tornar-se comunista devido à irresponsabilidade de seu próprio povo” (SHOULTZ, 2000, p. 387). Ainda, segundo Lars Shoultz (2000, p. 377):

[...] o artigo de [Louis] Halle de 1950 na *Foreign Affairs*, ‘Sobre Uma Certa Impaciência com a América Latina’ [sinalizou] o fim da política de estímulo à democracia na América Latina do pós-guerra. A impaciência que o título do artigo referia-se era na verdade uma aversão à incapacidade da região em tornar-se democrática.

As intervenções na América Latina foram determinadas, portanto, pela defesa do interesse nacional estadunidense representado pelos interesses das empresas estadunidenses. O acesso aos mercados internacionais sempre foi visto pelos políticos domésticos dos Estados Unidos como fator central para o crescimento econômico e, conseqüentemente, seu sucesso eleitoral pessoal (SHOULTZ, 2000). Um caso célebre e determinante da política externa dos Estados Unidos foi a intervenção na Guatemala, em 1954. Foi executado para garantir, além da defesa contra a influência soviética, as propriedades e a influência da United Fruit Company no país que foram ameaçadas pelas reformas sociais de Jacobo Arbenz⁶². Representou a aplicação prática da tese dos dominós⁶³ e serviu como divisor de águas para a política externa estadunidense em relação à América Latina. A partir de 1954, o objetivo dos EUA para a região seria evitar que surgisse ‘outra Guatemala’ – para isso, seria necessário a

62 Shoultz (2000, p. 378) argumenta que em 1954 Washington não possuía provas conclusivas acerca da influência comunista na Guatemala. O Secretário de Estado John Dulles confessou que “seria impossível apresentar provas ligando claramente o governo guatemalteco a Moscou; que a decisão deve ser política e baseada em nossa profunda convicção de que deve existir um laço entre eles”.

63 O princípio dos dominós foi apresentado por Eisenhower ao Congresso estadunidense, em 1954, quando este defendeu que o empurrão comunista geraria um efeito em cadeia que afetaria toda a América Latina devido à sua “imaturidade política” (SHOULTZ, 2000, p. 378).

aplicação das atividades de inteligência para garantir a permanência de aliados (entre eles ditadores) nos governos latinos.

Shoultz (2000, p. 382-383) resume, portanto, a dinâmica das alianças entre a burocracia estadunidense e as ditaduras latinas ao relatar o caso venezuelano:

Esses ditadores amistosos ajudavam os Estados Unidos, reprimindo o comunismo e impedindo irrupções revolucionárias. [...] na Venezuela de Marcos Pérez Jiménez, a avaliação dos órgãos de inteligência dos EUA indicava que ‘a atual ditadura... não é, em geral, apreciada pelo povo, mas é popular entre a maioria das forças armadas e entre os homens de negócios e classes privilegiadas [...] E, como informava o Embaixador dos EUA, ‘o atual Governo é fortemente anticomunista e pôs fora da lei o partido comunista. [...] O Embaixador Fletcher Warren relatou que ‘a condecoração do Presidente revelou-se como o evento mais popular nas relações entre os EUA e a Venezuela em muitos, muitos anos,’ e o Departamento de Estado conclui que ‘nossas relações com a Venezuela estão em melhor forma do que já estiveram por muitos anos.’

Assim como as Forças Especiais do Exército dos EUA (os chamados ‘boinas verdes’), os Grupos Consultivos de Assistência Militar, as escolas militares estadunidenses, a Agência de Desenvolvimento Internacional⁶⁴ e programas como a Aliança para o Progresso serviram, durante as décadas de Guerra Fria, como centros de influência estadunidense para a contenção do comunismo através de políticas de contrainsurgência e programas de assistência econômica, “[constituindo] o legado permanente da administração Kennedy (1961-1963)” (SHOULTZ, 2000, p. 395). Buscaram, assim, criar um sistema permanente de ação capaz de intervir por meio das forças locais, transformando-as em agentes virtuais da política estadunidense de contenção. “Intervir era preciso, pois as apostas eram altas. Se a mudança não ocorresse rapidamente, os pobres da América Latina se voltariam para o comunismo em busca de ajuda” (SHOULTZ, 2000, p. 394).

Assim, desenvolve-se um padrão na relação entre os Estados Unidos e a América Latina justificado pela diferença de poder entre os países e a cooperação baseada na “prudência”:

[...] enviados dos EUA assumem ajudar os latino-americanos a mudar suas maneiras. Os latino-americanos resistem. Os enviados ficam frustrados. E, quando sua frustração se torna aguda, ou eles chamam os fuzileiros navais (ou criam algo como os Contras nicaraguenses) ou vão para casa e escrevem um livro de memórias sobre a cultura inferior da América Latina (SHOULTZ, 2000, p. 422).

A vitória dos revolucionários cubanos, em 1959, representou uma grande derrota dos ideais estadunidenses na América Latina que começava a demonstrar sentimentos antinorte-americanos⁶⁵. Sendo um importante ponto de interesse estadunidense, a ilha cubana fora

64 Fundada em 1961 por Kennedy, a USAID é até hoje a principal agência de assistência internacional dos Estados Unidos, sendo central para o objeto deste trabalho na análise posterior do apoio estadunidense à imigração venezuelana.

65 A visita do presidente Richard Nixon à América Latina, em 1958, ilustrou o ressentimento popular latino-americano aos Estados Unidos. Na Venezuela o estadunidense foi repreendido pela população, que apedrejara o carro presidencial e impedira que Nixon completasse seu cronograma planejado, forçando-o a refugiar-se na Embaixada estadunidense e ser resgatado por veículos militares (BANDEIRA, 2017, p. 210).

fortemente marcada pela sua interferência desde sua independência, em 1902 através da Emenda Platt⁶⁶, e durante toda a década de 1930 sob a ditadura de Fulgencio Batista (1940-44 e 1952-59), aliado próximo dos EUA. A partir de 1959, contudo, as políticas sociais de desapropriação e redistribuição de bens e terras (muitas delas de propriedade estadunidense, incluída também a United Fruit Company), bem como de nacionalização de refinarias e bancos estadunidenses⁶⁷, foram diretamente contrastantes àquelas empregadas por Fulgencio Batista, tornando o governo de Fidel Castro um claro inimigo econômico e geopolítico dos Estados Unidos.

Diante das mudanças sociais e econômicas fundamentais em curso em Cuba, desencadeou-se o episódio da fracassada tentativa de invasão estadunidense da Baía dos Porcos, em 1961, que foi logo seguida da Crise dos Mísseis, em 1962. A falha da invasão da Baía dos Porcos, planejada e executada pela CIA através dos antirrevolucionários cubanos e do exército estadunidense, resultou na implementação da Operation Mongoose, enorme projeto de *covert actions* com o objetivo de justificar a intervenção direta em Cuba (BANDEIRA, 2017).

O Chile, em 1973, também foi alvo de políticas de mudança de regime estadunidenses. Apesar de, à época, a ditadura chilena ter sido justificada pela “incompetência e ineptidão” de Salvador Allende, sabe-se hoje que os Estados Unidos tiveram papel central (PETRAS, MORLEY, 1975, p. 03). Nesse sentido, os EUA encarregaram-se da deposição do presidente chileno Salvador Allende e da instauração de uma das mais sangrentas ditaduras militares da América Latina como maneira de impedir a instauração do governo autoproclamado socialista:

Os esforços chilenos de sair da órbita capitalista e seu apoio ao pluralismo ideológico enfraqueceram os laços entre os hemisférios Norte e Sul. Desafiaram diretamente a hegemonia política dos Estados Unidos e a habilidade dos políticos estadunidenses de garantir os interesses econômicos dos Estados Unidos no continente. [...] A resposta dos Estados Unidos ao governo Allende no Chile foi dupla: uma combinação de severas pressões econômicas cujo impacto cumulativo resultaria no caos econômico interno⁶⁸ e uma política de desagregação do Estado chileno através de setores críticos específicos (os militares) e do apoio aos seus esforços de enfraquecer a capacidade do Estado de realizar seu projeto de desenvolvimento nacionalista (PETRAS, MORLEY, 1975, p. 06).

66 A Emenda Platt é adicionada à Constituição cubana em 1901, garantindo a possibilidade de intervenção caso os interesses estadunidense fossem ameaçados.

67 Em retaliação à determinação de cotas de importação do açúcar cubano pelo Sugar Act de Eisenhower, em 1960, Oswaldo Dorticós, então presidente cubano, sanciona a Lei no 851, que autorizava o governo revolucionário a expropriar bens ou empresas estrangeiras quando fosse benéfico ao interesse nacional. Foi responsável pela nacionalização de usinas de açúcar estadunidenses da United Fruit Company, bem como refinarias de petróleo da Esso e Texaco (BANDEIRA, 2017).

68 Essa mesma lógica de atuação é percebida na guerra econômica empregada atualmente contra a Venezuela, como será abordado posteriormente.

Contudo, a estratégia estadunidense de assistência externa visando a estabilidade da América Latina muda no decorrer da década de 1970. O desastre da guerra do Vietnã, os escândalos de Watergate, as decorrências políticas do Chile, somados à influência crescente da ideologia neoliberal e ao baixo apoio público às *covert actions* anticomunistas de Nixon-Kissinger; resultaram na eleição de Jimmy Carter e na consagração do discurso de defesa dos direitos humanos (SCHOULTZ, 2000).

Contudo, Lars Schoultz (1987 apud BANDEIRA, 2017, p. 193) afirma que o foco nos direitos humanos não foi exatamente central nessa administração:

Direitos Humanos são uma categoria residual na política dos Estados Unidos para a América Latina' e que somente era enfatizado, juntamente com o desenvolvimento econômico, quando não havia problemas de segurança no horizonte. 'Se alguém quiser entender o cerne das políticas dos Estados Unidos para a América Latina, deve-se estudar a segurança.

Com a dissolução da União Soviética e o final da Guerra Fria, o papel dos Estados Unidos na América Latina tornou-se supostamente menos intervencionista militarmente, mas de nenhuma maneira desprezível: as preocupações com a credibilidade internacional e segurança nacional dos EUA sempre serão centrais para a sua política externa, e a proximidade geográfica da América Latina sempre fará com que esta seja vista como uma parte natural da esfera de influência dos EUA (SHOULTZ, 2000).

Além da manutenção da estrutura militar baseada nos comandos militares regionais (o SOUTHCOM, no caso latino) e OTAN, o pós-Guerra Fria foi marcado por uma maior busca pela integração com a América Latina. Contudo, o Defense Planning Guidance de 1992 já apresentava as raízes que suportariam a doutrina Bush (2001-2009) de unilateralismo e distanciamento dos organismos multilaterais como estratégias de contenção das novas potências regionais da Eurásia e de garantia de controle de recursos energéticos. A política externa é cada vez mais organizada por meio da atuação de grupos religiosos e *think tanks* e lobismo do setor energético e do complexo industrial-militar (PECEQUILO, 2013).

Os atentados de 11/09/2001 foram, sem dúvidas, marcos fundadores de uma nova fase da política externa estadunidense. Inauguraram o consenso da vulnerabilidade territorial dos Estados Unidos, “liberaram as forças neoconservadoras, favoreceram a construção de um novo inimigo, o terrorismo fundamentalista islâmico de caráter transnacional” (PECEQUILO, 2013, p. 20). O Ato Patriota, de 2001, buscou prover as ferramentas necessárias para o combate do terrorismo, através da segurança doméstica e fronteiriça, procedimentos de vigilância e inteligência, e fortalecimento das legislações internacionais antiterrorismo⁶⁹. Em 2002, essa política foi sistematizada através do combate ao Eixo do Mal, composto por *rogue*

69 Esse ato foi responsável pela redefinição de práticas carcerárias, incluindo técnicas de interrogatórios mais duras e tortura, que resultou em escândalos internacionais nas instalações de Guantánamo (Cuba), Abu Graib (Iraque) e em instalações secretas da CIA em outros países (PECEQUILO, 2013).

*States e failed States*⁷⁰, através da prevenção do surgimento de ameaças, e não mais na contenção delas – ilustrando o seu caráter unilateral. Globalmente, essa virada na atuação estadunidense resultou em Guerras contra o Terror: no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003), assim como o envolvimento nas guerras civis da Síria (2011) e Líbia (2014).

Tendo visto a formação da tradição da política externa estadunidense, buscou-se explicitar como seu “desprezo [...] pela soberania dos outros povos, o unilateralismo [...], o militarismo, a prepotência e a arrogância, a pretensão de reformar o mundo à sua semelhança” (BANDEIRA, 2017, p. 33) não são fenômenos atuais, mas sim ancorados na fundação do país. Assim, em relação à América Latina, é de importância central abordar um dos principais desenvolvimentos da hegemonia estadunidense: o entendimento, ilustrado pelo ex-embaixador estadunidense Richard Haass (2003), de que a

[...] soberania nacional não é absoluta. [...] É condicional. Quando um Estado viola os padrões mínimos ao cometer, permitir ou ameaçar atos intoleráveis contra seu próprio povo ou outras nações, então alguns privilégios da soberania são perdidos (BANDEIRA, 2017, p. 32).

Assim, o consenso das potências centrais, sobretudo os Estados Unidos, determina a real abrangência da soberania nacional, limitando para si mesmo a soberania absoluta e encarregando-se de ‘corrigir’ ações que julgam não estarem de acordo com os padrões da ordem mundial. Em resumo, os ‘ingênuos’ líderes da periferia não têm a liberdade de determinar políticas nacionais que vão contra os interesses dos Estados Unidos e, quando o fazem, são alvos dos instrumentos hegemônicos de poder construídos no decorrer do século XX e XXI.

3.3 AS RELAÇÕES ENTRE VENEZUELA E ESTADOS UNIDOS

A Venezuela é uma nação sustentada sobretudo pela sua renda petroleira. Descoberto em 1878, o petróleo venezuelano só seria propriamente explorado a partir da década de 1920 após a primeira Lei de Hidrocarbonetos – legislação que garantia a estabilidade política, administrativa e fiscal do setor, além de estabelecer políticas de concessões e *royalties*. A classe dominante venezuelana reconhece o potencial enriquecedor do setor petroleiro do país e rapidamente consagra uma economia extrativista e exportadora aliada às empresas petroleiras internacionais (MARINGONI, 2008).

⁷⁰ A segurança, tendo em vista a ausência do antigo inimigo soviético, era baseada em novos focos de ameaça: os *rogue States* e os *failed States*. Os primeiros em referência àqueles autoritários, com pretensões regionais hegemônicas ou que não respeitam as normas da comunidade internacional (Irã, Coreia do Norte, Cuba, Venezuela). Os últimos são Estados fragmentados socialmente, com graves questões humanitárias e econômicas (Haiti) (PECEQUILO, 2013).

Por conta do papel essencial exercido pelo petróleo venezuelano na recuperação das economias após a Segunda Guerra Mundial, a Venezuela foi o principal beneficiário latino-americano do Plano Marshall, o que resultou em um estreitamento de relações com os Estados Unidos. Assim,

As companhias estrangeiras e o governo norte-americano, num contexto de Guerra Fria, não tinham do que reclamar [...] A expansão capitalista do pós-guerra materializou-se em um aumento de investimento e em um incremento das importações. Isso dava às camadas médias a sensação de acompanharem mais de perto os hábitos de consumo dos Estados Unidos. Uma modificação na lei petroleira resultou em um pequeno favorecimento às companhias (MARINGONI, 2008, p. 53).

Um importante episódio na história econômica venezuelana foi a nacionalização da indústria petroleira, em 1976. Através da criação da Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), buscou-se aumentar a participação estatal no setor energético, limitando o controle estrangeiro – as concessionárias privadas (entre elas as americanas Exxon, Shell e Mobil) atuantes no país logo tornar-se-iam meras filiais da estatal venezuelana. Contudo, ao longo da metade final do século XX, a PDVSA distanciar-se-ia dos seus objetivos principais e acabaria sobrepujada pelas estratégias de mercado das companhias transnacionais. Com a crise internacional das dívidas, em 1983, a ‘abertura petroleira’ buscava atrair mais investimentos privados e blindar a PDVSA dos efeitos da crise de financiamento do governo (MARINGONI, 2008).

O início do governo de Hugo Chávez, em 1999, em um contexto de profunda crise econômica por conta das quedas do preço do petróleo dois anos antes, teve como ponto alto a aprovação da nova Constituição que consagrava diversas modificações na organização política, social e econômica da Venezuela. A chegada ao poder do novo governo popular na Venezuela

marcou a primeira investida pesada dos setores que vislumbravam no governo Chávez alguma contrariedade com seus interesses. Foi possível sentir a existência de resistências articuladas dentro e fora do país, que se aproveitavam de toda e qualquer brecha para atacar o governo (MARINGONI, 2008, p. 115).

Dessa forma, entende-se que a nova forma de Estado de democracia popular na Venezuela é vista desde concepção com receio pela classe dominante local e pelo polo hegemônico de poder internacional. Tendo em vista a forma como a Venezuela insere-se internacionalmente e a importância deste país para os interesses dos Estados Unidos, buscaremos apresentar a postura anti-hegemônica daquele país, suas origens e as consequências deste posicionamento.

3.3.1 O não-alinhamento venezuelano

O processo contemporâneo de posicionamento anti-hegemônico venezuelano tem início com a eleição de Hugo Chávez, em 1999, e com seu projeto de implementação do ‘socialismo do século XXI’ baseado na participação popular e no investimento em programas sociais através da democratização das riquezas naturais do país – um claro contraponto ao modelo de poder oligárquico anterior, conhecido como o ‘pacto de Punto Fijo’, diante da crise do modelo neoliberal estadunidense.

Assinado em 1958, o Pacto de Punto Fijo foi uma política de Estado que garantiu a alternância de poder entre os partidos políticos dominantes, permitindo a consagração da estabilidade econômica e a manutenção das desigualdades inerentes ao capitalismo na Venezuela. Segundo Maringoni (2008):

tinha a pretensão de reduzir as diferenças ideológicas e programáticas entre seus signatários e lançar as bases para uma convergência de interesses que tinha como ponto de apoio o domínio do aparelho de Estado. [...] O Pacto representou um jeito de acomodar na partilha do poder as diversas frações da classe dominante, incluindo aí o capital financeiro, as empresas de petróleo, a cúpula do movimento sindical, a Igreja e as Forças Armadas. Além disso, esforçava-se por definir uma democracia liberal simpática aos Estados Unidos (MARINGONI, 2008, p. 62).

Em seu primeiro momento, foi responsável pela execução de políticas keynesianas de intervenção ativa na economia, mas com o “desenvolvimento do capitalismo internacional [...], a solução encontrada foi a liberalização da economia e da política através da adoção do Consenso de Washington como política oficial de Estado” (RODRIGUES, p. 19). O acordo estabeleceu uma economia baseada exclusivamente na exportação do petróleo, cujos petrodólares serviam para a mediação dos conflitos sociais (MARINGONI, 2008). Segundo Monteiro (2012), a exploração do petróleo na Venezuela tinha como determinação, desde os anos 1930, não entregar a riqueza para o estrangeiro através de duas metas:

contribuir para manter os preços do barril altos no cenário internacional garantindo a entrada de divisas, e manter a exploração interna, seja ela administrada pelo Estado ou por multinacionais estrangeiras, sob normas que garantissem que a maior parte da riqueza gerada pela atividade ficasse em solo venezuelano (MONTEIRO, 2012, p. 68-69).

Apesar da diplomacia do petróleo venezuelana no período puntofijista de 1958-1998 carecer de alinhamento automático com os interesses estadunidenses em alguns momentos da sua história e ter colocado o país em posições delicadas com estes⁷¹, pode-se afirmar que “até o início da década de 90, tirando-se as divergências pontuais, as relações bilaterais com os Estados Unidos foram intensas, de grande cooperação e sem grandes percalços” (MONTEIRO, 2012, p. 43). Durante o período de Guerra Fria, apesar das posturas

⁷¹ A principal divergência pontual entre Venezuela e Estados Unidos ocorreu em 1965, quando presidente Leoni Otero (1964-1969) denunciou a invasão estadunidense da República Dominicana à OEA (MONTEIRO, 2012, p. 44). Ademais, em seu aspecto econômico, o primeiro governo do período, de Rômulo Betancourt (1959-1964), buscou estabelecer uma política de substituição de importações com apoio estatal ao capital privado.

nacionalistas e das tentativas de aprofundamento da participação do Estado na extração do petróleo, o alinhamento estratégico com os Estados Unidos determinava um posicionamento externo específico.

Ocorreu, na década de 1970, um verdadeiro *boom* petrolífero na Venezuela que muito beneficiou as empresas estrangeiras que dominavam o setor. O alinhamento com os Estados Unidos pode ser percebido graças à manutenção do comércio com este país mesmo durante o período no qual a OPEP recusava-se a manter relações com países apoiadores do Estado de Israel (ABREU, 2019).

Mesmo durante o período de política externa mais independente, quando ocorreram nacionalizações de petroleiras estrangeiras e maior cooperação regional, durante a presidência de Andrés Pérez (1974-1979) marcada pelo grande aumento dos preços do petróleo após o choque de 1973, os EUA ainda consideravam as relações com a Venezuela dentro da normalidade – “tratava-se da democracia, sob o olhar da Casa Branca, mais confiável da América do Sul, com uma base política de sustentação de direita e historicamente avessa às empreitadas revolucionárias da esquerda” (MONTEIRO, 2012, p. 48). Essa postura externa mais independente foi prejudicada pela crise econômica mundial e pelo acirramento da Guerra Fria durante o governo conservador de Ronald Reagan, na década de 1970, fazendo com que houvesse um retorno ao alinhamento mais estreito com Washington, ainda que não tão profundo como visto nos primeiros governos puntofijistas. No caso do petróleo, isso significou uma maior internacionalização da PDVSA, bem como maior abertura do país ao capital estrangeiro neste setor (WISEMAN, BÉLAND, 2010).

Somente com Chávez deu-se início ao processo contra-hegemônico de contestação da dominação das classes dominantes nacionais e internacionais na Venezuela, visto com grande apreensão pelos Estados Unidos (ABREU, 2019). A chegada da esquerda ao poder na Venezuela provocou a destituição do alinhamento com os Estados Unidos e o fim das políticas de privatizações dos anos 1990, mas ainda manteve a diplomacia pragmática do petróleo. Assim, “Os negócios continuaram à parte, o que mudou foi a relação de amizade” (MONTEIRO, 2012, p. 77).

O processo de destituição do puntofijismo teve como foco inicial a reforma do Estado através da consolidação de diversos partidos de esquerda, como o MAS (Movimiento al Socialismo), a LCR (La Causa Radical), o PCV (Partido Comunista Venezuelano) e o MBR-200 (Movimiento Bolivariano Revolucionario), sendo este último inicialmente alinhado à ideologia bolivariana⁷² aplicada aos debates internos das Forças Armadas. Os movimentos que colocaram fim ao antigo modelo político foram inspirados pelo ‘Caracazo’, uma série de

⁷² Baseada na atuação política de Simón Bolívar, ‘o Libertador’, intelectual e revolucionário que contribuiu ativamente para a abolição da escravidão e para a independência de diversos países latino-americanos, como a Venezuela, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia.

protestos e rebeliões populares contrários às práticas neoliberais ocorridos no ano de 1989 em resposta às políticas econômicas do presidente Carlos Andrés Pérez (1989-1993). Segundo Maringoni (2008, p. 73), durante o Caracazo

Rompeu-se um padrão de convivência construído ao longo de todo o século. Os canais de mediação de demandas entre a população e o Estado – partidos políticos e sindicatos – que, durante décadas, resolveram conflitos variados, mostraram-se inúteis quando a crise se tornou irreversível. Com o Caracazo, a Venezuela fizera um pouso forçado na realidade latino-americana.

Rodrigues (2013, p. 37-38) ainda afirma que

Segundo Gott (2004; 72), ‘a história contemporânea da Venezuela começa realmente com esse acontecimento fundamental [o Caracazo], já que convenceu os oficiais bolivarianos de que deviam acelerar seus planos’. Nesta toada, mais um grande enfrentamento foi imposto ao governo: as tentativas de golpe de Estado deferidas por uma parcela das Forças Armadas.

Em 1992, o tenente-coronel Hugo Chávez e o MBR-200 executam uma tentativa de golpe de Estado contra Carlos Andrés Pérez, dando continuidade às insatisfações populares manifestadas desde 1989. Desse modo, “O descrédito do governo e das instituições venezuelanos era tal, em 1992, que as tentativas de golpe não foram vistas com antipatia, ao contrário” (MARINGONI, 2008, p. 103). Assim, apesar do fracasso da operação e da prisão de Chávez, este episódio serviria como base do apoio popular e da construção da imagem revolucionária do futuro presidente (RODRIGUES, 2013).

Em 1998, por uma mudança de estratégia do movimento revolucionário, Chávez candidata-se à presidência e é eleito com mais de 60% dos votos. Com a eleição de Chávez, em meio a uma crise institucional e partidária, é convocada uma Assembleia Constituinte que daria origem à República Bolivariana da Venezuela. Esta realiza uma reestruturação política do Estado para melhor atender aos interesses da classe trabalhadora, tendo como principal valor norteador a participação popular (ABREU, 2019) inspirada pelos ideais revolucionários bolivarianos. Chávez compreendeu que

Evocar um movimento revolucionário que tivesse lastros históricos dentro da sociedade venezuelana, com personagens caros a toda população, tornar-se-ia muito mais eficiente politicamente do que simplesmente referir-se às ideias socialistas estrangeiras e aos movimentos operários europeus estranhos à sociedade venezuelana. [...] A ideia é, pois, criar as bases de pertencimento, criar uma ideia de movimento revolucionário com raízes na memória coletiva venezuelana e ainda legitimar politicamente aquele que traz à tona este novo ideário: o próprio Chávez (RODRIGUES, 2013, p. 64-65).

[...] a figura de Bolívar funciona hoje entre os que aderiram ao movimento bolivariano como um mito aglutinador (RODRIGUES, 2013, p. 68).

Fala-se em movimento revolucionário por conta do caráter socialista dado ao Estado, diretamente contrário ao aspecto oligárquico do período anterior. Chávez buscou transformar

a antiga forma de Estado burguesa em uma voltada aos interesses populares, especialmente através de instrumentos para a realização da democracia direta e da defesa da soberania nacional venezuelana frente a agressões externas. No ano 2000, a redação das Leis Habilitantes representou uma grande reorganização de diversos aspectos da sociedade venezuelana, estando entre elas a Lei das Terras, Lei do Setor Bancário, Lei da Segurança Cidadã e Lei dos Hidrocarbonetos.

Neste mesmo sentido, foram também implementadas as Missões Sociais Bolivarianas e os Conselhos Comunais. As primeiras são caracterizadas como

Um amplo conjunto de políticas sociais que buscavam sanar déficits sociais históricos do país (como o analfabetismo, a falta de acesso à saúde pública de qualidade, o abastecimento de alimentos) e fomentar a organização dos setores populares da sociedade. [...] este programa governamental contribuiu decisivamente para a evolução positiva dos indicadores sociais do país e também para a mobilização e organização político-ideológica das classes trabalhadoras da Venezuela (RODRIGUES, 2013, p. 21)

Enquanto os Conselho Comunais, que serviram de base para as futuras Comunas Socialistas, instituíram

Uma forma alternativa de fazer político, onde a identificação das necessidades da comunidade (como falta de postos de saúde, asfalto, luz, água encanada, etc.) e as decisões sobre o que deveria ser priorizado, são tomadas em instâncias de democracia direta, através de Assembleias cuja participação é aberta a todos os moradores do local. [...] Os Conselhos Comunais emergiram como uma instância onde a população possui a autonomia para decidir o que deseja fazer com os recursos públicos – em termos de melhorias para o coletivo –, fomentando a ideia de que esta população é suficientemente capaz de tomar decisões e gerir projetos e recursos sem a necessidade de mediação de políticos profissionais. [...] As Comunas estão baseadas nos mesmos princípios de autogestão política [...], porém sua proposta inova ao trazer à tona o imperativo histórico de que sejam os próprios trabalhadores associados que controlem e dirijam os meios de produção material e detenham os frutos de seu trabalho (RODRIGUES, 2013, p. 22-23).

As forças armadas tiveram papel fundamental para a consolidação do poder popular na Venezuela. Buscando inspiração nas lutas de independência bolivarianas, a ideia de um “ejército del pueblo”, de Ezequiel Zamora⁷³, foi central na criação de “uma cultura de ‘povo em armas’, tanto através da formação acadêmica deste povo, quanto através do treinamento militar e de guerrilha” (FERREIRA, 2006. p. 78 *apud* RODRIGUES, 2013, p. 98). Com a liberalização do Estado, as forças armadas tomam um papel mais ‘tradicional’ dos modelos de Estado de Direito ao conformarem-se aos princípios de profissionalismo, neutralidade política e subordinação à esfera civil.

Contudo, Chávez retoma a ideia das Forças Armadas e do povo como uma força única. Em 1999, a nova Constituição modifica o papel ideológico e político das Forças Armadas Nacionais alterando seu status de “apolíticas” para “sem militância política”, tornando-as uma

⁷³ Ezequiel Zamora foi o líder do exército popular na Guerra Federal (1858-1863), travada contra a classe dominante após o não-cumprimento dos compromissos firmados durante o período de pós-independência da Venezuela (1811).

instância fundamental para a consolidação do Estado bolivariano. A instauração das unidades da Milícia Popular Bolivariana, em 2008⁷⁴, compostas por civis e militares reservistas, fortaleceu o papel ativo das Forças Armadas na construção da sociedade civil e desenvolvimento do país ao servir como instrumento constitucional de controle da adequação das Forças Armadas à ideologia Bolivariana (RODRIGUES, 2013).

Nos seus primeiros anos, o governo de Chávez deu passos tímidos no campo econômico, sem objetivos claramente definidos. Marcado pela recessão do ano anterior, não houve mudanças drásticas, inclusive havendo a manutenção da Ministra das Finanças, Maritza Izaguirre, do governo de Rafael Caldera (1994-1999). As linhas macroeconômicas gerais são mantidas, rechaçava-se a interferência nos preços e nos lucros privados, e introduziu-se uma série de políticas fiscais expansionistas (MARINGONI, 2008). A autonomia econômica do período inicial do governo chavista foi precavida, caracterizada pela defesa dos preços internacionais do petróleo, no âmbito da OPEP, e pela dissonância das posturas dos Estados Unidos nas esferas multilaterais. Os investimentos em políticas sociais dependiam do sucesso da política comercial, sendo, assim, imprescindível uma relação ao menos neutra com os Estados Unidos.

Percebe-se, assim, que a ruptura gradual das relações de subserviência ocorreu por conta dos laços profundos entre as classes dominantes da Venezuela e dos EUA. Por grande parte do governo Chávez, sobretudo entre 2002 e 2009, a política externa conduzida pela Venezuela foi antagônica relativo aos Estados Unidos, porém buscou manter uma política comercial neutra através de uma diplomacia do petróleo. Assim, inaugurou-se uma relação melhor descrita como “inimigos sim, negócios à parte” (MONTEIRO, 2012, p. 169). Pode-se afirmar, visto a dominância da direita e do alinhamento neoliberal da América Latina da década de 1990, que “a face externa do governo Chávez foi sendo construída aos poucos, quase que ‘pisando-se em ovos’, em meio a um cenário pouco favorável e pouco amigável de mudanças” (MONTEIRO, 2012, p. 79).

Em 2002, durante a série de greves da PDVSA, Chávez abertamente desafiou a ‘elite do petróleo’, ligada diretamente aos interesses neoliberais globais em detrimento ao interesse nacional venezuelano – buscou tratar o petróleo como um símbolo da soberania nacional, que deveria prover riqueza à população do seu país (WISEMAN, BÉLAND, 2010). Em decorrência dessa postura e em reação às Leis Habilitantes, ocorreu a primeira tentativa de golpe contra o governo de Hugo Chávez, orquestrada pelas oligarquias locais em cooperação com atores estadunidenses interessados nos investimentos dos setores petrolíferos

74 Fez parte das 49 Leis Habilitantes, que modificaram aspectos centrais da sociedade e da economia do país em detrimento das classes dominantes, afetando os latifúndios, por exemplo (RODRIGUES, 2013).

venezuelanos (MONTEIRO, 2012). Mesmo após a tentativa de golpe a sabotagem petroleira continuou, corporificada pelos altos funcionários da PDVSA e das Forças Armadas, só sendo superada após o afastamento de grande parte dos apoiadores do golpe, em 2003 (MARINGONI, 2008) A partir de 2007, o governo de Chávez iniciou o processo de nacionalização do setor petroleiro decretando a nacionalização da indústria petroleira no Rio Orinoco, o que forçou diversas empresas estrangeiras a saírem do país (REUTERS, 2012).

A participação estadunidense levou o governo venezuelano a acreditar que a sua própria sobrevivência dependeria de ações mais enfáticas nas esferas regionais e global, sobretudo com relação à política externa dos EUA pós 11 de setembro. Para tanto, Chávez buscou renovar as forças da OPEP, que havia perdido muita importância política no início do novo século, assim como instaurar mecanismos contra-hegemônicos de cooperação e desenvolvimento regional, como a Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA) criada em 2004 com o apoio de Cuba.

O governo de Hugo Chávez durou até 2013, ano de sua morte. Foi seguido por Nicolás Maduro, eleito no mesmo ano, que deu continuidade ao processo revolucionário bolivariano. Essa transição de poder gera atritos domésticos que, posteriormente, seriam potencializados pela atuação internacional.

Os indicadores econômicos da Venezuela apresentam-se, desde 2013, em constante depreciação. Talvez o mais importante deles, visto sua instrumentalização pelos Estados Unidos, é a inflação que historicamente manteve-se no patamar de 2 dígitos – com exceção das altas do ano do Caracazo, 1989, que chegou a 84,4%, e em 1996, que alcançou níveis de 100%. Desde 2012, contudo, o índice de inflação aumenta paulatinamente: 2012 foi 20,1%; em 2013, 34,7%; 2014, 53,4%; 2015, 180,9%; 2016 274%, e 2.676% ao final de 2017. O Produto Interno Bruto (PIB) do país também ilustra a diminuição dos níveis de produção do país a partir do ano de 2013, especialmente por conta da diminuição das exportações de petróleo – apesar do aumento nos preços, durante este período (CURCIO, 2018).

Pasqualina Curcio (2018, p. 01-02) resume, tendo como base o seu aspecto econômico, a relação contemporânea entre os Estados Unidos e a Venezuela:

Vínhamos registrando níveis de inflação de dois dígitos, mas, de repente, a partir de agosto de 2012, iniciou um aumento. Hoje, seis anos depois, estamos em hiperinflação. [...] Este súbito aumento, que ainda persiste, ocorreu no contexto de uma guerra econômica que iniciou desde o instante preciso que a Revolução Bolivariana chegou ao poder em 1999. As agressões econômicas por parte dos grandes capitais transnacionais, industriais, financeiros e das comunicações, iniciaram no momento que, mediante referendo popular, foi aprovada uma nova Constituição que estabeleceu que a República Bolivariana da Venezuela é um Estado de Direito e de justiça social. [...] Mais do que retórica ou artigos da nova Constituição, implicou, entre outros aspectos, decidir de maneira soberana o que fazer com nossas riquezas, nosso petróleo, ouro e minérios. Recursos que antes de 1999 sempre estiveram lá, à disposição dos grandes capitais. [...] Foi somente recentemente, a partir do ano de 2016, quando mediante as sanções impostas pelo governo dos EUA e pelo Parlamento Europeu, assim como as declarações do

próprio Donald Trump nas quais colocou que não descartava uma intervenção militar na Venezuela, que estão se revelando os planos postos em prática desde 1999 para derrubar a revolução bolivariana. [...] De todas as armas econômicas que o imperialismo há utilizado para sufocar o apoio popular à revolução bolivariana, o ataque à moeda é o mais potente, massivo e letal pelos efeitos que tem sobre os preços da economia, e portanto o salário real e as condições de vida de toda a população.

Observa-se, portanto, que as relações internacionais da Venezuela durante o governo de Maduro tornaram-se de maior confronto com as forças hegemônicas – não necessariamente por uma modificação intencional da postura do novo governo venezuelano, mas sim por conta do contexto internacional de crise do preço do petróleo e da intensificação, após 2015, das ações unilaterais (como embargos comerciais, sanções financeiras e isolamento estratégico) por parte dos Estados Unidos. Tal realidade internacional traduziu-se internamente pelo aprofundamento das fortes dificuldades sociais e econômicas, bem como pelo fortalecimento da oposição doméstica apoiada pela potência hegemônica, centrais para a compreensão do atual contexto migratório da América Latina.

3.3.2 A influência estadunidense

Tendo em vista a formação da esfera de influência dos Estados Unidos, a América Latina é uma importante fonte de recursos naturais e energéticos. A Venezuela, especialmente, pode ser considerada historicamente como uma nação petroleira que durante todo o século XX até a chegada de Hugo Chávez ao poder, em 1999, teve um relacionamento próximo e alinhado aos EUA. A sua participação na formação e na consolidação das práticas da OPEP é de central importância para compreender a hostilidade estadunidense.

Entende-se que a crise mundial de 2007/2008 resultou no enfraquecimento das bases econômicas da hegemonia estadunidense, especialmente no controle do acesso a recursos como fontes de energia (petróleo e gás natural). Localidades ricas em recursos naturais acabaram tornando-se vulneráveis para conflitos entre os Estados Unidos e as novas economias emergentes como a Rússia e a China – agora, contudo, de formas muito mais dissimuladas e indiretas através das chamadas técnicas de “guerra híbrida” (THE TRICONTINENTAL, 2019).

A guerra híbrida, ou guerra não-convencional, é definida por Brian Petit, tenente-coronel do Exército dos Estados Unidos como

‘Atividades conduzidas para viabilizar um movimento de resistência ou insurgência a coagir, abalar ou derrubar um governo ou poder ocupante [...]’. Não é um mecanismo que atua com vistas a criar as condições para uma revolução – em vez disso, ela apodera-se de uma infraestrutura política, militar e social pré-existent e apoia com vistas a acelerar, estimular e incentivar as ações decisivas baseadas em

ganho política calculado e nos interesses nacionais dos EUA (PETIT, 2012, *apud* KORYBKO, 2015, p. 73).

Assim, a guerra não-convencional representa formas diversas de conflito como guerrilhas, insurreições urbanas, sabotagem e terrorismo; e envolve forças operacionais especiais e atores não-estatais, como mercenários. Korybko (2015, p. 73-74) ainda adiciona que, nos casos de fracasso das revoluções coloridas⁷⁵, a campanha de guerra não-convencional “assume seu estágio de levante e começa a enfatizar a letalidade extrema em seus métodos”

O histórico dos Estados Unidos com a guerra não-convencional é longo. Durante a Guerra Fria, a CIA executou operações em mais de cinquenta governos nacionais, mas foi durante a década de 1980 que houve o maior crescimento das operações especiais (KORYBKO, 2015). Simultaneamente, a estratégia informacional é baseada na ofensiva contra a simbologia chavista, mecanismos de integração regionais anti-hegemônicos (como ALBA e PETROCARIBE), assim como Maduro individualmente – caracterizando-o como um criminal, corrupto e ilegítimo.

Assim, não seria um exagero afirmar que ambos os tipos de relações entre os EUA e a Venezuela são aspectos de uma mesma missão de restringir a atuação do governo venezuelano para resultar em uma mudança de regime. Para tanto, empregam as estratégias de “dominação de espectro total”, ou seja, abrangem todos os temas que possam tornar-se armas ou ter algum tipo de importância no campo de batalha ou na consciência de seus atores. Outro aspecto central para o estudo é o de “liderança velada” que diz respeito à terceirização de operações de desestabilização para aliados regionais com alinhados aos EUA, em casos considerados muito custosos ou sensíveis para a atuação direta (KORYBKO, 2015, p. 35).

Korybko argumenta que:

O mantra da dominação de espectro total de ser persuasivo na paz, decisivo na guerra e proeminente em quaisquer forma de conflito constitui a espinha dorsal das revoluções coloridas. [...] O movimento [as revoluções coloridas] é capaz de canalizar um volume de indivíduos grande o bastante para confrontar publicamente o Estado e tentar derrubá-lo. A fim de conquistar adeptos, utilizam-se técnicas ideológicas, psicológicas e de informação (KORYBKO, 2015, p. 41-42)

Além disso,

Como parte da estratégia oficial do Pentágono, as Forças Armadas dos EUA vêm trabalhando com vistas a dominar toda e qualquer faceta dos recursos de guerra que existam. A guerra híbrida apresenta-se como um pacto híbrido excepcional de dominação [...] que manifesta-se de maneira largamente indireta. Em suma, ela é o paradoxal “caos estruturado” (na medida em que pode ser assim considerado) que está se tornando uma arma para satisfazer objetivos de política externa específicos. [...] Por fim, a ideia de dominação de espectro total é o objetivo final de todo o planejamento e estratégia militares dos EUA. A guerra híbrida consiste em uma parte assimétrica singular da dominação de espectro total que pode ser melhor resumida como a armatização do caos e a tentativa de administrá-lo (KORYBKO, 2015, p. 44-45)

⁷⁵ Revoluções coloridas são definidas como incentivos não-espontâneos de construção e internalização de um consenso antigoverno entre uma parcela decisiva da população através de estratégias de propaganda (KORYBKO, 2015).

Os EUA executam, assim, uma verdadeira guerra híbrida contra a Venezuela: uma combinação de meios convencionais e não-convencionais através de um amplo leque de atores estatais e não-estatais que influenciam diversos aspectos da vida social e política a fim de consagrar a sua dominação e seus interesses nacionais.

A postura atual dos Estados Unidos em relação à Venezuela segue a tradição externa estadunidense de priorização de alinhamento geopolítico acima de tudo, isto é, a inconsistência na aplicação dos princípios que servem de base para a sua atuação externa – sobretudo a defesa da democracia e dos direitos humanos. Nesse sentido, ao mesmo tempo que se opõem veemente ao governo venezuelano, aplicando todas as estratégias disponíveis para promover o seu isolamento internacional e seu enfraquecimento doméstico, reforçam as alianças com países vizinhos (notadamente Brasil e Colômbia) que apresentam tendências autoritárias e violações de direitos humanos (MILANI, 2021).

Os EUA, desse modo, retomam – ou mantêm, sem nunca terem abandonado – a lógica de competição bipolar da Guerra Fria pela influência na América Latina. Mudam os inimigos e os contenciosos, mas a tendência hegemônica de busca da dominação é conservada. A atuação chinesa no continente é vista como ameaçadora, conforme as declarações do comandante do Comando Sul dos Estados Unidos (SOUTHCOM) perante o congresso estadunidense:

A República Popular da China (RPC) continua aumentando suas atividades egoístas para ganhar influência global e sobre todos os domínios da AOR⁷⁶ do SOUTHCOM: *cyber*, espacial, indústrias de energias e de extração, *hubs* de transporte, estradas, infraestrutura, telecomunicações, pesca legal e ilegal, agricultura e treinamento militar – educação militar em espanhol e português baseada na educação militar profissional dos Estados Unidos. A RPC também está “presenteando” suprimentos e equipamentos de segurança como uma forma de ganhar acesso e favores das forças regionais de segurança (USSOUTHCOMM, 2021).

Órgãos regionais latino-americanos, especialmente a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a ALBA, são comumente vistos como obstáculos pelos estrategistas estadunidenses na geração de consensos, pois entende-se que os Estados Unidos, através das instituições regionais, buscam determinar comportamentos e agendas a serem seguidos pelos países sujeitos à sua zona de influência.

No caso da América Latina, sobretudo a partir dos anos 1980, as dinâmicas securitárias são internacionalizadas através das ações estadunidenses de combate ao narcotráfico, terrorismo e imigração ilegal (MILANI, 2021a). Neste sentido, instituições como os Comandos Combatentes dos Estados Unidos (SOUTHCOM, no caso sul-americano),

76 Área de responsabilidade, na sigla em inglês.

bem como as agências da ONU (OIM e ACNUR, no caso migratório), servem como instrumentos de disseminação do comportamento hegemônico no resto do planeta. A visão institucional do SOUTHCOM determina que:

As relações militares entre as forças militares das nações da região e o Comando Sul dos Estados Unidos busca construir confiança mútua e entendimentos que produzirão estabilidade regional e soluções compartilhadas para problemas comuns. Nossa abordagem foca em operações conjuntas, exercícios, treinamento e educação, assistência securitária e programas de assistência humanitária. Mantendo fortes relações bilaterais com a AOR promovemos cooperação regional e operações transparentes com todos os nossos parceiros regionais (EUA, 2001).

Ademais,

O governo dos Estados Unidos provê apoio substancial em equipamentos militares, treinamento e serviços para os países da América Latina e do Caribe. Todos os anos o USSOUTHCOM realiza programas na AOR, abrangendo de operações conjuntas e exercícios de treinamento, oportunidades educacionais, times móveis de treinamento, trocas de unidades, assistência civil humanitária, financiamento e vendas para forças militares estrangeiras, assim como operações e treinamentos antidrogas. [...] Nossa visão para a região não mudou. Essas nações podem tornar-se uma 'comunidade de nações estáveis, democráticas e prósperas, servidas por forças securitárias interoperáveis, profissionais e modernas que abracem princípios democráticos e de direitos humanos, que sejam subordinadas à autoridade civil, e capazes e apoiadoras de respostas multilaterais aos desafios regionais' (EUA, 2001).

As alegações de 'soluções compartilhadas para problemas comuns' são relativamente vazias quando os equipamentos, o treinamento tático e sobretudo as bases educativas e ideológicas das forças militares da região são de origem estadunidense. Assim, a estratégia estadunidense na América Latina é nítida ao promover a cooperação próxima com países aliados em diversos setores, sobretudo o securitário, nas bases de suas próprias concepções dos objetivos para a região, ao mesmo tempo que limita ao máximo o desenvolvimento dos países não-alinhados.

No Brasil, a atuação da CIA também está presente, inclusive em acontecimentos políticos atuais. Os responsáveis pela operação Lava-jato, essencial para o impedimento da candidatura do ex-presidente Lula, para popularização do ex-Ministro da Justiça de Sérgio Moro e para o crescimento do atual presidente Jair Bolsonaro; tiveram laços profundos com os serviços de inteligência dos Estados Unidos desde 2014, como comprovado por conversas vazadas pelo The Intercept (FISHMAN, VIANA, SALEH, 2020). Como afirma John Kiriakou, ex-agente e *whistle-blower* da CIA, em entrevista concedida a Kiko Nogueira, a colaboração secreta entre Sérgio Moro e Deltan Delagnol com o Departamento de Justiça e Departamento de Estado dos EUA:

'Não é uma teoria da conspiração. Esse é um excelente exemplo da interferência dos Estados Unidos nos assuntos internos de outro país. [...] este é um esforço concertado dos elementos mais importantes do governo americano para, essencialmente, instalar líderes no exterior de quem eles gostem e que irão apoiar a agenda americana, e para destruir, não apenas para atrapalhar, mas para destruir aqueles líderes que não apoiam a agenda americana'. (NOGUEIRA, 2021)

Segundo ele, os estadunidenses se importam tanto pela América Latina porque

‘Este é o nosso quintal. Temos a Doutrina Monroe, que ainda é uma preocupação primordial na política externa americana. Nós vemos isso como nossa área. Não queremos os russos aqui, não queremos chineses aqui, não queremos ninguém mais. [...] Não queremos ninguém na América Latina além de nós. É isso’ (NOGUEIRA, 2021)

Assim, pode-se afirmar que relações contemporâneas entre os Estados Unidos e a Venezuela resumem-se a essencialmente dois tipos: a unilaterais de isolamento internacional e as classificadas como ‘assistência humanitária’. As primeiras são o resultado direto da postura de não-alinhamento construída desde o começo do século, especialmente no que tange o controle nacional do petróleo. Estas medidas são as sanções econômicas, bloqueios comerciais e financeiros, entre outras que, desde 2015, foram sistematicamente institucionalizadas pelos Estados Unidos. As segundas representam os programas bilaterais, executados especialmente através das agências USAID e NED, e serão abordados em maiores detalhes no capítulo seguinte. Estes programas abrangem diversos setores, desde fomento à democratização e fomento da sociedade civil, assistência militar, ajuda sanitária, educacional, logística e, mais importante para o nosso objeto de estudo, proteção de indivíduos em situação de vulnerabilidade (imigrantes), e são realizados tanto diretamente à Venezuela quanto indiretamente aos países vizinhos.

Quanto às ações unilaterais dos EUA, entende-se que houve um crescimento da sua utilização a partir de 2012. Em 2017, tornaram-se mais agressivas, especialmente devido à postura internacional do governo de Donald Trump e sua narrativa hostil à Venezuela. Em documento interno do SOUTHCOMM intitulado “Masterstroke”, de autoria atribuída ao ex-comandante estadunidense Kurt Tidd, a postura dos EUA em relação à Venezuela, que julgam “afetar toda a região”, é apresentada:

A democracia se espalha pela América, continente no qual o populismo radical tinha intenções de dominar. Argentina, Equador e Brasil são exemplos disso. [...] É hora dos Estados Unidos provarem, com ações concretas, que estão implicados nesse processo, no qual derrubar a ditadura venezuelana certamente representará um ponto de virada. [...] É a primeira oportunidade da administração Trump expor sua visão em relação à segurança e democracia. Mostrar seu cometimento ativo é crucial, não somente para a administração, mas também para o continente e para o mundo (EUA, 2018, p. 02).

Para tanto, Tidd determina as linhas gerais da estratégia para a deposição do governo chavista: a debilitação do apoio popular ao governo; asseguuração da deterioração irreversível da ditadura; aumento a instabilidade interna a níveis críticos; e a utilização de oficiais do exército como uma solução definitiva alternativa (EUA, 2018). O governo estadunidense estabelece, assim, a “intensificação da subcapitalização do país, a fuga de moeda estrangeira e a deterioração da base monetária”, bem como a total obstrução de importações, ao mesmo

tempo que desincentiva potenciais investimentos internacionais, sobretudo no setor petrolífero, como formas de impedir a recuperação da economia nacional e fomentar a “dissatisfação popular resultante do alto preço de produtos alimentícios, remédios e outros bens essenciais” (SOUTHCOMM, 2018, p. 04).

Essa estratégia geral de derrubada de regime é expressa pelas diversas ações do governo dos EUA no decorrer da última década. Tendo como ano inicial 2014, o documento “Sanciones y bloqueo: crimen de lesa humanidad contra Venezuela”, produzido pelo governo venezuelano, compila as principais ações unilaterais aplicadas contra o país latino. A estratégia estadunidense consiste em aplicação de sanções contra indivíduos e contra o governo venezuelano a fim de estimular o desenvolvimento da democracia no país. Assim,

Estas medidas são complementadas por um plano global de isolamento político e diplomático do governo venezuelano e por uma renovada campanha midiática de desinformação, que inclui a exploração do tema migratório. [...] Ao congelar centenas de milhões de dólares da Venezuela em bancos estrangeiros, proibir transações de ativos de dívida venezuelana e desatar uma perseguição financeira contra as contas da República no sistema financeiro mundial, e em especial o ingresso de alimentos e medicamentos no país, os EUA demonstram seu desprezo pelo povo venezuelano (VENEZUELA, 2018, p. 09).

A sanção é uma estratégia pouco utilizada por países latino-americanos por conta da sua conotação intervencionista. Contudo, para países europeus, Canadá e, sobretudo, os Estados Unidos, são utilizadas como instrumentos para garantir o cumprimento das normas internacionais ou para imposição de interesses próprios. Apesar de sua incompatibilidade perante conceitos fundamentais ao direito internacional (sobretudo a igualdade soberana e a não-intervenção em assuntos domésticos dos Estados), muitas sanções são institucionalizadas em organismos multilaterais como a UE, o Conselho de Segurança da ONU, a União Africana e a OEA (GRATIUS; POZO, 2020). Assim,

Partindo de uma perspectiva de “superioridade moral” (Stouke, 2018) de defesa da democracia e dos direitos humanos, EUA e a UE converteram-se em sancionadores dos países que não se ajustaram às normas e princípios da ordem liberal internacional imposta pelo Ocidente (Parmar, 2018) (GRATIUS; POZO, 2020, p. 35).

A partir de 2002, com a alegação de Chávez de envolvimento estadunidense na tentativa de golpe de Estado, as tensões entre os países aumentaram. Já em 2006, os Estados Unidos acusam a Venezuela de não cooperar na luta contra o terrorismo internacional, lançando uma proibição de venda de armas para este país. Durante a presidência Bush as sanções são mantidas, mas é durante a administração Obama (2009-2017) que as relações antagônicas são intensificadas. Em 2011, o Departamento de Estado aplica sanções à PDVSA pela venda de gasolina ao Irã e sanções contra funcionários do governo por acusações de cooperação com a Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) (GRATIUS; POZO, 2020).

Com a chegada de Maduro à presidência, em 2013, contudo, a postura estadunidense é intensificada. A linha de ação dos Estados Unidos e seus aliados regionais foi definida pela Lei 113-278, de 2014, intitulada “Ato de Defesa dos Direitos Humanos e da Sociedade Civil na Venezuela” cujo objetivo é “impor sanções específicas a pessoas responsáveis por violações de direitos humanos de protestantes antigoverno na Venezuela, fortalecer a sociedade civil⁷⁷ na Venezuela, entre outros propósitos”. Nela é institucionalizada a aplicação de sanções⁷⁸, por parte do Presidente dos Estados Unidos, a indivíduos que, em nome do governo venezuelano, tenham apoiado ou realizado abusos de direitos humanos na Venezuela ou a prisão de pessoas por exercício de “sua liberdade de expressão ou de assembleia” (EUA, 2014, p. 03). Essas sanções são de cunho econômico e financeiro, similarmente às aplicadas à Cuba, Rússia e Irã.

Até 2015, estes ataques contra a Venezuela não eram feitos sob um contexto institucional, mas sim através de operações financeiras, políticas midiáticas e diplomáticas pontuais. A Ordem Executiva 13692, decretada por Barack Obama em 2016, legalizou essas atividades ao considerar a Venezuela como uma ameaça à segurança nacional e política externa dos Estados Unidos, justificando a postura unilateral. A partir do ‘decreto Obama’ intensificaram-se as sanções financeiras, notadamente o congelamento de contas de instituições, bancos públicos e da PDVSA em bancos internacionais, o aumento dos níveis de risco país, e a proibição da realização de operações financeiras em dólares com a Venezuela (VENEZUELA, 2018).

Em 2017, os Estados Unidos, através de seu Departamento do Tesouro, incluem Nicolás Maduro na lista de indivíduos relacionados ao narcotráfico e instauram uma nova série de sanções contra funcionários públicos do governo venezuelano. Através da Ordem Executiva 13808, o governo Trump estabeleceu a proibição de transações que envolvam o governo Venezuelano e a PDVSA, incluindo os títulos de dívida pública do país e da empresa estatal. No ano seguinte, aprofundam as sanções financeiras através da Ordem Executiva 13827 que proíbe indivíduos ou instituições de realizarem transações utilizando a cripto moeda venezuelana Petro.

Em 2017, a Venezuela havia sido suspensa do Mercosul por conta dos seus “riscos à ordem democrática” (BRASIL, 2017) e, em 2018, os Estados Unidos protocolam uma tentativa de suspensão da OEA (LABORDE, 2018). Em 2018, o Departamento de Estado e do

77 O fortalecimento da sociedade civil é considerado um auxílio humanitário internacional, estando entre os maiores gastos históricos das agências estadunidenses. Segundo a USAID (2021), o fortalecimento da sociedade civil implica fortalecer, no âmbito civil, laboral, midiático e de educação; a habilidade dos cidadãos de se organizar e se comunicar, bem como a cultura política democrática, e mobilizar reformas.

78 Entendidas como bloqueio de propriedade (localizada nos EUA ou que esteja em posse de alguma pessoa estadunidense) e exclusão, ou revogação de vistos, de entrada aos EUA (EUA, 2014).

Tesouro cancelaram as ordens de compra de petróleo da PDVSA e cederam o controle de contas bancárias do Estado venezuelano a Juan Guaidó⁷⁹. Ademais, em 2019, a Ordem Executiva 13884 congela as propriedades do governo venezuelano e de quaisquer indivíduos que deram assistência ao governo bolivariano.

Entende-se que a partir de 2018, com a vitória de Nicolás Maduro nas eleições presidenciais, as sanções por parte dos EUA e da UE passam a ser justificadas também pela alegação de fraude eleitoral. Esta pressão internacional gerou uma crise de legitimidade que possibilitou o fortalecimento da oposição doméstica (GRATIUS; POZO, 2020). A internacionalização das agressões contra a Venezuela ocorre, sobretudo, por meio da União Europeia, do Parlamento Europeu e do Grupo de Lima⁸⁰, grupos de países que aderiram à estratégia de isolamento internacional e mudança de regime do país chavista – principais legitimadores da oposição doméstica da Venezuela depois de 2018 nas tentativas do governo autodeclarado de Juan Guaidó.

Se no começo o governo de Chávez tinha apoio diplomático de grande parte dos líderes da região (Evo Morales, na Bolívia, Rafael Correa, no Equador, Nestor Kirchner, na Argentina, até mesmo Lula, no Brasil); a eleição de Donald Trump, em 2017, foi central para aprofundar o processo regional, ou até mesmo global, de apoio às posições mais contundentes contra a Venezuela dando força ao processo internacional de pressão sobre o país.

Conclui-se, portanto, que a relação entre os Estados Unidos e a Venezuela deve ser compreendida como um longo processo histórico, profundamente afetado pelas pressões provenientes das estruturas da ordem mundial hegemônica. Tendo em vista as ações unilaterais dos EUA, percebe-se também que este, em busca de seus interesses nacionais e representando os interesses de sua classe dominante, é fortemente responsável pelas crises da economia venezuelana, fortemente abalada na última década em decorrência das sanções e bloqueios que ultimamente resultou no fluxo emigratório do país.

79 Os Estados Unidos reconheceram a presidência de Guaidó através da Ordem Executiva 13857 (EUA, 2019).

80 Fundado pela Declaração de Lima (2017), o Grupo de Lima é composto pela Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru. Estes países juntaram-se para “buscar formas de contribuir com a restauração da democracia neste país [Venezuela] através de meios pacíficos e negociados”. Denunciam, portanto, a “ruptura da ordem democrática na Venezuela” e a “sistemática violação de direitos humanos e liberdades fundamentais”, bem como a Assembleia Nacional Constituinte e suas decisões (BRASIL, 2017).

4 A MIGRAÇÃO VENEZUELANA E O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS

A Venezuela é, hoje, um dos países com o maior número de emigrantes do planeta, sendo origem do “maior fluxo de refugiados e imigrantes da história da região” (R4V, 2021). O número total de imigrantes internacionais era, no final de 2020, de 281 milhões (3,6% da população mundial) e o de pessoas deslocadas internamente é de 55 milhões – cifras que, ao longo dos últimos 50 anos, representam uma parcela constantemente crescente da população mundial (MCAULIFFE, TRIANDAFYLLIDOU, 2021, p. 21-23). Em 2020, o número de emigrantes venezuelanos era de 4.49 milhões, 13.6% da população total (MCAULIFFE, TRIANDAFYLLIDOU, 2021). Já em 2022, o número de venezuelanos deslocados (incluindo refugiados e imigrantes) chegou a 6 milhões, dos quais 4.8 milhões estão localizados somente na Colômbia (R4V, 2021). Nesse sentido, a definição de “pessoas deslocadas” é central: são aquelas que

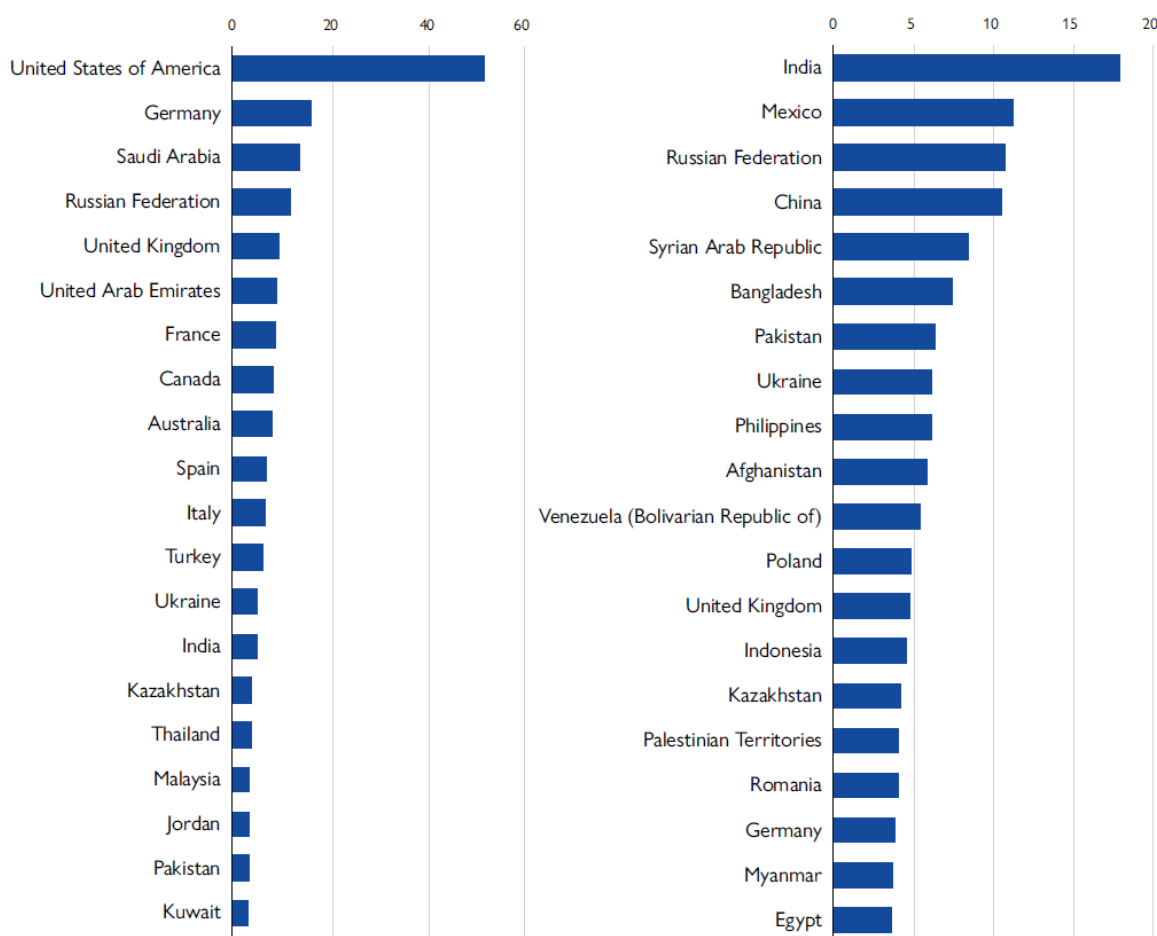
Foram forçadas ou obrigadas a fugir ou deixar seus lares ou locais de residência habitual, seja através de uma fronteira internacional ou dentro de um Estado, em particular como resultado ou com objetivo de evitar os efeitos de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastres provocados pelo homem (SIRONI; EMMANUEL, 2019).

Abrange, portanto, uma larga parcela das pessoas imigrantes, refugiadas e deslocadas internamente. Assim, pode ser utilizada de forma bastante subjetiva, especialmente levando-se em consideração a classificação dos “desastres provocados pelo homem”⁸¹.

Em termos gerais, a Europa é a região com o maior número de imigrantes internacionais (30,9%), seguida da Ásia (30,5%), América do Norte (20,9%), África (9%), América Latina e Caribe (5,3%) e, finalmente, Oceania (3,3%), conforme quadro abaixo. Dessas regiões, a parcela de imigrantes internacionais na América Latina e no Caribe mais que dobrou, sendo a região com maior taxa de crescimento do número de imigrantes. A Oceania, por sua vez, apresenta a maior taxa de imigrantes em relação à sua população total, sendo 22% da sua população composta por imigrantes.

81 Esse termo foi comumente utilizado por Michael Pompeo, ex Secretário de Estado dos Estados Unidos, para definir a crise venezuelana. Em sua visita à fronteira brasileira com a venezuelana, em 2020, Pompeo “culpou Maduro por uma ‘man-made crisis’ de proporções sem precedentes na Venezuela” (BOADLE, 2020).

Figura 1 – 20 maiores destinos e origens de migrantes internacionais em 2020.



Fonte: OIM (2021, p. 25).

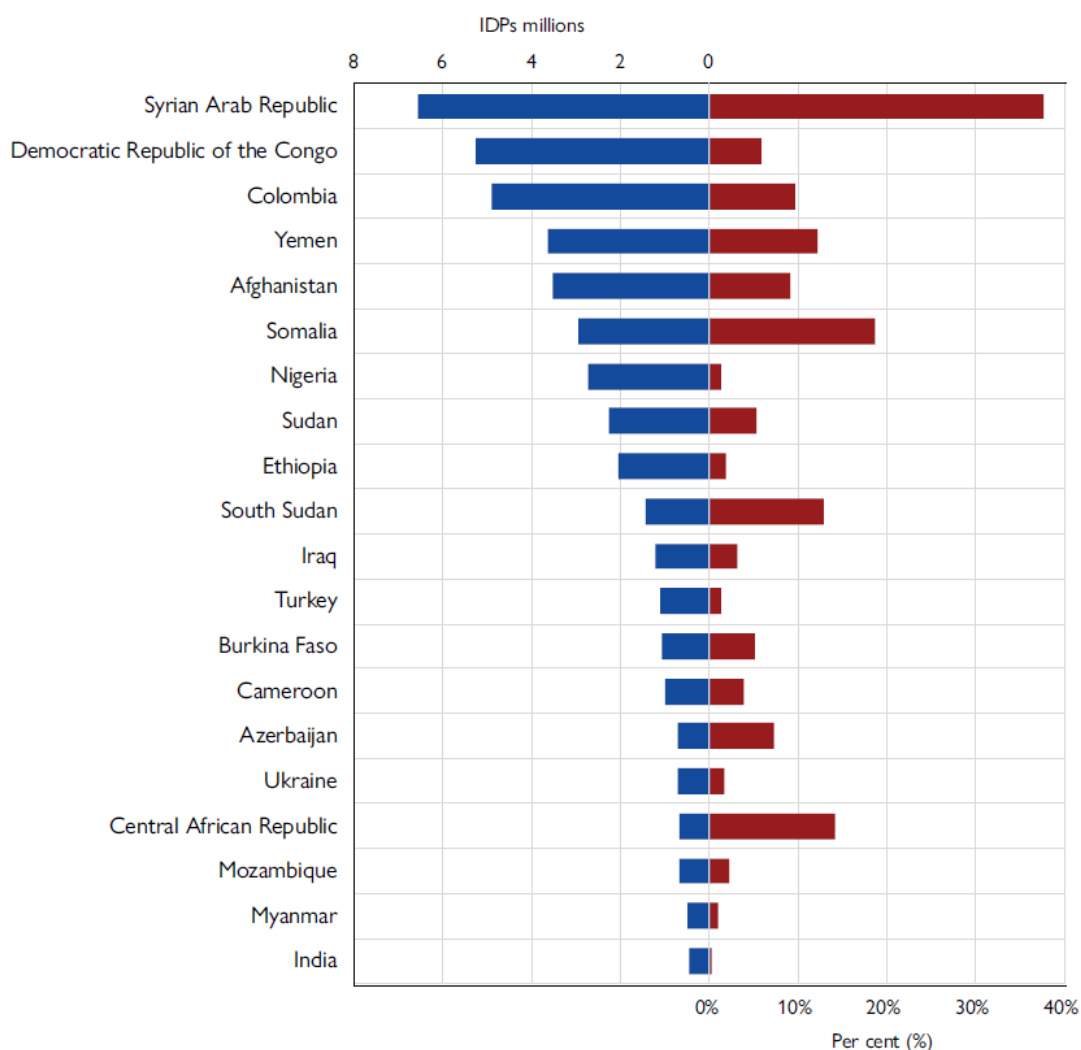
Dividindo os destinos por países, os Estados Unidos mantêm sua posição como maior destino para imigrantes (com 51 milhões de imigrantes), a Alemanha tornou-se o segundo maior país de imigrantes (16 milhões) e a Arábia Saudita o terceiro (13 milhões). Os maiores ‘corredores’ de imigração são entre o México e os Estados Unidos e entre a Síria e a Turquia. O ‘corredor’ entre a Venezuela e a Colômbia é o 17º maior, com fluxo um pouco menor que 2 milhões de imigrantes em 2020 (MCAULIFFE; TRIANDAFYLLIDOU, 2021). A relação dos 20 maiores destinos e as 20 maiores origens pode ser observada na Figura 1 nas barras da esquerda e da direita dos gráficos, respectivamente.

Tratando da categoria de refugiados, em 2020 o número total mundial chegou a 26.4 milhões de pessoas em situação de refúgio, das quais 20.7 milhões estão sob mandato da ACNUR. As pessoas que ainda estão à espera do resultado de sua solicitação de refúgio somaram 4.1 milhões – estes são números que crescem anualmente. O ano de 2020 apresentou a maior queda no número de novas solicitações de refúgio desde 2000 (2 milhões em 2019 e 1.1 milhões em 2020), sobretudo devido às restrições de mobilidade internacional

impostas em resposta à pandemia da COVID-19 (MCAULIFFE; TRIANDAFYLLIDOU, 2021).

O fenômeno das pessoas internamente deslocadas (PID) é também resultado das mesmas dinâmicas que causam a migração internacional (conflitos armados, desastres ambientais, violações de direitos humanos, insegurança generalizada, entre outros). Estima-se que, em 2020, esta categoria abrangia cerca de 48 milhões de pessoas. A Síria comporta a maior quantidade de PID (6.6 milhões) sendo seguida pela República Democrática do Congo (5.3 milhões), Colômbia (4.9 milhões), Iêmen (3.6 milhões) e Afeganistão (3.5 milhões). Como ilustra a Figura 2, apenas 10 países abrigam mais de 75% do total de PID.

Figura 2 – Número de Pessoas Deslocadas Internamente (em milhões).



Fonte: OIM (2021, p. 51)

Outro importante aspecto das migrações internacionais contemporâneas são as remessas internacionais realizadas pelos imigrantes. Segunda a OIM (MCAULIFFE;

TRIANDAFYLLIDOU, 2021, p. 39), “remessas são transferências, financeiras ou não, realizadas por imigrantes diretamente para suas famílias ou comunidades nos seus países de origem” e são responsáveis pela movimentação de cerca de US\$702 bilhões⁸² em 2020 (MCAULIFFE; TRIANDAFYLLIDOU, 2021). A possibilidade de apoiarem suas famílias, que muitas vezes permanecem nos países de origem, é, portanto, uma das principais razões para a migração de grandes parcelas de trabalhadores.

A região latino-americana e caribenha é marcada pela emigração – o México é o segundo país com o maior número absoluto de população emigrante, atrás somente da Índia. Percentualmente, a Jamaica apresenta a maior parcela populacional emigrante, seguida de El Salvador e da Venezuela (cerca de 20% da população), conforme ilustra a Figura 3. A partir de 2015, a situação venezuelana intensificou muito essa tendência emigratória, ainda que dentro da própria região sul-americana, totalizando 6 milhões de pessoas deslocadas – das quais 2.6 milhões possuem vistos de autorização de residência, 952 mil são solicitantes de refúgio e 186 mil possuem efetivamente o status de refugiados (R4V, 2022).

Os destinos dos imigrantes venezuelanos são majoritariamente os países vizinhos, sobretudo Colômbia, Peru, Chile, Equador e Brasil (R4V, 2021). A regularização dos imigrantes venezuelanos é considerada um dos maiores desafios para a região, visto que este processo resulta em impactos profundos na vivência das pessoas imigrantes nas sociedades de acolhida, incluindo o acesso a serviços de saúde, moradia, educação, proteções sociais e oportunidades de trabalho (MCAULIFFE; TRIANDAFYLLIDOU, 2021).

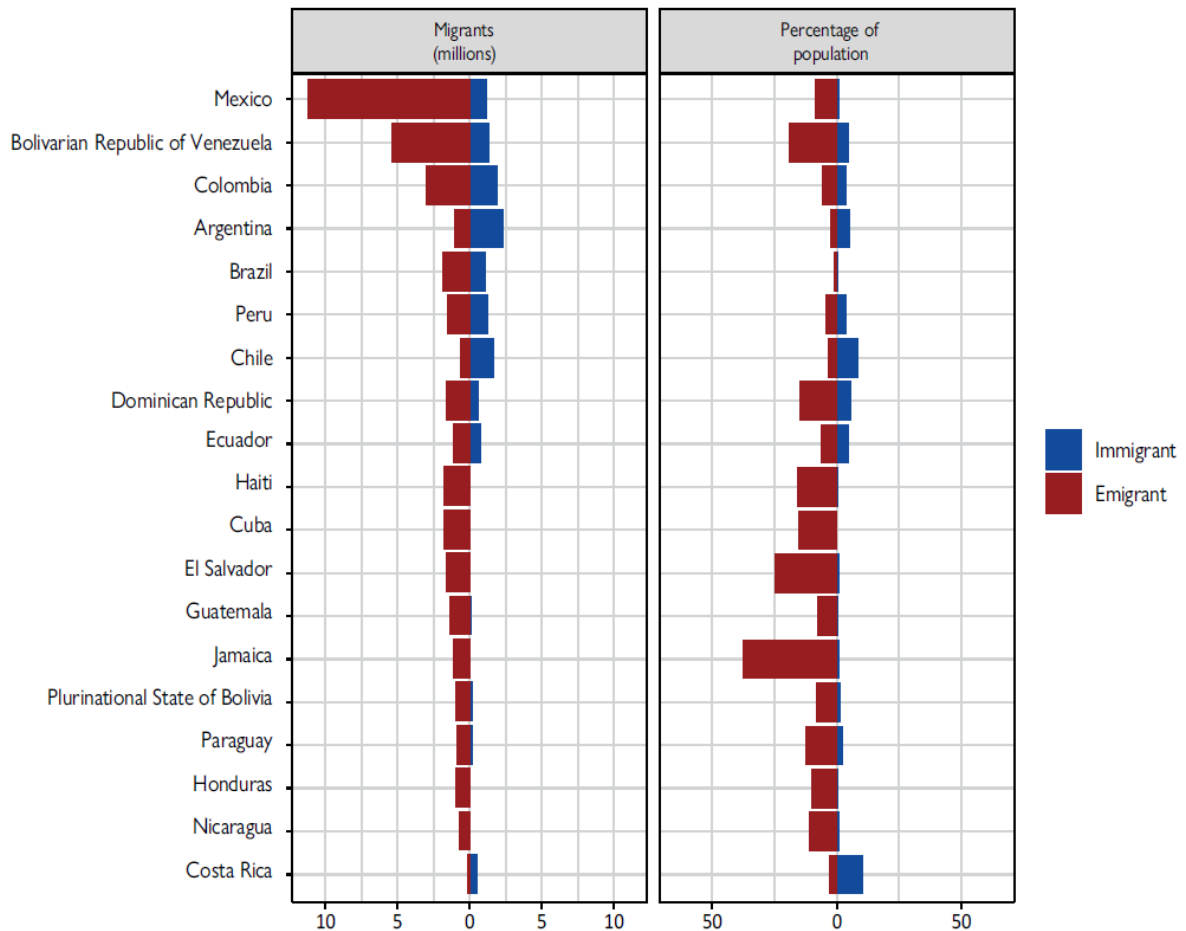
A emigração venezuelana, bem como qualquer fenômeno migratório, carece de uma análise mais ampla que não exclusivamente a doméstica. Tendo em vista as características periféricas da América do Sul no sistema internacional, das quais as lógicas econômicas aqui instauradas desde a colonização europeia são um produto, a migração venezuelana contemporânea pode ser compreendida com base na inserção deste país no sistema regional e internacional, dando atenção às tendências hegemônicas da liderança estadunidense.

Conforme argumentado em documento de autoria do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela,

A cínica estratégia de agressão econômica contra a Venezuela tem também como elemento essencial promover e fomentar a migração de um número importante de cidadãos venezuelanos para países vizinhos. Essa condição é fundamental para posicionar na comunidade internacional a narrativa de “crise humanitária”, que deve portanto “obrigar” uma intervenção internacional de natureza “humanitária” na Venezuela (VENEZUELA, 2018, p. 09).

⁸² Ressalta-se que esse valor foi muito superior aos valores destinados a programas internacionais de assistência ao desenvolvimento de países mais pobres, que somaram cerca de US\$100 bilhões, em 2020 (MCAULIFFE; TRIANDAFYLLIDOU, 2021).

Figura 3 – Número de emigrantes (esquerda) e percentual de população emigrante (direita)



Fonte: OIM (2021, p. 100)

Neste sentido, considerando a análise das relações bilaterais entre a Venezuela e os Estados Unidos, bem como o papel deste como potência hegemônica e sua influência nos processos de fragilização da economia venezuelana, trataremos da imigração de venezuelanos no continente como um processo resultante das dinâmicas internacionais derivadas da ordem mundial estadunidense e do conflito gerado pela contestação anti-hegemônica venezuelana. Ademais, buscaremos sinalizar como este movimento migratório, que conta com apoio dos EUA, é também utilizado como instrumento narrativo para aprofundar o isolamento internacional da Venezuela, especialmente através da transformação da crise econômica e social venezuelana e, conseqüentemente, para criminalizar o governo chavista no âmbito da migração.

Neste capítulo, abordaremos especialmente a atuação estadunidense nos processos de apoio aos imigrantes, tanto através dos programas bilaterais de assistência (via USAID e Departamento de Estado, sobretudo), como através de instituições multilaterais (OIM, ACNUR, R4V). Similarmente à lógica securitária na América Latina, cujas agendas são

determinadas pelos Estados Unidos diretamente ou indiretamente, via instituições militares regionais, buscaremos apresentar como a questão da migração também é influenciada pela política externa estadunidense fazendo com que a imigração Venezuelana possa ser observada tanto como um instrumento legitimador como um produto do processo de disseminação da hegemonia estadunidense.

4.1 AS INICIATIVAS MULTILATERAIS

A região latino-americana e caribenha foi afetada profundamente pela situação venezuelana dos últimos anos que é considerada pela OIM como uma das “maiores crises de deslocamento e migração do mundo” devido à “instabilidade econômica e política do país” (MCAULIFFE; TRIANDAFYLLIDOU, 2021, p. 98-99 e p.108). Nesse sentido, percebem-se fortes fluxos de auxílio internacional para os países acolhedores de imigrantes venezuelanos, especialmente no sentido de promoção da sua inserção social e econômica, bem como da proteção de seus direitos.

No campo das migrações, grande parte dos projetos de assistência de fronteira e de regularização documental são promovidos por organizações multilaterais. Destacam-se as agências da ONU, especialmente a ACNUR, responsável pela proteção das populações em condições de refúgio; a OIM e, no caso venezuelano, a R4V. Essas organizações internacionais são centrais na disponibilização de profissionais e de infraestrutura para servir aos objetivos de proteção dos imigrantes, tanto em áreas de fronteira como em regiões com altos níveis de populações imigrantes.

O impacto causado pelo fluxo de imigrantes venezuelanos demandou uma atuação especializada das organizações internacionais. Para tanto, por meio da cooperação entre o ACNUR e a OIM, formou-se a Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V), cujo objetivo é direcionar e coordenar a situação dos venezuelanos deslocados, garantindo seu acesso a serviços e direitos básicos em toda a região da América Latina. Composta por quase 200 organizações, entre agências da ONU, ONGs e instituições de países apoiadores, a plataforma R4V coordena o RMRP em 17 países na América Latina e no Caribe com apoio de atores locais oferecendo apoio nos setores de proteção, nutrição, integração, saúde, abrigo, educação, entre outros (R4V, 2021).

O Plano de Resposta para Migrantes e Refugiados pode ser considerado o principal programa multilateral de assistência aos imigrantes venezuelanos. O plano determina, de acordo com as realidades de cada local, os objetivos, as demandas das populações deslocadas e as formas de cooperação com os atores locais – promovendo, assim, a colaboração direta

com os mecanismos de coordenação locais e servindo como agência complementadora das ações dos governos nacionais. Tem como principais objetivos, portanto,

prover e melhorar o acesso digno a bens essenciais e serviços críticos [...], aumentar a prevenção e a mitigação dos riscos de proteção [...], melhorar a resiliência, oportunidades de integração socioeconômica, coesão social e processos de participação inclusiva para avançar os padrões de vida das populações afetadas (R4V, 2022, p. 18).

Estes objetivos são buscados através de nove setores interconectados: educação, segurança alimentar, saúde, transporte humanitário, integração, nutrição, abrigo, água, saneamento e higiene (WASH), violência de gênero, proteção da criança e tráfico humano.

A atuação do ACNUR também é central para o tema das migrações, apesar de não ser predominante no caso venezuelano. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados é encarregado da proteção daquelas pessoas reconhecidas formalmente como refugiadas ou em processo de reconhecimento (solicitantes de refúgio). Essa categoria migratória, como exposto anteriormente, é baseada em processos internos aos governos dos países recebedores dos imigrantes, podendo não apresentar as mesmas lógicas burocráticas – isto é, não seguir os mesmos parâmetros para o reconhecimento da condição de refugiados.

Analisando o caso local da grande Florianópolis, grande parte do apoio das OIs à população imigrante acontece através de parcerias com organizações da sociedade civil: é o caso da Círculos de Hospitalidades, da Cáritas Brasileiras, do Serviço Pastoral dos Migrantes de Santa Catarina, entre outros; que resultaram em atividades como o projeto PANA (CÁRITAS BRASILEIRA, 2020), a Casa de Acolhida (SPM-SC, 2019) e o projeto Oportunidades (OIM BRASIL, 2021). A OIM também estabeleceu parceria com a Escola Virtual do Governo, oferecendo cursos gratuitos para profissionais da área⁸³.

Tendo como referencial o setor migratório local, é possível perceber a amplitude da assistência prestada por essas instituições aos imigrantes venezuelanos, abrangendo desde o apoio à regularização documental, à integração social e laboral, ao acesso a direitos, a interiorização⁸⁴ e até mesmo o incentivo à capacitação de profissionais nacionais. É importante sinalizar que diversas atividades apoiadas por agências internacionais, como por exemplo as supracitadas, são também apoiadas diretamente pelos Estados Unidos através da USAID ou do Departamento de Estado.

83 Através da Escola Virtual do Governo, mas também por meio de eventos e seminários, a OIM e os Estados Unidos promovem cursos como: “Direitos dos imigrantes e orientações para o atendimento”, “Proteção Socioassistencial a Migrantes em Situação de Vulnerabilidade ou Violação a Direitos”. “MigraCidades: Aprimorando a Governança Migratória Local”, “Migração e Saúde”, “Crianças e Adolescentes Migrantes”, entre outros.

84 A OIM, parceira da Operação Acolhida, que possui escopo nacional, atuou também na coordenação local do processo de interiorização dos imigrantes. O Projeto Pana foi um dos esforços locais de interiorização (CÁRITAS BRASILEIRA, 2020).

Segundo a ONU (1951), são considerados refugiados aqueles que encontram-se fora de seu país de nacionalidade por temor de perseguição de natureza de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas e que não pode retornar ao seu país em virtude desse temor. A Declaração de Cartagena (1984) amplia este conceito ao considerar também os casos de violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos e as violações maciças de direitos humanos. A compreensão de “crise de refugiados” é baseada no conceito expandido de refúgio, sendo instrumentalizada ao considerar que o que ocorre na Venezuela é uma violação generalizada de direitos humanos – mesmo considerando que a maior parte dos imigrantes venezuelanos não é efetivamente reconhecida como refugiada pelos países de destino.

Finalmente, a OIM também é um ator importante do auxílio multilateral aos imigrantes. Além do auxílio direto a projetos governamentais e da sociedade civil (similarmente ao papel da R4V), atua como protagonista ao ser fonte de dados e de análises importantes para o melhoramento das condições de vida das pessoas imigrantes – não somente através de análises conjunturais globais, mas também através de relatórios detalhados das condições socioeconômicas das populações em áreas específicas através da Displacement Tracking Matrix⁸⁵. Além do suporte direto às populações e governos afetados pelos movimentos migratórios através de suas atividades de proteção, auxílio educacional, sanitário, entre outros; as organizações multilaterais também possuem papel importante na produção de materiais educativos e na conscientização acerca do tema.

O funcionamento dessas agências depende fundamentalmente da contribuição financeira de países-membros da ONU, contudo. Nesse sentido, considerando a predominância de capital de países centrais, especialmente dos EUA⁸⁶, buscamos inserir estas organizações na lógica da ordem mundial hegemônica, não considerando-as instituições singulares e livres da influência da esfera de poder internacional. Quando estudadas sob uma lente crítica, portanto, podem ser consideradas como instrumentos centrais de defesa dos valores e princípios da ordem mundial, fundamentalmente ligados aos interesses dos atores que a dominam.

4.2 AS POLÍTICAS BILATERAIS DE ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS

85 A DTM produz materiais específicos sobre diferentes fluxos migratórios a fim de prover evidência material que apoie os processos decisórios oficiais, desde mapas, infográficos, relatórios, ou dados não processados (MCAULIFFE; TRIANDAFYLLIDOU, 2021).

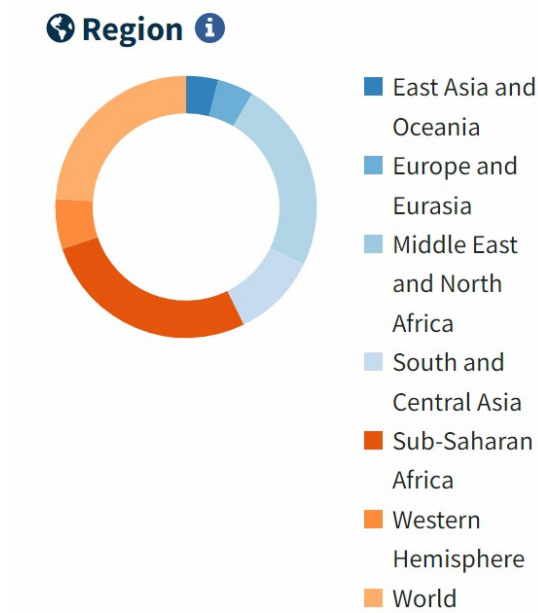
86 Os Estados Unidos representaram o maior doador da plataforma R4V (US\$520 milhões, do total de US\$631 milhões, em 2021) (R4V, 2021), da ACNUR (US\$1,9 bilhão, do total de US\$4,7 bilhões, em 2020) (UNHCR, 2020) e da OIM (12,2 milhões de francos suíços, do total de 52,2 milhões, em 2021) (IOM, 2020, p. 67).

Quanto às políticas de assistência internacional de natureza bilateral, analisaremos o papel dos Estados Unidos com base nos seus principais órgãos responsáveis com esse fim: USAID, Departamento de Defesa, Departamento de Estado, Departamento de Saúde e Serviços Humanos e Departamento do Tesouro. Tendo como referência o total de US\$51 bilhões reservados à assistência internacional no ano de 2020, o principal setor beneficiado é “paz e segurança”, com US\$13.85 bilhões, seguido por “saúde”, com US\$13 bilhões, e “assistência humanitária”, com US\$10.15 bilhões – contudo, apesar do foco na esfera securitária, mais de 75% da assistência internacional é declarada com objetivos econômicos (USAID; U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021).

O principal foco da política de assistência externa dos Estados Unidos é o Oriente Médio e Norte da África além da África subsahariana que contaram, respectivamente, com US\$12 bilhões e US\$13,8 bilhões (23% e 27% do total), enquanto a parcela da assistência externa dos EUA reservada para as Américas foi pequena, menos de US\$3.1 bilhões (6% do total). Cabe notar que o tipo de assistência é diferente para cada região: enquanto na primeira o foco é sobretudo na assistência militar, especialmente nos setores de “paz e segurança”, “assistência humanitária” e “desenvolvimento econômico”; na segunda o foco é quase exclusivamente econômico, com maior peso para os setores de “saúde” e “assistência humanitária”. A Figura 4, retirada do portal oficial de ajuda internacional dos EUA, representa graficamente a divisão geográfica dos investimentos.

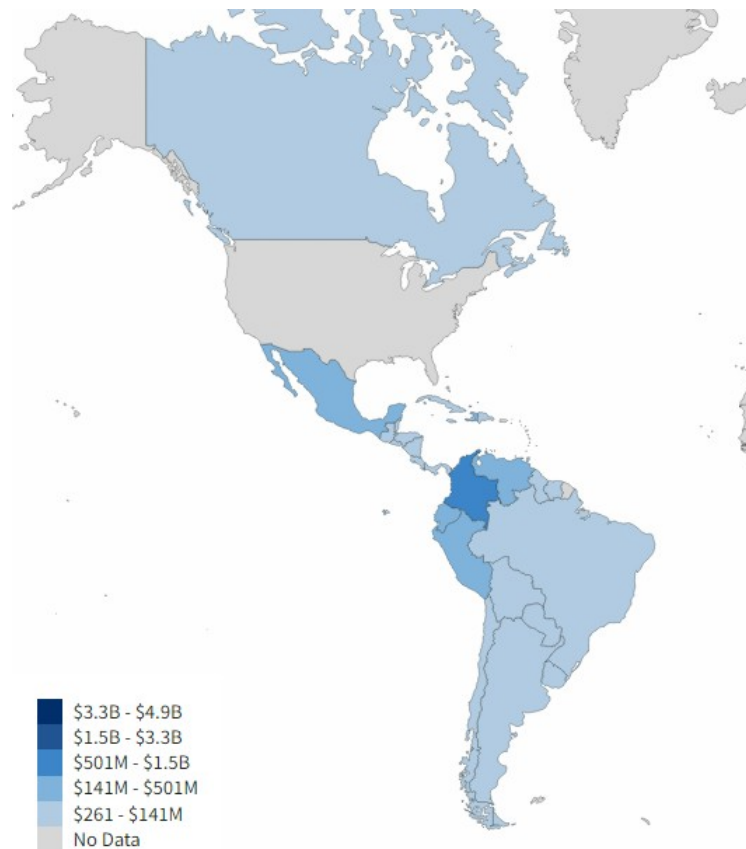
Na região latina o principal país beneficiado foi a Colômbia, com US\$812 milhões, seguido do México, com US\$270 milhões, Peru, com US\$223 milhões, e Venezuela, que recebeu US\$163 milhões, como ilustra a Figura 5. O perfil da assistência para países latinos também é distinto, sendo o foco quase exclusivamente em assistência econômica com grande foco nos setores de “assistência humanitária”, “democracia, direitos humanos e governança”, “paz e segurança” e “saúde”. Em países como a Colômbia e o Peru os setores de “paz e segurança”, abrangendo o combate ao narcotráfico, são historicamente um grande foco da assistência externa dos Estados Unidos.

Figura 4 – Distribuição geográfica da assistência internacional estadunidense.



Fonte: USAID; U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2022.

Figura 5 – Assistência internacional estadunidense para as Américas



Fonte: USAID; U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2022.

A assistência prestada ao Brasil durante o ano de 2020 somou US\$86.8 milhões, e demonstra uma tendência regional: o foco na categoria “humanitária” através de projetos de proteção e integração de imigrantes venezuelanos. Quando comparados aos dados de 2015,

início da crise migratória venezuelana, as diferenças apresentam-se não somente na natureza da assistência, mas também nos valores destinados à assistência externa – os principais setores apoiados eram “proteção ambiental”, “saúde” e “governança”, resultando em um total de US\$16.4 milhões. A assistência ao Brasil aumenta consideravelmente em 2019, quando o apoio a imigrantes venezuelanos também toma uma posição de maior peso. Como ilustra a Tabela abaixo, entre os dez maiores projetos realizados no Brasil em 2020, considerando que cinco deles não são apresentados publicamente no portal governamental estadunidense, quatro possuem foco específico para imigrantes da Venezuela, seja de forma direta ao governo brasileiro ou em cooperação com organizações internacionais e projetos multilaterais (OIM, ACNUR e R4V).

Tabela 1 – 10 maiores atividades de assistência internacional dos EUA para o Brasil

Atividade	Setor	Agência administradora	Valor em dólares
Não disponível	Saúde básica	USAID	16.293.563
Assistência de emergência WASH para imigrantes venezuelanos	Resposta de Emergência	USAID	11.500.000
Biodiversidade	Proteção geral do meio ambiente	USAID	5.000.000
Contribuição para o ACNUR/RMRP	Resposta de Emergência	Departamento de Estado	4.900.000
Não disponível	Saúde básica	USAID	4.541.059
Não disponível	Resposta de Emergência	Departamento de Estado	4.100.000
Contribuição para a OIM/RMRP	Resposta de Emergência	Departamento de Estado	3.850.000
Não disponível	Resposta de Emergência	Departamento de Estado	3.600.000
Não disponível	Resposta de Emergência	USAID	2.500.000
Reforçar proteção e	Resposta de	Departamento de	2.300.000

integração de imigrantes e refugiados venezuelanos vulneráveis no Brasil	Emergência	Estado	
---	-------------------	---------------	--

Fonte: USAID; U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2022.

No Peru, o apoio a imigrantes Venezuelanos também se apresenta entre os maiores esforços de assistência dos EUA: entre os 10 maiores projetos, três são em resposta à migração venezuelana, sendo dois deles contribuições para o RMRP, como demonstrado pela Tabela 2.

Tabela 2 – 10 maiores atividades de assistência internacional dos EUA para o Peru.

Atividade	Setor	Agência administradora	Valor em dólares (US\$)
Não disponível	Governo e Sociedade Civil	Departamento de Estado	40.174.743
Assistência de Emergência contra a Fome no Peru	Resposta de Emergência	USAID	13.550.000
Assistência conjunta do Escritório para Assistência a Desastres Estrangeiros (OFDA) e Escritório para Fome e Paz (OFP) para Nutrição e Proteção no Peru	Resposta de Emergência	USAID	10.350.000
Desenvolvimento Alternativo e Formas de Vida Alternativas	Agricultura	USAID	8.000.000
Não disponível	Saúde básica	Departamento de Estado	7.302.564
Parceria de fortalecimento institucional para DEVIDA	Agricultura	USAID	7.000.000
Não disponível	Gastos Operacionais	USAID	6.702.817
Apoio a imigrantes e refugiados venezuelanos	Resposta de Emergência	USAID	6.451.900

Contribuição para o ACNUR/RMRP	Resposta de Emergência	Departamento de Estado	de 6.100.000
Contribuição para a OIM/RMRP	Resposta de Emergência	Departamento de Estado	de 5.600.000

Fonte: USAID; U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2022.

A assistência ao Equador não é diferente. Como mostra a Tabela abaixo, entre as dez maiores atividades de assistência, três são referentes à migração venezuelana.

Tabela 3 – 10 maiores atividades de assistência internacional dos EUA para o Equador.

Atividade	Setor	Agência administradora	Valor em dólares
Programa de Emergência	Resposta de Emergência	USAID	35.000.000
Não disponível		Departamento de Estado	11.779.510
Contribuição para a OIM/RMRP	Resposta de Emergência	Departamento de Estado	de 11.300.000
Contribuição para o ACNUR/RMRP	Resposta de Emergência	Departamento de Estado	de 6.700.000
Aumentando a proteção de refugiados colombianos no Equador	Resposta de Emergência	Departamento de Estado	6.408.000
Não disponível	Resposta de Emergência	Departamento de Estado	6.000.000
Assistência para a COVID-19 ao Equador	Saúde básica	USAID	5.000,000
Não disponível	Saúde básica	USAID	5.000,000
Não disponível	Resposta de Emergência	Departamento de Estado	4.300.000
Contribuição para a OIM/RMRP	Resposta de Emergência	Departamento de Estado	de 4.300.000

Fonte: USAID; U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2022.

Na Colômbia, apesar do perfil de assistência com foco maior em setores de “democracia, direitos humanos e governança” (35%), dois entre os nove maiores gastos são contribuições para o RMRP, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 – 9 maiores atividades de assistência internacional dos EUA para a Colômbia.

Atividade	Setor	Agência administradora	Valor em dólares
Não disponível	Governo e Sociedade Civil	Departamento de Estado	268.679.844
Não disponível	Resposta de Emergência	USAID	64.000.000
DOD – Programa de Financiamento Militar Estrangeiro (FMF)	Conflito, Paz e Segurança	Departamento de Estado	63.944.498
Auxílio múltiplo para atividades de nutrição na Colômbia	Resposta de Emergência	USAID	32.000.000
Contribuição para a OIM/RMRP	Resposta de Emergência	Departamento de Estado	22.630.000
Programas de Emergência na Colômbia	Resposta de Emergência	USAID	20.500.000
Desenvolvimento comunitário e Oportunidades em Atividades Lícitas (CDLO)	Agricultura	USAID	18.316.796
Atividades Aliança Produtores e Mercados (PMA)	Agricultura	USAID	14.410.031
Contribuição para o ACNUR/RMRP	Resposta de Emergência	Departamento de Estado	11.300.000

Fonte: USAID; U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2022.

Percebe-se, portanto, que o apoio aos imigrantes venezuelanos é equiparável à tendência histórica de financiamento de programas de controle do narcotráfico e de fortalecimento da sociedade civil e cultura democrática da região (MEYER; MARTIN, 2021).

Ao mesmo tempo, ao analisarmos a assistência prestada diretamente à Venezuela, além do valor prestado não ser condizente com a narrativa estadunidense⁸⁷⁸⁸, o perfil da assistência é diferente. A maior categoria assistida, similarmente aos casos dos demais países apresentados, são “respostas de emergência” (50%), referente à proteção de populações vulneráveis. Contudo, diferentemente dos casos anteriores, é seguida pela categoria “governo e sociedade civil” (38%)⁸⁹. Esta última categoria é caracterizada, na Venezuela, por setores como “participação democrática e sociedade civil”, “mídia e livre circulação de informações”, “administração de finanças públicas” e “direitos humanos”.

A assistência internacional para a Venezuela portanto, é utilizada como instrumento de fortalecimento da oposição democrática a fim de enfraquecer o governo chavista:

Assim, o governo estadunidense utilizou de diversas instituições, como a Agência dos EUA para Desenvolvimento Internacional (USAID), o Escritório para Transição Internacional (OTI) e a The National Endowment for Democracy (NED), por exemplo, para financiar e treinar a oposição venezuelana, com objetivo de organizar setores que eles reconheciam como ‘sociedade civil’ venezuelana contra o governo Chávez, buscando derrotá-lo nas urnas, ou, se não fosse possível, utilizando um manto democrático para retirá-lo do poder político através da pressão de setores opositores, como a imprensa e parcelas da burguesia nacional e do capital internacional, em especial o financeiro. [...] De fato, através da documentação disponibilizada pelo *Wikileaks*, é possível perceber como o corpo diplomático estadunidense ajudou a OTI, a NED e a USAID a organizar a oposição venezuelana visando minar a credibilidade do governo Chávez e forma de interrompê-lo. (SALGADO, 2019, p. 323-324)

Essa oposição foi coordenada não somente para agir conjuntamente no referendo revocatório de 2004, com objetivo de invalidar a presidência de Chávez, mas para organizá-lo e fiscalizar seu andamento. O grupo opositor *Sumaté*, por exemplo, teve contato direto com o corpo diplomático dos EUA e recebeu financiamento da USAID/OTI. Ademais, tentam influenciar também nas novas formas de organização social introduzidas pela revolução bolivariana:

Tal postura por parte dos EUA [desqualificação das iniciativas de democracia direta] pode ser entendida como uma forma de imposição do neoliberalismo na Venezuela. Se entendermos que o neoliberalismo é mais do que um sistema econômica, mas

87 Entende-se como “narrativa” o discurso oficial estadunidense acerca da Venezuela, isto é, um discurso que apresenta a Venezuela como um país que sofre nas mãos do ditador Nicolás Maduro e cuja população sofre de falta de serviços básicos, como saneamento, alimentos e saúde – situação que por sua vez resultou no maior fluxo migratório da história recente da região (EUA, 2021).

88 Apesar da abordagem da crise venezuelana como catastrófica, ao compararmos os valores totais de assistência humanitária aos países da região, a Venezuela encontra-se em terceiro entre os países da América Latina.

89 A assistência internacional prestada à Colômbia tem como principal categoria beneficiada “governo e sociedade civil”, contudo, neste caso, o foco é no desenvolvimento do setor jurídico do país, bem como no setor de “conflito, paz e segurança”.

também uma ‘razão do mundo’ (DARDOT; LAVAL, 2016), que tenta impor uma nova racionalização baseada na concorrência às formas de convivência dos indivíduos com eles mesmos e com os outros, as formas de organização coletivas e comunais são tidas como incompatíveis com a modernidade capitalista (SALGADO, 2019, p. 331).

O *think tank* CEDICE (Center for the Dissemination of Economic Information), em cooperação com a estadunidense Atlas Network, também teve papel importante na disseminação do interesse estadunidense na Venezuela. Fundado e mantido por fundos do CIPE⁹⁰ (Center for International Private Enterprise), o CEDICE atuou como oposição ideológica do governo Chávez, agindo no sentido de orientar grupos de oposição na direção de uma política econômica neoliberal (GILL; BROWN, 2020).

Outro aspecto importante é a maneira como a assistência humanitária é prestada. De acordo com relatório da própria USAID, a assistência promovida para a Venezuela não condizia com os parâmetros oficiais da agência, com a falta de desenvolvimento de planos de resposta coordenativos entre o Departamento de Estado e os atores locais; planejamentos estratégicos para os programas de desenvolvimento; requerimentos de gestão de risco de fraude, entre outros aspectos. Nesse sentido, apesar da falta de controle acerca da efetividade dos projetos apoiados pela agência, o apoio humanitário foi reconhecidamente utilizado como instrumento de apoio ao presidente interino (USAID, 2021).

Demonstra-se como a assistência internacional na Venezuela não é necessariamente focada no melhoramento das condições de desenvolvimento do país, mas sim no fomento de grupos de oposição e de uma ‘cultura democrática’, favorecendo o interesse hegemônico de fragilizar e provocar a mudança de regime na Venezuela. Ademais, o valor prestado pelos EUA como assistência para a Venezuela é ínfimo quando comparado aos danos causados pelas sanções aplicadas entre 2015 e 2019, como apresentado anteriormente. Ao mesmo tempo, em países vizinhos aliados aos EUA, é explícito o esforço no acolhimento e integração dos imigrantes venezuelanos, que por sua vez pode atuar como um motivador importante para a decisão de imigrar.

4.2.1 A política migratória doméstica

Ao mesmo tempo, na esfera da política doméstica, os Estados Unidos fortalecem as estruturas de controle da imigração. Recentemente, devido à COVID-19, as restrições gerais das políticas de fronteiras são legitimadas, mas não se pode descartar a influência da política internacional nas políticas migratórias domésticas.

⁹⁰ Um órgão do NED e braço internacional da Câmara de Comércio estadunidense, portanto ligado ao governo dos Estados Unidos.

Historicamente, os Estados Unidos utilizam das migrações para fortalecer seus processos de desenvolvimento interno. Similarmente ao caso venezuelano, a imigração cubana, por exemplo, foi fortemente incentivada durante a década de 1960 como forma de enfraquecer e isolar o governo de Osvaldo Dorticós Torrado (1959-1976) e Fidel Castro (1976-2006). Neste caso, a imigração foi fomentada através do Cuban Adjustment Act (EUA, 1966) que garantia um visto de residência permanente a todos os cubanos que houvessem chegado aos Estados Unidos após a revolução de 1959. Através dessa política, um grande número de imigrantes foi atraído para os Estados Unidos.

O TPS é um tipo de visto emitido para grupos de imigrantes em risco, facilitando sua regularização no país. No caso venezuelano, poderá ser concedido o *status* de proteção temporária com duração de 18 meses para todos os indivíduos que residem continuamente nos Estados Unidos desde 08/03/2021 – abrangendo cerca de 320.000 imigrantes. A justificativa oficial para a medida é de que “não é seguro para eles [imigrantes venezuelanos nos Estados Unidos] retornar” (SPETALNICK, 2021). Nesse sentido, similarmente ao Cuban Adjustment Act, a concessão do TPS é um fator facilitador da imigração para os Estados Unidos, atraindo um número ainda maior de venezuelanos que sofrem com a realidade da crise.

Entende-se que as políticas migratórias domésticas dos EUA são vistas como centrais para o posicionamento internacional do país durante o governo de Donald Trump. Podem ser, assim, consideradas como

Uma tentativa de reativar os antigos preconceitos que estavam internalizados na construção das leis migratórias estadunidenses originais⁹¹, que buscavam garantir a homogeneidade étnica e cultural diante da percepção de que a diversidade populacional poderia erodir o modelo de nação construído, colocando em risco a identidade nacional (CONTRERA; MARIANO; MENEZES, 2021, p. 12).

No contexto geral, a administração Trump buscou fortalecer o arcabouço instrumental da ‘máquina de deportação’, já herdada de George Bush e Barack Obama. Fez isso através de ordens executivas e decretos presidenciais que endureceram a política migratória: encerramento de programas de proteção a imigrantes indocumentados (entre eles o TPS), a construção do muro na fronteira entre os EUA e México, a deportação sumária de imigrantes indocumentados (indiferentemente de sua busca por refúgio), a reinstalação do programa S-Comm de Bush, e a suspensão do programa Deferred Action for Childhood Arrivals (DACA) de Obama (CONTRERA; MARIANO; MENEZES, 2021, p. 15-17).

91 A política migratória do país, especialmente após a adoção da Lei de Naturalização de 1790, favoreceu a imigração europeia julgada como “economicamente capaz”, ao mesmo tempo que prevenia a entrada de “estrangeiros não-arianos, católicos e/ou muçulmanos, iletrados, deficientes, inadequados e ideologicamente indesejáveis (comunistas, principalmente)” (CONTRERA, MARIANO, MENEZES, 2021, p. 11-12).

Ademais, não exclusivamente nos Estados Unidos, a pandemia da COVID-19 serviu como pretexto para a imposição de barreiras ainda maiores para a imigração destacando-se as políticas “Remain in Mexico” e a “Title 42”, utilizadas tanto por Trump quanto pelo atual presidente Joe Biden (2021 – presente). A primeira, oficialmente nomeada “Migrant Protection Protocols”, determinou que os imigrantes com processos migratórios pendentes nos Estados Unidos esperariam pelos resultados no México, só sendo possível devido ao alinhamento do governo mexicano com os ideais conservadores estadunidenses. Essa política foi responsável pelo redirecionamento de mais de 70 mil imigrantes entre janeiro de 2019 até setembro de 2021, quando foi descontinuada por Biden⁹². A segunda medida diz respeito a um artigo da legislação sanitária estadunidense que determina a possibilidade de fechamento das fronteiras em caso de ameaça à saúde pública. Apesar da defesa do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, na sigla em inglês) pela sua implementação, a iniciativa pela aplicação da Title 42 veio do US Department of Homeland Security e da Casa Branca.

4.3 UMA NARRATIVA DOMINANTE

Neste tópico, trataremos da abordagem midiática e governamental da crise migratória venezuelana e buscaremos demonstrar como esta é utilizada para justificar estratégias de política externa dos Estados Unidos.

Desde o início do governo venezuelano de Hugo Chávez (1999), mas especialmente a partir do governo estadunidense de Donald Trump (2017-2021), a Venezuela é apresentada pelos EUA no debate internacional como um ator beligerante, “autoritário”, que “enfraqueceu direitos humanos, a separação dos poderes e liberdade de expressão”, além de “atacar a oposição, mídia e sociedade civil; engajar com tráfico de drogas e corrupção; convocar eleições fraudulentas, e impedir a distribuição de ajuda humanitária⁹³” (SEELKE et al, 2021, p. 01).

Neste sentido, a disseminação de informações através de veículos de mídia, governos e organizações internacionais foi central para a legitimação da estratégia estadunidense de exercer pressão política, diplomática e econômica sobre a Venezuela com objetivo de, como apresentado anteriormente ao tratarmos das sanções impostas pelos EUA, UE e países do Grupo de Lima; provocar um nível insuportável de desordem interna e acarretar na deposição do presidente Nicolás Maduro. O quadro abaixo demonstra como a Venezuela é retratada pelos Estados Unidos em discursos oficiais.

92 A política será reimplementada em 2021 devido a uma disputa jurídica acerca do seu cancelamento (GRANT, 2021).

93 Em referência ao episódio de 2019 no qual governo venezuelano recusou o carregamento de alimentos e medicamentos enviados através da fronteira colombiana pela USAID, a ser recebido por Juan Guaidó, por suspeitar de uma ameaça de golpe (TORRADO, 2019).

Quadro 1 – O discurso oficial dos Estados Unidos acerca da Venezuela

Título da publicação	Agência responsável	Exemplos do discurso oficial estadunidense acerca da Venezuela.
<p>U.S. Relations With Venezuela</p> <p>Relações dos EUA com a Venezuela</p>	<p>U.S. Department of State, 06/07/2021.</p>	<p>“As políticas do Presidente Maduro são caracterizadas pelo autoritarismo, intolerância à oposição e intervenção irresponsável do Estado na economia que resultaram no aumento da inflação e levaram ao crescimento negativo da economia em um país com as maiores reservas de óleo do mundo. Os Estados Unidos mantém relações diplomáticas com o presidente interino Juan Guaidó e a Assembleia Nacional democraticamente eleita” (EUA, 2021).</p>
<p>U.S. Recognition of Venezuela’s 2015 National Assembly and Interim president Guaidó.</p> <p>Reconhecimento dos EUA da Assembleia Nacional venezuelana de 2015 e do presidente interino Guaidó.</p>	<p>U.S. Embassy in Venezuela, 04/01/2022.</p>	<p>“Os Estados Unidos apoiam o povo venezuelano em seu desejo pela restauração pacífica da democracia através de eleições livres e justas. O padrão do regime de Maduro de repressão política, abusos crescentes de direitos humanos, bem como severas restrições de atores sociais políticos e civis e liberdade de expressão têm roubado o povo venezuelano de autodeterminação democrática. [...] Desde 2017, os Estados Unidos proveram mais e U\$1.9 bilhões em assistência humanitária, econômica, de desenvolvimento e saúde para venezuelanos na Venezuela e àqueles forçados a fugirem pela região” (EUA, 2022).</p>
<p>A Letter on the Continuation of the National Emergency with Respect to Venezuela.</p> <p>Uma carta sobre a continuação da emergência nacional a</p>	<p>The White House, 03/03/2021.</p>	<p>“A situação na Venezuela continua a impor uma ameaça incomum e extraordinária à segurança nacional e à política externa dos Estados Unidos. Portanto, determino necessário continuar a emergência nacional declarada na Ordem Executiva 13692 a respeito da situação na Venezuela.” (EUA, 2021).</p>

respeito da Venezuela.		
Secretary Michael R. Pompeo And Colombian President Ivan Duque After Their Meeting. Secretário Michael R. Pompeo e Presidente colombiano Ivan Duque após seu encontro.	U.S. Department of State, 19/09/2020.	“Gostaria de elogiar como o seu governo tem tomado conta dos seus próprios cidadãos mas também dos refugiados venezuelanos durante essa difícil pandemia da COVID-19. [...] Seu apoio ao presidente interino Juan Guaidó e à transição democrática para uma Venezuela soberana, livre da influência maligna de Cuba, Rússia e Irã é profundamente valiosa. [...] Tivemos a chance de discutir, hoje, o desejo do povo colombiano por uma paz longa e justa em sua nação. A violência por parte dos dissidentes das FARC, o Exército de Libertação Nacional (ELN), ou qualquer outro grupo terrorista e criminal é inaceitável e não pode ser tolerado, bem como as ações de regimes como àquele de Maduro, que acolhe e apoia esses terroristas” (EUA, 2020).
U.S. Relations With Venezuela. Relações entre Estados Unidos e Venezuela.	U.S. Department of State, 06/06/2021.	“Os presidentes anteriores da Venezuela, o falecido Hugo Chávez (1999-2013) e Nicolás Maduro (2013-2019), definiram-se em grande parte através da sua oposição aos Estados Unidos, regularmente criticando e tecendo desinformação sobre o governo estadunidense, suas políticas e suas relações com a América Latina. Maduro, que não foi reeleito através de eleições livres e justas, segura-se ao poder através da subversão das instituições democráticas, manipulação de eleições, e força. Suas políticas são marcadas pelo autoritarismo, intolerância à oposição, e repressão violenta e sistemática aos direitos humanos e liberdades fundamentais – incluindo o uso de tortura, detenções arbitrárias, assassinatos extrajudiciais, e a detenção de mais de 300 prisioneiros políticos” (EUA, 2021).
Secretary Michael R. Pompeo and Brazilian Foreign Minister Ernesto Araujo at a	U.S. Embassy & Consulates in Brazil,	“Nossa missão é ter certeza que o povo venezuelano consiga ultimamente a democracia da qual o povo brasileiro aproveita. [...] Nós esperamos pelo dia em que a população venezuelana possa ter uma chance de ter isso [eleições livres, abertas e transparentes]. Não será a eleição falsa que

Press Availability. Secretário Michael R. Pompeo e Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo em conferência de imprensa.	18/09/2020.	Maduro organizará aqui dentro de alguns meses. [...] Os Estados Unidos também indiciaram Maduro por tráfico de drogas. Não esqueçamos que ele é não somente um líder que destruiu seu próprio país, uma crise artificial das maiores proporções da história moderna, ele também é um traficante de drogas” (EUA, 2020).
---	-------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor com base em publicações de órgãos governamentais dos EUA.

A abordagem internacional da crise venezuelana a partir da narrativa de Washington segue um padrão de classificação do governo da Venezuela como tirânico e sedento por poder. Esse mesmo país é tratado a partir do crescente nível de pobreza, de dificuldades sociais e do caos político, comumente acompanhado da classificação do país como um dos mais prósperos do continente⁹⁴. Essa imagem da Venezuela ditatorial é apresentada em contraponto a dos Estados Unidos, que rogam pelo seu papel de líder do “mundo livre”, defensores dos direitos humanos, do multilateralismo e da autodeterminação dos povos. Nas mídias locais, este discurso também é reproduzido ressaltando os recortes hierárquicos internacionais e domésticos e deixando claro como as elites nacionais exercem papel fundamental na manutenção da ordem mundial hegemônica.

O quadro abaixo ilustra a abordagem internacional da crise venezuelana. Nele, inserimos trechos de matérias de jornais dos últimos 5 anos que ilustram um alinhamento ao discurso oficial de Washington, demonstrando como a narrativa hegemônica é consolidada.

Quadro 2 – Abordagem midiática internacional da crise venezuelana

Título da publicação	Veículo e data de publicação	Exemplos de abordagem internacional <i>mainstream</i> da crise venezuelana.
Venezuela’s Collapse Is the Worst Outside of War in Decades, Economists Say.	The New York Times, 17/05/2019.	“A derrocada da Venezuela é o maior colapso econômico fora de guerras nos últimos 45, dizem especialistas. [...] Mas a Venezuela, em um momento país mais rico da América Latina, não foi destruído por conflito armado.

94 Análise decorrente das matérias mais populares em importantes veículos internacionais de mídia (New York Times, The Guardian, BBC News, El País, e O Globo)

<p>O colapso da Venezuela é o pior fora de períodos de guerra, dizem economistas.</p>		<p>Contrariamente [as causas foram], economistas afirmam, a má governança, corrupção e políticas equivocadas do Presidente Nicolás Maduro e seu predecessor, Hugo Chávez [...]. [Juan Carlos Valles] diz que sua barraca não possui eletricidade desde março, suas vendas caíram em 80% desde o ano passado [...]. Qualquer dinheiro que ele ganha ele investe imediatamente em meros ossos e farinha de milho, pois os preços aumentam diariamente. [...] ‘Nós praticamente tomamos as funções do Estado’, afirmou Juan Carlos Perrota” (KURMANAEV, 2019)</p>
<p>A coup in Venezuela: Nicolás Maduro has consolidated a dictatorship</p> <p>Um golpe na Venezuela: Nicolás Maduro consolidou uma ditadura.</p>	<p>El País, 31/03/2017.</p>	<p>“Em um continente onde a democracia fez progresso espetacular após finalmente deixar para trás os regimes dos anos 1970 e 1980, a regressão da Venezuela para uma ditadura é uma notícia incrivelmente triste. [...] Hoje a Venezuela é um país isolado de seus vizinhos, um país onde existem prisioneiros políticos, onde a oposição é perseguida, onde o parlamento foi suspenso e a economia foi devastada. Esse é o verdadeiro legado de Nicolás Maduro e seu chavismo” (EL PAÍS, 2017)</p>
<p>Venezuela has fallen to a dictator. But we can help restore democracy.</p> <p>A Venezuela foi perdida para um ditador. Mas nós podemos ajudar a restaurar a democracia.</p>	<p>The Guardian, 23/05/2018.</p>	<p>“Nicolás Maduro levou o país aos seus joelhos. Mas a comunidade internacional deve apoiar os venezuelanos que tentam restaurar a democracia. [...] Essa é uma ditadura padrão, com assassinatos, torturas e abuso sexual de prisioneiros políticos, violenta censura da imprensa, e uma estratégia sociopática de usar a fome de seus próprios cidadãos como uma ferramenta de controle político. [...] Então, frente a tudo isso, o que podemos fazer para ajudar a restaurar a democracia na Venezuela?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Abandonar a ideia de uma insurreição popular ou um golpe. [...] 2. Apoiar a oposição. [...] 3. Evitar ações unilaterais. [...] 4. Reforçar o regime de ‘sanções inteligentes’. [...] 5. Apoiar a justiça internacional” (TROMBETTA, 2018)
<p>How Venezuela went</p>	<p>Vox,</p>	<p>“Nicolás Maduro, presidente da Venezuela, está lutando</p>

<p>from a rich democracy to a dictatorship on the brink of collapse.</p> <p>Como a Venezuela foi de uma rica democracia para uma ditadura na beira do colapso.</p>	<p>19/07/2019.</p>	<p>para manter-se no poder enquanto seu país é afetado por uma crise econômica sem precedentes. [...] Suas táticas colocam-no no grupo especial de autoritários democráticos como o Presidente turco Tayyip Erdoğan [...]. Para os EUA, o crescente autoritarismo e a recusa de Maduro a reformar sua economia representam um grande desafio geopolítico e humanitário. O colapso total do país causaria caos na América Latina, criando um êxodo de refugiados para nações vizinhas [...] (milhares de venezuelanos já estão fugindo para a Colômbia e, neste ano [2019], venezuelanos lideram pela primeira vez a lista de solicitantes de refúgio nos EUA” (ALEEM, 2022)</p>
<p>Venezuela's Nicolás Maduro: Dictator or defender of socialism?</p> <p>Nicolás Maduro, presidente da Venezuela: Ditador ou defensor do socialismo?</p>	<p>BBC News, 28/01/2019.</p>	<p>“Desde sua subida ao poder, ele tem sido acusado de minar a democracia e violar direitos humanos na Venezuela, que sofre de uma severa crise econômica. [...] Apesar de hiperinflação e fluxo de emigração em massa, ele insistiu em políticas econômicas estatais lançadas por Chávez e, como ele, culpou os problemas na ‘sabotagem’ das elites locais e ‘imperialistas’, enquanto a oposição acusa-o de má administração e crescente autoritarismo” (BBC NEWS, 2022)</p>
<p>The Constitutional Path to Dictatorship in Venezuela.</p> <p>O caminho constitucional para a democracia na Venezuela.</p>	<p>Stanford Law School, 20/03/2019.</p>	<p>“Nos anos 1970, a Venezuela estava entre os países mais ricos do mundo e, unicamente para a América Latina, mantinha uma robusta democracia constitucional com transferências pacíficas de poder. [...] alguns até acreditavam no ‘excepcionalismo venezuelano’. Contudo, apenas algumas décadas depois, a Venezuela sofre de uma ditadura brutal que desmantelou todas as instituições democráticas e criou uma crise humanitária e econômica de proporções desastrosas. Como exatamente, aconteceu esse colapso institucional? Sem dúvidas, muito se deve às políticas econômicas equivocadas de Hugo Chávez e sua propensão a nacionalizar todas as indústrias produtivas do país” (ZAMBRANO, 2019).</p>

<p>Russia has become a crucial ally of Venezuela's dictatorship.</p> <p>A Rússia tornou-se um aliado crucial para a ditadura venezuelana.</p>	<p>The Economist, 29/01/2022.</p>	<p>“Hugo Chávez, <i>strongman</i> esquerdista e antiamericano venezuelano, ofereceu ao Sr. Putin uma forma de voltar à América Latina. [...] Entre eles, Chávez e Nicolás Maduro, seu sucessor, assinaram mais de 200 acordos com a Rússia. [...] Em 2018 Sr. Maduro armou uma eleição ilegítima e o mundo democrático reconheceu Juan Guaidó, o porta-voz opositor do Legislativo, como presidente. [...]. Sr. Putin veio ao socorro de Sr. Maduro [...]. Eles [militares russos] ficaram” (THE ECONOMIST, 2022).</p>
<p>Ditadura e oposição da Venezuela tentam diálogo pela 6ª vez.</p>	<p>Folha de São Paulo, 13/08/2021.</p>	<p>“A ditadura quer o fim das sanções econômicas ao país e aos altos funcionários do governo. Também pede o reconhecimento das últimas eleições presidenciais, que afirma ter vencido, embora haja evidências de fraude. A oposição, por sua vez, pleiteia eleições livres, liberação dos presos políticos, regresso de exilados e investigações dos abusos de direitos humanos” (COLOMBO, 2021)</p>
<p>Economia venezuelana levará gerações para se reerguer, dizem especialistas.</p>	<p>Veja, 24/11/2021.</p>	<p>“Conforme mostrou a reportagem especial de VEJA, quase toda a população da Venezuela é pobre. [...] Nem mesmo em nações africanas onde a escassez historicamente maltrata os indivíduos, como Madagascar e o Sudão do Sul, a situação chegou ao nível de gravidade do nosso vizinho sul-americano. [...] O cenário atual foi criado por uma combinação explosiva de autoritarismo, irresponsabilidade fiscal, corrupção, ambiente de incertezas institucionais, opções econômicas equivocadas e o desmantelamento. ‘Na Venezuela hoje vemos as consequências da ideologia macroeconômica fracassada e irrealista, da corrupção generalizada e de um governo autoritário e incompetente’, diz Patrick Duddy⁹⁵. ‘Toda a região está pagando o preço pelo fracasso do socialismo do século XXI’” (BRAUN, 2021).</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com base em publicações de mídias *mainstream* nacionais e internacionais.

Para além do discurso da mídia, os posicionamentos oficiais de governos representam a adoção da narrativa ‘oficial’ internacional. Tal alinhamento é percebido através do reconhecimento de Juan Guaidó, presidente da Assembleia Legislativa eleita em 2015, como presidente interino da Venezuela em 2019 após alegações de fraudes eleitorais. Os Estados Unidos reconheceram rapidamente a posição de Guaidó como legítima (POMPEO, 2019), sendo seguidos pelo Parlamento Europeu (PARLAMENTO EUROPEU, 2019)⁹⁶.

Em sua visita à fronteira entre Venezuela e Brasil, em 2020⁹⁷, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro e o ex-chanceler Ernesto Araújo aclamaram a visita do então Secretário de Estado estadunidense Michael Pompeo, agradecendo o apoio à Operação Acolhida. Neste evento, Araújo ainda afirmou que “só quem teme essa parceria é quem teme a democracia” (BRASIL, 2020). O quadro abaixo apresenta extratos do discurso oficial dos Estados Unidos acerca da Venezuela. Da mesma forma, os países que compõem o Grupo de Lima decidiram, em janeiro de 2019, não reconhecer a legitimidade da reeleição de Nicolás Maduro, reforçando seu respaldo à Assembleia Nacional. Neste documento reiteram também a visão da migração venezuelana como resultado direto da crise política e humanitária na Venezuela:

Os governos de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia, ante o início, em 10 de janeiro de 2019, do mandato presidencial ilegítimo do regime de Nicolás Maduro (2019-2025) na Venezuela, expressam o seguinte:

1. Reiteram que o processo eleitoral realizado na Venezuela em 20 de maio de 2018 carece de legitimidade por não haver contado com a participação de todos os atores políticos venezuelanos, nem com a presença de observadores internacionais independentes, nem com garantias e padrões necessários a um processo livre, justo e transparente. Consequentemente, não reconhecem a legitimidade do novo mandato presidencial do regime de Nicolás Maduro, que terá início em 10 de janeiro de 2019. [...]
2. Ratificam seu total respaldo e reconhecimento à Assembleia Nacional, legitimamente eleita em 6 de dezembro de 2015, como o órgão constitucional democraticamente eleito na Venezuela. [...]
3. Instam Nicolás Maduro a não assumir a presidência em 10 de janeiro de 2019, a respeitar as competências da Assembleia Nacional e transferir-lhe, temporariamente, o exercício do Poder Executivo até que novas eleições presidenciais democráticas sejam realizadas. [...]
10. Reiteram sua profunda preocupação com a grave crise política e humanitária na Venezuela, que resultou no êxodo em massa de migrantes e requerentes de asilo oriundos daquele país, como resultado de atos e políticas antidemocráticas, opressoras e ditatoriais praticados pelo regime de Nicolás Maduro, que só pode ser resolvida por meio do pleno restabelecimento da ordem democrática e do respeito aos direitos humanos. Também renovam seu compromisso, na medida de suas possibilidades, de continuar prestando assistência aos migrantes procedentes da Venezuela, bem como de promover e desenvolver iniciativas de coordenação regional em resposta a essa crise. Nesse sentido, saúdam a inclusão da crise de migrantes e refugiados da Venezuela, pela primeira vez, no Apelo Humanitário Global da ONU para 2019, bem como a nomeação do representante conjunto da OIM e do ACNUR (BRASIL, 2019).

⁹⁶ Apesar do abandono do apoio da União Europeia ao presidente interino (EURONEWS, 2021), os EUA ainda mantêm sua posição de defesa da Assembleia Nacional e seu líder.

⁹⁷ Por iniciativa dos Estados Unidos, a visita ocorreu ao mesmo tempo que o Exército brasileiro realizava um exercício militar na Amazônia. O Itamaraty tornou secretas as informações internas acerca da visita até 2035 (SASSINI, 2020).

Assim, percebendo as importantes lacunas de análise, sobretudo no que tange a origem das dificuldades sociais e econômicas do país, em especial as sanções existentes, a narrativa internacional demonstra uma lógica específica, simpática aos objetivos de política externa da potência hegemônica. Aqui, convém citarmos Aimé Césaire que, ao tratar do comportamento da classe dominante, afirma:

Não se pode dizer que o pequeno burguês não tenha lido nada. Ele, pelo contrário, leu tudo, devorou tudo. Seu cérebro funciona unicamente à maneira de alguns aparelhos digestivos de tipo elementar. Ele filtra. E o filtro não deixa passar senão o que pode alimentar a torpeza da boa consciência burguesa (CÉSAIRE, 2017, p. 44).

Não é razoável crer que as narrativas dominantes sejam produtos da ignorância em relação à realidade venezuelana e à atuação internacional dos Estados Unidos, mas sim que sejam formas de propagação de um discurso favorável ao *status quo*. A mídia é um ator central para manutenção da ordem mundial e, dessa forma, age no sentido de disseminar uma visão de mundo benéfica aos seus atores dominantes.

Trata-se, portanto, de uma retórica universalista que evoca uma luta do ‘bem contra o mal’, característica da base colonial da ordem mundial:

A retórica dos líderes do mundo pan-europeu – sobretudo, mas não só, dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha –, da grande mídia e dos intelectuais do *establishment* está cheia de apelos ao universalismo como justificativa básica para suas políticas. Isso acontece principalmente quando falam das políticas relativas aos ‘outros’ (os países do mundo não europeu, as populações dos países mais pobres e ‘menos desenvolvidos’). O tom costuma ser moralista, intimidador e arrogante, mas a política é sempre apresentada como se refletisse valores e verdades universais (WALLERSTEIN, 2007, p. 26).

Em resumo, tal abordagem midiática internacional é uma estratégia essencial para a manutenção da estrutura hierárquica da ordem mundial, em ação desde o século XVI através do processo de colonização do mundo não-europeu. Recorre-se, assim, à universalidade das ‘leis naturais’ para a defesa através dos modelos europeus e estadunidenses, sem outra alternativa possível.

4.3.1 O Nexo Refúgio-Migração

Mais importante para nosso objeto de estudo é a abordagem internacional da crise migratória venezuelana. Um elemento importante nessa análise são os termos e a forma como os dados são utilizados ao tratar da crise migratória. Cabe, dessa forma, realizar uma análise crítica das modalidades de regularização migratória, distinguidas entre voluntárias (econômicas) e forçadas (refúgio), e como estas podem ser manipuladas por interesses específicos. Trataremos, portanto, do chamado “Nexo Refúgio-Migração”, caracterizado por

Stephen Castles como a difícil distinção entre a migração econômica e a migração forçada. É, assim, um produto das

tensões entre inclusão e exclusão, [...] formadas e intensificadas pela globalização e pelo surgimento de uma ordem global baseada na hegemonia de um único superpoder. Pela primeira vez na história, a maior parte dos Estados têm estruturas institucionais de Estados-nação democráticos (CASTLES, 2005, p. 203).

O regime internacional de refúgio foi criado a partir da ordem multilateral pós-1945, com inspiração no Estatuto dos Refugiados de 1951, e consiste em um conjunto de “instrumentos legais, um número de instituições criadas para proteger e apoiar refugiados, e um conjunto de normas internacionais acerca do tratamento de refugiados”, tendo como principal instituição o ACNUR (CASTLES, 2006, p. 12). Este regime está baseado na hierarquização social, como exposto anteriormente, sobretudo das nacionalidades e raças que naturaliza os modelos dos países centrais e não leva em conta todos as repercussões da sua expansão forçada sobre o resto do mundo – seja no processo de colonização do século XVI ou no aprofundamento da globalização do século XX e XXI.

Nesse sentido, as caracterizações de “refugiados” e “imigrantes econômicos” são próprias do contexto internacional específico bipolar do pós-guerras, não sendo mais totalmente representativas das realidades migratórias contemporâneas devido às mudanças nos padrões de relações globais, especialmente o surgimento da ordem mundial hegemônica e dos movimentos de libertação colonial. Dessa forma, muitos imigrantes são forçados a abandonar seus países não por perseguições étnicas, raciais ou políticas, nem mesmo por violações generalizadas de direitos humanos (não sendo considerados oficialmente como refugiados), mas sim pelas mudanças estruturais causadas pela globalização dos mercados e pela perda de poder dos Estados periféricos sobre questões sociais domésticas.

Apesar de não refletirem a realidade de muitos imigrantes, categorias migratórias existem e são determinantes para diferentes formas de tratamento, sobretudo por motivos administrativos. O nexos refúgio-migração refere-se justamente às ‘motivações mistas’ apresentadas por imigrantes no contexto internacional contemporâneo, especialmente da imigração Sul-Norte ou Sul-Sul, e como estas não são contempladas pelo regime internacional migratório.

No relatório anual do RMRP (2021), por exemplo, solicitantes de refúgio são chamados simplesmente de “refugiados”, sem oferecer nenhuma explicação acerca das particularidades das diferentes modalidades de regularização migratória⁹⁸. Contudo, a

⁹⁸ Como apresentado anteriormente, a junção indiscriminada das duas categorias mascara o fato de que a grande maioria dos solicitantes de refúgio venezuelanos não alcançam o status de refugiados, seja pela motivação da sua emigração ou pelos critérios específicos determinados pelas autoridades migratórias do país de destino.

quantidade de pessoas venezuelanas reconhecidas como refugiadas são minoria: do total de 952 mil solicitantes de refúgio, apenas 186 mil são refugiados reconhecidos (R4V, 2022).

Suspeita-se, portanto, que o objetivo seja justamente o de apresentar a crise migratória como uma crise generalizada de violação de direitos humanos, implicando à realidade venezuelana os temores referentes à condição do refúgio. Isso se dá por conta do peso corretamente atribuído à condição de refúgio, especialmente quando referente à categoria de direitos humanos⁹⁹.

Como já demonstrado na tradição da política externa estadunidense, devido ao padrão de poder internacional que privilegia as formas políticas e sociais europeias e estadunidenses, os países periféricos são roubados do direito ao desenvolvimento independente. Assim, a crise venezuelana é abordada internacionalmente como resultado da incapacidade de autogestão, assim como da ‘violência’ e ‘autoritarismo’ de seus governantes, em detrimento do entendimento que está é um produto da ordem mundial hegemônica e de seus regimes políticos e econômicos internacionais, ou melhor, do subdesenvolvimento forçado ao país pelo não alinhamento a estes.

99 Os Estados Unidos é um ator contraditório em relação aos direitos humanos, sobretudo no âmbito regional. Apesar de cometerem violações e de não seguirem as recomendações da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CICH), justificam ações unilaterais de ingerência em território estrangeiro (promoção de princípios democráticos, liberdade de imprensa e eleições livres) por meio dos relatórios do órgão da OEA (FERREIRA; LIMA, 2017).

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo central apresentar as migrações venezuelanas como elemento importante na manutenção da ordem mundial hegemônica, especialmente no contexto da política externa dos Estados Unidos. Como apresentado inicialmente, buscamos responder à seguinte pergunta de pesquisa: de que maneira os movimentos migratórios venezuelanos, entre 2015 e 2021, relacionam-se com a política externa dos EUA de desestabilização da Venezuela?

A hipótese inicial do trabalho foi de que a migração venezuelana é utilizada como elemento central da narrativa hegemônica que caracteriza a Venezuela como um Estado falido governado por um ditador, com violações generalizadas de direitos humanos. Nesse sentido, o apoio à migração, combinado à de produção de instabilidade interna do país latino através de ações unilaterais e isolamento internacional, serviria tanto como instrumento incentivador da emigração como fato legitimador da imagem dos Estados Unidos como defensores da ordem mundial democrática, dos direitos humanos e da autodeterminação dos povos.

Entendemos que esse trabalho se encaixa em um nicho acadêmico pouco explorado, uma vez que a Teoria Crítica das RI, em especial sua abordagem neogramsciana, não faz parte do *mainstream* da disciplina. Ademais, acreditamos que possa servir para analisar não somente a realidade venezuelana, mas também da posição brasileira no contexto regional – especialmente diante dos esforços no acolhimento de imigrantes venezuelanos, apoiados pela aproximação com os Estados Unidos durante o governo de Donald Trump (2017-2021).

Tendo isso em vista, expusemos, a partir da perspectiva histórica das ordens mundiais, como a relação entre os Estados Unidos e a Venezuela é marcada pela hierarquia de poder do sistema internacional, e como o envolvimento dos Estados Unidos com assuntos domésticos venezuelanos foi um dos principais fatores da crise migratória. Ademais, buscamos demonstrar como o apoio internacional aos imigrantes, proveniente dos Estados Unidos ou dos órgãos multilaterais, age também no sentido de reforçar o discurso hierarquizante que favorece o *status quo*.

O referencial teórico utilizado para analisar o sistema internacional nos permitiu abordá-lo tendo como foco as relações de poder e as instituições responsáveis pela manutenção de um padrão específico de dominação internacional. Assim, conforme utilizado por Cox, buscamos aplicar o conceito gramsciano de hegemonia para contextualizar as relações internacionais contemporâneas e, mais especificamente, o movimento migratório de venezuelanos. Caracterizamos a dominação hegemônica dos Estados Unidos como a instrumentalização simultânea do consentimento e da coerção, gerando uma de subordinação

“voluntária” à configuração do sistema internacional estadunidense que, até certo ponto, beneficia também aos dominados. Além disso, aspectos de classes nas relações internacionais também são centrais para a análise gramsciana, sendo essenciais para uma compreensão contextual dos diversos interesses nacionais – ou das relações internacionais como um todo.

Com base na análise decolonial, retomando o processo formacional do sistema internacional que dá sustentação à ordem mundial hegemônica, foi possível apresentar elementos ainda basilares das relações de poder contemporâneas: as questões raciais, as relações coloniais, os diferentes modos de produção e seus modos de Estado correspondentes, entre outros. Estes são elementos presentes nos padrões de comportamento internacionais contemporâneos, fortalecidos através dos Estados, da burocracia internacional e dos movimentos sociais transnacionais.

Com o estudo do processo de desenvolvimento dos Estados Unidos revelaram-se os padrões de comportamento que permitiram à potência hegemônica a manutenção da prevalência de seus interesses. Ademais, revelou políticas que, durante outros momentos de sua história, tiveram os mesmos objetivos que afirmamos terem as atuais – sobretudo o enfraquecimento de governos revolucionários da América Latina, como os casos da Guatemala e Cuba, na década de 1950, do Chile na de 1960, e o caso atual da Venezuela. Em especial, demonstrou-se a racionalização subjacente às ações da política externa, datadas do período de independência: o excepcionalismo estadunidense e a missão civilizatória do Destino Manifesto.

Ao estudarmos o caso específico da Venezuela, percebemos como a relação com os Estados Unidos foi importante para a consolidação do modelo político puntofijista, durante o século XX, e como o rompimento deste padrão de relacionamento, ainda que feito de maneira gradual, resultou no antagonismo da potência hegemônica. Produto do desenvolvimento do sistema internacional, a aproximação aos Estados Unidos pode ser vista pela América Latina, até meados do século XX, como uma forma de proteção contra as potências imperialistas europeias. Após a Segunda Guerra Mundial, contudo, a América Latina torna-se ainda mais importante para a guerra ideológica travada pelos EUA contra o Oriente, sendo alvo da disseminação do modelo de Estado neoliberal.

São também relevantes as organizações internacionais, instituições que, em sua maioria, são burocraticamente dominadas pelos interesses das potências centrais e atuam em conformidade com o discurso hegemônico. Tratamos sobretudo das OIs ligadas à migração (ACNUR, OIM, R4V), cujas atuações foram estudadas criticamente, sinalizando grande conexão entre seus projetos específicos e políticas bilaterais de ajuda humanitária dos Estados Unidos.

Nesse âmbito, tratamos com maior atenção as atividades promovidas pela R4V, plataforma interagencial composta pela ACNUR e OIM, em especial o Plano de Resposta Regional para Imigrantes e Refugiados (RMRP). É notável o esforço realizado por esses órgãos no sentido de promover assistência aos imigrantes venezuelanos nos âmbitos sociais, sanitários, laborais e documentais. Grande parte do trabalho é realizado através de parcerias firmadas com atores locais, governamentais ou organizações da sociedade civil, ou através de projetos nacionais – como é o caso da Operação Acolhida, promovida pelo governo federal, Forças Armadas e um grande número de parceiros.

O papel dos Estados Unidos no âmbito da assistência humanitária é apresentado tanto diretamente, através da assistência bilateral via USAID e Departamento de Estado, como indiretamente por meio do financiamento aos projetos multilaterais das agências da ONU. Contudo, o que se revela interessante é o conteúdo, ou os setores de destino, dessa assistência: para a Venezuela, além da assistência de emergência, destacam-se os setores de “governo e sociedade civil”, enquanto nos demais países da região os setores “humanitários” são dominantes, fortemente ligados ao acolhimento e integração de imigrantes venezuelanos. Neste sentido, reforça-se a visão de que a potência hegemônica não busca eliminar efetivamente a migração através da estabilização da crise venezuelana, mas sim utilizar do fluxo de imigrantes como instrumento retórico adicional para o discurso acusatório contra o governo venezuelano.

Dessa maneira, chegamos à conclusão de que o fluxo emigratório da Venezuela teve como causa principal a deterioração das condições sociais e econômicas do país, efeitos diretos da interferência estadunidense na soberania do governo bolivariano. As sanções e o bloqueio econômico-financeiro geraram grave instabilidade social, política e econômica interna e isolamento internacional, tendo como principal objetivo a promoção da mudança de regime político no país para melhor atender aos interesses hegemônicos na região. O apoio à imigração venezuelana serviu, portanto, como instrumento da política externa dos Estados Unidos ao fortalecer ainda mais o isolamento internacional e a instabilidade interna do país latino.

Finalmente, apresentamos como a crise migratória é abordada internacionalmente como um produto direto das ações do governo venezuelano, cabendo às potências internacionais coordenarem os processos de acolhimento dos imigrantes. Neste sentido, conectamos esta estratégia às tradições coloniais da política externa estadunidense, segundo as quais os povos e governantes latino-americanos não possuem capacidades de autogoverno devido às suas tendências violentas, não-civilizadas, ou clientelísticas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Beatriz S. **A Revolução Bolivariana e a ascensão do poder popular durante o governo de Hugo Chávez (1999-2013)**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2019. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5858>. Acesso em: 18/12/2021.

ACNUR. **Declaração de Cartagena**. Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários. 1984. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf. Acesso em: 12/01/2021.

_____. **Funding Update**. 2020. Disponível em: <https://reporting.unhcr.org/sites/default/files/Global%20Funding%20Overview%2031%20December%202020.pdf>. Acesso em: 10/01/2021.

ALEEM, Zeeshan. **How Venezuela went from a rich democracy to a dictatorship on the brink of collapse**. Vox, 19/07/2019. Disponível em: <https://www.vox.com/world/2017/9/19/16189742/venezuela-maduro-dictator-chavez-collapse>. Acesso em: 06/02/2022.

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica: princípios e fundamentos**. São Paulo: Blucher, 2021.

AMERICAN IMMIGRATION COUNCIL. **The “Migrant Protection Protocols”**. Washington, 06/10/2021. Disponível em: www.americanimmigrationcouncil.org/research/migrant-protection-protocols. Acesso em 13/12/2021.

_____. **A Guide to Title 42 Expulsions at the Border**. Washington, 06/10/2021. Disponível em: <https://www.americanimmigrationcouncil.org/research/guide-title-42expulsions-border>. Acesso em: 13/12/2021.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, E.; GENTILI, P. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ATLAS NETWORK. **Who we are**. 2022. Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/who-we-are>. Acesso em: 24/01/2022.

BANDEIRA, Luiz A. M. **Formação no império americano: da guerra contra a Espanha à guerra do Iraque**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017.

BASTOS, Ângela. **Imigrantes declaram preocupação com fechamento do Crai em Florianópolis**. Hora de Santa Catarina: 19/09/2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/imigrantes-declaram-preocupacao-com-fechamento-do-crai-em-florianopolis>. Acesso em: 23/08/2021.

BBC NEWS. **Venezuela's Nicolás Maduro: Dictator or defender of socialism?** 28/01/2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-20664349>. Acesso em: 06/02/2022.

BOADLE, Anthony. **Pompeo visits refugees in Brazil, pressuring Venezuela's Maduro**. Reuters, Brasília, 18/09/2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-latam-pompeo-brazil-idUSKBN26935Q>. Acesso em: 14/12/2021.

BORBA DE SÁ, Miguel; COELHO, Jaime C. **Organizações Internacionais: uma contribuição coxiana para a análise de mudança na ordem mundial**. In: PAUTASSO, Diego; PRESTES, Ana. (Org.). Teoria das Relações Internacionais: contribuições marxistas. Rio de Janeiro: editora Contraponto. 2021.

BORBA DE SÁ, Miguel; GARCIA, Ana S. **“Overcoming the Blockage”: An interview with Robert W. Cox**. Revista estudos Internacionais, p. 303-318, v. 1 n. 2 jul-dez 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/6318/5797>. Acesso em: 07/07/2021.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-Medita%C3%A7%C3%B5es-pascalianas.pdf>. Acesso em 13/10/2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Comitê Federal de Assistência Emergencial. **Relatório Trimestral**. 2018. Disponível em <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/transparencia/relatorios>. Acesso em: 23/08/2021.

_____. **Resolução Normativa 126**. Conselho Nacional de Imigração. 2017. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2017/11016.pdf?file=fileadmin/Documentos/BDL/2017/11016>. Acesso em 08/10/2021.

_____. **Painel de Interiorização**. Ministério da Cidadania. 2022. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>. Acesso em: 14/09/2021.

_____. **Visita do Secretário de Estado dos EUA Mike Pompeo e do Ministro Ernesto Araújo à Operação Acolhida em Boa Vista-RR: comentários do Ministro Ernesto Araújo**. Ministério das Relações Exteriores: Nota à Imprensa. 19/09/2020. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/visita-do-secretario-de-estado-dos-eua-mike-pompeo-e-do-ministro-ernesto-araujo-a-operacao-acolhida-em-boa-vista-rr-comentarios-do-ministro-ernesto-araujo. Acesso em: 24/01/2022.

_____. **Declaração do Grupo de Lima**. Ministério das Relações Exteriores: 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-do-grupo-de-lima-4. Acesso em: 12/01/2022.

_____. **Declaração de Lima**. Ministério das Relações Exteriores: 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lima. Acesso em: 13/01/2022.

_____. **Decisão sobre a suspensão da Venezuela no MERCOSUL**. Ministério das Relações Exteriores: 2017. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-no-mercosul/>. Acesso em: 17/02/2022.

BRAUN, Juliana. Economia venezuelana levará gerações para se reerguer, dizem especialistas. Veja, 24/11/2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/economia-venezuelana-levara-geracoes-para-se-reerguer-dizem-especialistas/>. Acesso em: 06/02/2022.

CARITAS BRASILEIRAS. **Rede Caritas SC e SJMR firmam parceira para ampliar o atendimento a imigrantes e refugiados.** 13/07/2021. Disponível em: <http://sc.caritas.org.br/noticias/rede-caritas-sc-e-sjmr-firmam-parceria-para-ampliar-o-atendimento-a-migrantes-e-refugiados>. Acesso em: 23/09/2021.

_____. **Pana Brasil: Casas de direitos reabrem suas portas em quatro capitais do Brasil.** 11/02/2020. Disponível em: <http://caritas.org.br/noticias/pana-brasil-casas-de-direitos-reabrem-suas-portas-em-quatro-capitais-do-brasil>. Acesso em: 07/02/2022.

CASTLES, Stephen. **Global Perspectives on Forced Migration.** Asian and Pacific Migration Journal 15(1): 7-28. 2006.

_____. **International migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues.** International Social Science Journal, 52: 269–281. 2000.

_____. **Nation and Empire: Hierarchies of Citizenship in the New Global Order.** Oxford: International Politics. 2005.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; MACÊDO, Marília F. R. de. **Imigração e Refúgio no Brasil.** Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em: 23/08/2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discursos sobre o colonialismo.** Florianópolis: Letras Contemporâneas. 2017.

CLAUSEWITZ, Carl V. **On War.** Princeton. 1976. Disponível em: <https://www.usmcm.edu/Portals/218/EWS%20On%20War%20Reading%20Book%201%20Ch%201%20Ch%202.pdf>. Acesso em: 24/01/2022.

COITINHO, Rita. **A dialética centro-periferia: a contribuição de Lênin para a análise das relações internacionais contemporâneas.** In: PAUTASSO, Diego; PRESTES, Ana. (Org.). Teoria das Relações Internacionais: contribuições marxistas. Rio de Janeiro: editora Contraponto. 2021

COLOMBO, Sylvia. Ditadura e oposição da Venezuela tentam diálogo pela 6ª vez. Folha de São Paulo, 13/08/2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/08/ditadura-e-oposicao-da-venezuela-tentam-dialogo-pela-6a-vez.shtml>. Acesso em: 06/02/2022.

CONTRERA, Flávio; MARIANO, Karina L. P; MENEZES, Roberto G. **Retórica da ameaça e securitização: a política migratória dos Estados Unidos na administração Trump**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 37 nº 108, 2021.

COX, Robert W. **Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory**. Millennium: Journal of International Studies Vol. 10, No. 2. 1981.

_____. **Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method**. Millennium: Journal of International Studies Vol. 12, No. 2. 1983.

_____. **International Organizations – World Politics: Studies in Economic and Social Agencies**. Papers prepared under the auspices of the International Political Association. London: Palgrave Macmillan, 1969.

_____. **Production, Power and World Order: Social Forces in the Making of History**. Columbia University Press, New York, 1987.

CURCIO, Pasqualina C. **Hiperinflación: Arma Imperial (III)**. Caracas: Editorial Nosotros Mismos. 2018.

DOUHAN, Alena. **Report of the Special Rapporteur on the negative impact of unilateral coercive measures on the enjoyment of human rights**. ONU: Human Rights Council. 2021. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/venezuela-bolivarian-republic/report-special-rapporteur-negative-impact-unilateral-coercive>. Acesso em: 13/01/2022.

EL PAÍS. **A coup in Venezuela: Nicolás Maduro has consolidated a dictatorship**. 31/03/2017. Disponível em: https://english.elpais.com/elpais/2017/03/31/inenglish/1490956479_493684.html. Acesso em: 06/02/2022.

ESTADO UNIDOS DA AMÉRICA. **Public Law 89-732: Cuban Adjustment Act.** 1966. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/STATUTE-80/pdf/STATUTE-80-Pg1161.pdf>. Acesso em: 24/01/2022.

_____. **Temporary Protected Status Designated Country: Venezuela.** U.S. Citizenship and Immigration Services: 2021. Disponível em: <https://www.uscis.gov/humanitarian/temporary-protected-status/temporary-protected-status-designated-country-venezuela>. Acesso em: 24/01/2022.

_____. **Ordem Executiva nº 13692: Blocking Property and Suspending Entry of Certain Persons Contributing to the Situation in Venezuela.** Federal Register Vol. 80, No. 47. 2015. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2015-03-11/pdf/2015-05677.pdf>. Acesso em: 10/01/2022.

_____. **Ordem Executiva nº 13808: Imposing Additional Sanctions With Respect to the Situation in Venezuela.** Presidential Documents. Federal Register Vol. 82, No. 166. 2017. Disponível em: <https://home.treasury.gov/system/files/126/13808.pdf>. Acesso em: 10/01/2022.

_____. **Ordem Executiva nº 13827: Taking Additional Steps to Address the Situation in Venezuela.** Federal Register Vol. 83, No. 55. 2018. Disponível em: <https://home.treasury.gov/system/files/126/13827.pdf>. Acesso em: 10/01/2022.

_____. **Ordem Executiva nº 13857: Taking Additional Steps To Address the National Emergency With Respect to Venezuela.** Federal Register: Vol. 84, No. 20. 2019. Disponível em: <https://home.treasury.gov/system/files/126/13857.pdf>. Acesso em: 10/01/2022.

_____. **Plan to overthrow the Venezuelan dictatorship: “Masterstroke”.** United States Southern Command: 2018. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/o-golpe-de-mestre-dos-eua-contravenezuela-documento-do-comando-sul>. Acesso em: 12/01/2022.

_____. **Public Law 113-278: Venezuela Defense of Human rights and Civil Society Act.** 2014. Disponível em:

<https://www.govinfo.gov/content/pkg/PLAW-113publ278/pdf/PLAW-113publ278.pdf>.

Acesso em: 10/01/2022.

_____. **U.S. Relations With Venezuela.** Department of State. 2021. Disponível em: <https://www.state.gov/countries-areas/venezuela/>. Acesso em: 06/02/2022.

_____. **U.S. Recognition of Venezuela's 2015 National Assembly and Interim president Guaidó.** U.S. Embassy in Venezuela. 2021. Disponível em: <https://ve.usembassy.gov/u-s-recognition-of-venezuelas-2015-national-assembly-and-interim-president-guaido/>. Acesso em: 06/02/2022.

_____. **A Letter on the Continuation of the National Emergency with Respect to Venezuela.** The White House. 2021. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/03/03/a-letter-on-the-continuation-of-the-national-emergency-with-respect-to-venezuela/>. Acesso em: 06/02/2022.

_____. **Secretary Michael R. Pompeo And Colombian President Ivan Duque After Their Meeting.** U.S. Department of State. 19/09/2020. Disponível em: <https://2017-2021.state.gov/secretary-michael-r-pompeo-and-colombian-president-ivan-duque-after-their-meeting/index.html>. Acesso em: 06/02/2022.

_____. **U.S. Relations With Venezuela.** U.S. Department of State, 06/06/2021. Disponível em: <https://www.state.gov/u-s-relations-with-venezuela/>. Acesso em: 06/02/2022.

_____. **Secretary Michael R. Pompeo and Brazilian Foreign Minister Ernesto Araujo at a Press Availability.** U.S. Embassy & Consulates in Brazil. 18/09/2020.

_____. **Reconhecimento de Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela.** Washington: Press Release. 2019. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/declaracao-do-secretario-pompeo-reconhecimento-de-juan-guaido-como-presidente-interino-da-venezuela/>. Acesso em: 24/01/2022.

_____. **Testimony of Gen. Peter Pace, commander-in-chief, U.S. Southern Command.** Senate Armed Services Committee: 2001. Disponível em: https://adamisacson.com/files/old_cip_colombia/032701.htm. Acesso em: 12/01/2022.

_____. **Statement of Admiral Kurt W. Tidd, United States Southern Command, before the 115th Congress.** Senate Armed Services Committee: 2018. Disponível em: https://www.southcom.mil/Portals/7/Documents/Posture%20Statements/SOUTHCOM_2018_Posture_Statement_FINAL.PDF?ver=2018-02-15-090330-243. Acesso em: 12/01/2022.

_____. **Statement of Admiral Craig S. Faller, United States Southern Command, before the 115th Congress.** Senate Armed Services Committee: 2019. Disponível em: https://www.southcom.mil/Portals/7/Documents/Posture%20Statements/SOUTHCOM_2019_Posture_Statement_HASC_Final.pdf?ver=2019-05-01-095639-453. Acesso em: 12/01/2022.

_____. **Statement of Admiral Craig S. Faller, United States Southern Command, before the 117th Congress.** Senate Armed Services Committee: 2021. Disponível em: https://www.southcom.mil/Portals/7/Documents/Posture%20Statements/SOUTHCOM%202021%20Posture%20Statement_FINAL.pdf?ver=qVZdqBYBi_rPgtL2LzDkg%3D%3D. Acesso em: 12/01/2022.

EURONEWS. **EU no longer recognises Juan Guaidó as Venezuela's interim president.** Bruxelas: 07/01/2021. Disponível em: <https://www.euronews.com/2021/01/07/eu-no-longer-recognises-juan-guaido-as-venezuela-s-interim-president>. Acesso em: 24/01/2022.

FERNANDES, Marcelo Pereira. **Imperialismo no Século XXI e o caso da China.** In: PAUTASSO, Diego; PRESTES, Ana. (Org.). *Teoria das Relações Internacionais: contribuições marxistas.* Rio de Janeiro: Contraponto. 2021.

FERREIRA, Marielle M. A.; LIMA, Rodrigo A. **O excepcionalismo norte-americano para os direitos humanos e seu impacto nos debates sobre a reforma da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.** Montevideu: ALACIP. 9o Congresso Lationamericano de Ciência Política. 2017.

FISHMAN, Andrew; VIANA, Natalia; SALEH, Maryam. **The Secret History of U.S. Involvement in Brazil's Scandal-Wracked Operation Car Wash.** Disponível em: <https://theintercept.com/2020/03/12/united-states-justice-department-brazil-car-wash-lava-jato-international-treaty/>. The Intercept: 12/03/2020. Acesso em: 15/12/2021.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

GILL, Stephen. **American Hegemony and the Trilateral Commission**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the Prison Notebooks**. New York: International Publishers, 1971.

GRANT, Will. **Rights groups' warning as Trump's Remain in Mexico policy restored**. BBC News, 03/12/2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-59514465>. Acesso em: 13/12/2021.

GRATIUS, Susanne; AYUSO POZO, Anna. **Sanciones como instrumentos de coerción: ¿Cuán similares son las políticas de Estados Unidos y la Unión Europea hacia Venezuela?** Salamanca: América Latina Hoy, Vol. 85 (p. 31-53), 2020. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/alh.21989>. Acesso em: 10/01/2022.

GAIRF. **Novos Imigrantes e Refugiados na Região da Grande Florianópolis: observações preliminares sobre suas experiências e demandas**. Florianópolis: Núcleo de Apoio aos Imigrantes e Refugiados/UFSC (org.), NEFIPOnline/UFSC, 2015. Disponível em: <https://imigrafloripa.files.wordpress.com/2015/08/relate3b3rio-gairf-versao-publicar-ult.pdf>. Acesso em: 09/11/2021.

HAASS, Richard. **Sovereignty: Existing Rights, Evolving Responsibilities**. Washington U.S. Departamento de Estado: International Information Program. 2003. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/s/p/rem/2003/16648.htm>. Acesso em: 10/11/2021.

HERZ, Monica. **Política de segurança dos EUA pra a América Latina após o final da Guerra Fria**. São Paulo: Estudos Avançados 16 (46). 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Bb8RBvXjMrjz3S3ZbPC43Kt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08/11/2021.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **Programme and Budget for 2021**. Disponível em: <https://governingbodies.iom.int/system/files/en/council/111/C-111-6%20-%20Programme%20and%20Budget%20for%202021.pdf>. Acesso em: 10/01/2022.

KASSAI, Lucia. **Venezuela Doubles Crude Oil Exports Defying U.S. Sanctions.** Bloomberg: 03/01/2022. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-01-03/venezuela-doubles-crude-oil-exports-defying-u-s-sanctions>. Acesso em: 17/02/2022.

KENNAN, George F.. **The Sources of Soviet Conduct.** Foreign Affairs. 1947. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1947-07-01/sources-soviet-conduct>. Acesso em: 28/10/2021.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph S.. **Power and Interdependence.** 1989.

KISSINGER, Henry A.. **Diplomacy.** New York, 1994.

KURMANAEV, Anatoly. **Venezuela's Collaps Is the Worst Outside of War in Decades, Economists Say.** The New York Times, 17/05/2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/05/17/world/americas/venezuela-economy.html>. Acesso em: 06/02/2022.

LABORDE, Antonia. **OEA abre caminho para suspender a Venezuela.** El País: 06/06/2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/06/internacional/1528243386_148729.html. Acesso em: 17/02/2022.

LARA, Rafaela. **Leia e assista à íntegra do discurso de Bolsonaro na 76ª Assembleia-Geral da ONU.** CNN Internacional: 21/09/2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-76a-assembleia-geral-da-onu/>. Acesso em: 21/09/2021.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo: fase superior do capitalismo.** Campinas: FE/UNICAMP, 2011. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/imperialismo.pdf>. Acesso em: 17/02/2022.

LIPPMANN, Walter. **U.S. Foreign Policy: Shield of the Republic.** Boston: Little, Brown and Company. 1943.

LOSURDO, Domenico. **Esquerda ausente: crise, sociedade do espetáculo, guerra**. São Paulo: Anitta Garibaldi, 2016.

MCAULIFFE, M; TRIANDAFYLLIDOU, A. **World Migration Report 2022**. International Organization for Migrations (IOM), Geneva, 2021. Disponível em: <https://worldmigrationreport.iom.int/>. Acesso em: 11/12/2021.

MEYER, Peter J.; MARTIN, Rachel L.. **U.S. Foreign Assistance to Latin America and the Caribbean: FY2021 Appropriations**. Congressional Research Service, 2021. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/row/R46514.pdf>. Acesso em: 07/02/2022.

MILANI, Livia. **Argentina e o Brasil frente aos Estados Unidos (2003-2015): entre a autonomia e a subordinação**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais), 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/191151>. Acesso em: 10/12/2021.

_____. **U.S. Foreign Policy in Latin America Still a Repeat of the Past**. NACLA. 2021. Disponível em: <https://nacla.org/us-foreign-policy-latin-america-still-repeat-past>. Acesso em: 01/12/2021.

MONTEIRO, Leonardo Valente. **Inimigos sim, negócios à parte: revisionismo periférico antagônico e pragmatismo comercial combinados na política externa do govern Hugo Chávez**. Tese (Doutorado em Ciência Política). UERJ, 2012.

NOGUEIRA, K. **EXCLUSIVO: Parceria Lava Jato-EUA foi movida por ódio e dinheiro, diz ao DCM ex-agente da CIA**. Diário do Centro do Mundo, 2021. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/exclusivo-parceria-lava-jato-eua-foi-movida-por-odio-e-dinheiro-diz-ao-dcm-ex-agente-da-cia/>. Acesso em: 16/12/2021.

OPEP. **Annual Statistical Bulletin**. Vienna, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados**. 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatu_to_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 10/01/2022.

OIM BRASIL. **Casa do Migrante em Santa Catarina recebe refugiados e migrantes venezuelanos.** 06/05/2021. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/casa-do-migrante-em-santa-catarina-recebe-refugiados-e-migrantes-venezuelanos>. Acesso em: 07/02/2022.

_____. **Parceria entre OIM e IMDH impulsiona geração de renda de venezuelanos e migrantes de países vizinhos.** 02/02/2022. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/parceria-entre-oim-e-imdh-impulsiona-geracao-de-renda-de-venezuelanos-e-migrantes-de-paises-vizinhos>. Acesso em: 07/02/2022.

_____. **Em Florianópolis, OIM promove capacitações sobre integração de refugiados e migrantes.** Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/em-florianopolis-oim-promove-capacitacoes-sobre-integracao-de-refugiados-e-migrantes>. Acesso em: 07/02/2022.

PARLAMENTO EUROPEU. **Resolução de 31 de Janeiro de 2019 do Parlamento Europeu sobre a situação da Venezuela.** Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2019-0061_EN.html. Acesso em: 12/01/2022.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2003.

_____. **Os Estados Unidos e o século XXI.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PEDROSO, Carolina. **Um balanço da relação entre Estados Unidos e Venezuela no governo Trump.** Revista Sul Global, 2(2): pg. 83-114. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg>. Acesso em: 23/08/2021.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. **Três perspectivas sobre a política externa dos Estados Unidos: poder, dominação e hegemonia.** Revista de Sociologia e Política V. 19, Nº 39: 237-257. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/69w3yphKVqnxq6x7pg6w3tj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10/12/2021.

PETRAS, James. MORLEY, Morris. **The United States and Chile: Imperialism and the Overthrow of the Allende Government.** New York: Monthly Review Press. 1975.

PRESTES, Ana. **De Gramsci a Arrighi: a construção do conceito de hegemonia mundial.** In: PAUTASSO, Diego; PRESTES, Ana. (Org.). Teoria das Relações Internacionais: contribuições marxistas. Rio de Janeiro: editora Contraponto. 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y modernidad/racionalidad.** Perú Indig. 13(29): 11-20, 1992.

_____. **¡Qué tal Raza!** America Latina en Movimiento, No 230. 2000. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/articulo/104865>. Acesso em: 18/01/2022.

REUTERS. **EU states no longer recognise Guaido as Venezuela's interim president.** Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-politics-eu-idUSKBN29U1A3>. Acesso em: 23/08/2021.

_____. **Pompeo visits refugees in Brazil, pressuring Venezuela's Maduro.** 18/09/2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-latam-pompeo-brazil-idUSKBN26935Q>. Acesso em: 23/08/2021.

_____. **Factbox: Venezuela's nationalizations under Chavez.** 07/10/2012. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-election-nationalizations-idUSBRE89701X20121008>. Acesso em: 03/02/2022.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016.** São Paulo: Versal Editores. 2017.

RODRIGUES, Natália S. **Revolução Bolivariana e ofensiva socialista na Venezuela.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UNESP, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98972>. Acesso em: 20/12/2021.

ROJAS-ZERPA, J. C.; YUSTA-LOYO, J. M. **Producción, Reservas y Sostenibilidad de la Energía en Venezuela.** Medellín: Lámpsakos, N° 14, pp. 52-60, 2015. Disponível em: <https://www.funlam.edu.co/revistas/index.php/lampsakos/article/view/1701/1429>. Acesso em: 24/01/2022.

R4V. **Data and Information in the RMRP.** 2022. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/node/88855>. Acesso em: 06/09/2021.

_____. **Key Figures.** 2022. Disponível em: <https://www.r4v.info/en>. Acesso em: 10/01/2022.

_____. **RMRP 2022: Regional Refugee and Migrant Response Plan January – December 2022.** 2021. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/colombia/rmrp-2022-regional-refugee-and-migrant-response-plan-rmrp-january-december-2022>. Acesso em: 10/01/2022.

_____. **RMRP 2021: Regional Refugee and Migrant Response Plan January – December 2021.** 2020. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/colombia/rmrp-2021-regional-refugee-and-migrant-response-plan-refugees-and-migrants-venezuela>. Acesso em: 23/08/2021.

_____. **Funding Update: RMRP.** 2021. Disponível em: <https://www.r4v.info/es/financiamiento>. Acesso em: 10/01/2021.

SASSINI, Vinicius. **Itamaraty torna secreta informações sobre visita de Pompeo à fronteira com Venezuela.** Folha de São Paulo: 30/10/2020. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/itamaraty-torna-secretas-informacoes-sobre-visita-de-pompeo-a-fronteira-com-venezuela.shtml>. Acesso em: 24/01/2022.

SEELKE, Clare R.; NELSON, Rebecca M.; MARGESSON, Rhoda; BROWN, Philip. **Venezuela: Background and U.S. Relations.** Congressional Research Service. 2021.

SPM-SC. **Casa do migrante – Scalabrini.** 2019. Disponível em: <https://www.spm-sc.com/casa-do-migrante-scalabrini>. Acesso em: 07/02/2022.

SHAMSUDDIN, Mrittika; ACOSTA, Pablo Ariel; SCHWENGBER, Rovane Battaglin; FIX, Jedediah; PIRANI, Nikolas. **Integration of Venezuelan Refugees and Migrants in Brazil.** World Bank Group. Social Protection and Jobs Global Practice. March 2021. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35358>. Acesso em: 23/08/2021.

SHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SILVA, Karine de S. S.; BORBA, Jonatan C. de B. MÜLLER, Juliana. **Pessoas, travessias e encontros: dinâmicas atuais da migração sul-sul em Santa Catarina**. Rocha Gráfica e Editora, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://irene.ufsc.br/2021/03/01/faca-o-download-gratuito-do-livro-pessoas-travessias-e-encontros-dinamicas-atuais-da-migracao-sul-sul-em-santa-catarina/>. Acesso em: 23/08/2021.

SILVA, Karine de S. S.; ROCHA, Carolina N. M. C.; D'ÁVILA, Lucas. **Invisibilizados na ilha do desterro: os novos fluxos de imigrantes e refugiados em Florianópolis**. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, Santa Maria, RS, v. 15, n. 1, e33488, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/33488>. Acesso em: 23/08/2021.

SILVA, Karine de S. S.; MORAIS, Pâmela S. V. **Gênero, raça e interseccionalidades no processo de feminização da migração: entre silenciamentos e protagonismos de mulheres negras em Florianópolis**. Revista da ABPN • v. 13, n. 36, Mar -Mai 2021, pg. 312-339. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1231/1172> Acesso em: 09/02/2022.

SILVA, Karine de S. S. **Neoliberalismo e direitos humanos: trajetórias opostas**. Revista Sequência, v. 20 n. 39, Programa de Pós-Graduação de Direito da UFSC, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15486>. Acesso em: 28/10/2021.

_____. **O genocídio negro e o assassinato do refugiado africano Moïse Kabagambe: O retrato que o Brasil brancocentrado nunca quis revelar ao mundo**. Empório do Direito. 08/02/2022. Disponível em: <https://emporiiododireito.com.br/leitura/o-genocidio-negro-e-o-assassinato-do-refugiado-africano-moise-kabagambe-o-retrato-que-o-brasil-brancocentrado-nunca-quis-revelar-ao-mundo>. Acesso em: 09/02/2022.

SIMOES, A. J. G.; HIDALGO, C. A.. **The Economic Complexity Observatory: An Analytical Tool for Understanding the Dynamics of Economic Development**. Workshops at the Twenty-Fifth AAAI Conference on Artificial Intelligence. 2011. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/ven>. Acesso em: 21/09/2021.

SIRONI, A. C. Bauloz'; EMMANUEL, M. **Glossary on Migration**. International Migration Law, No. 34. International Organization for Migration (IOM), Geneva. 2019. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 23/08/2021.

SPETALNICK, Matt. **Biden grants temporary protected status to Venezuelans in U.S. who fled country's turmoil**. Reuters, 08/03/2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-usa-idUSKBN2B02H9>. Acesso em: 24/08/2021.

THE ECONOMIST. **Russia has become a crucial ally of Venezuela's dictatorship**. 29/01/2022. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2022/01/29/russia-has-become-a-crucial-ally-of-venezuelas-dictatorship>. Acesso em: 06/02/2022.

THE TRICONTINENTAL. **Dossier 17: Venezuela and Hybrid Wars in Latin America**. Journal of Global Faultlines, vol. 6, no. 1, Pluto Journal, pp. 70–89. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.13169/jglobfaul.6.1.0070>. Acesso em: 15/12/2021.

TOLEDO, Marcelo; KNAPP, Eduardo. **Invasão de venezuelanos fugindo de crise no país gera caos em Roraima**. Folha de São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1833815-invasao-de-venezuelanos-fugindo-de-crise-no-pais-gera-caos-em-roraima.shtml>. Acesso em: 23/08/2021.

TORRADO, Santiago. **Los militares venezolanos bloquean un puente que Colombia quiere usar para trasladar ayuda humanitaria**. El País: 07/02/2019. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2019/02/06/actualidad/1549474950_762438.html. Acesso em: 24/01/2022.

TROMBETTA, Reynaldo. **Venezuela has fallen to a dictator, But we can help to restore democracy**. The Guardian, 23/05/2018. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/may/23/venezuela-dictator-democracy-nicolas-maduro-venezuelans>. Acesso em: 06/02/2022.

USAID; U.S. DEPARTMENT OF STATE. **ForeignAssistance.gov**. Disponível em: <https://www.foreignassistance.gov>. Acesso em: 12/01/2022.

USAID. **Enhanced Processes and Implementer Requirements Are Needed To Address Challenges and Fraud Risks in USAID's Venezuela Response.** Office of Inspector General: Audit Report 9-000-21-005-P. 2021. Disponível em: https://oig.usaid.gov/sites/default/files/2021-04/9-000-21-005-P_0.pdf. Acesso em: 24/01/2022.

_____. **Supporting vibrant civil society & independent media.** 2021. Disponível em: <https://www.usaid.gov/democracy/supporting-vibrant-civil-society-independent-media>. Acesso em: 06/01/2021.

_____. **Where we work: Venezuela.** 2022. Disponível em: <https://www.usaid.gov/humanitarian-assistance/venezuela-regional>. Acesso em: 24/01/2022.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. **Sanciones y Bloqueo: crimen de lesa humanidad contra Venezuela.** 2018. Disponível em: http://mppre.gob.ve/wp-content/uploads/2018/10/Reporte_Venezuela_Sanciones.pdf. Acesso em 06/09/2021.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder.** São Paulo: Boitempo Editorial. 2007.

WISEMAN, Colin; BÉLAND, Daniel. **The politics of institutional change in Venezuela: Oil policy during the presidency of Hugo Chávez.** Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies, Vol. 35, No 70. Pg. 141-164. 2010.

ZAMBRANO, Diego A. **The Constitutional Path to Dictatorship in Venezuela.** Stanford Law School, 20/03/2019. Disponível em: <https://law.stanford.edu/2019/03/20/the-constitutional-path-to-dictatorship-in-venezuela/>. Acesso em: 06/02/2022.